



Universidade de Brasília Instituto de Letras
Departamento de Teoria Literária e Literaturas
Programa de Pós-Graduação em Literatura

**Ausências e silenciamentos: a ética nas narrativas recentes sobre a
ditadura brasileira**

Graziele Frederico

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Thomaz

Brasília, 2016

Dissertação apresentada ao Departamento de Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Literatura. Linha de Pesquisa: Representação na Literatura Brasileira Contemporânea

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Paulo C. Thomaz

Prof. Dr. Vincenzo Russo

Prof. Dr. Anderson Luís Nunes da Mata

Prof.^a Dr.^a Regina Dalcastagnè (suplente)

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

à Marisa Dodorico, pelo afeto incondicional posto à prova. Pelas leituras atentas, as dúvidas pertinentes, o interesse e a atenção dispensada todos os dias: um carinho sincero que me acompanhou até as últimas linhas desse trabalho;

ao Achille Andriulo, pelo apoio oferecido ainda quando o Mestrado era apenas uma vontade distante, pelos almoços e jantares que literalmente fortaleceram esse percurso, pela paciência nos dias mais difíceis e o compartilhar apaixonado do cotidiano. Não sei se estaria concluindo um projeto de dissertação de Mestrado se não tivesse comigo seus silêncios e suas palavras;

à Antônia Pereira Dodorico pela generosidade em partilhar comigo a experiência de seus oitenta e seis anos e todas as diferentes reflexões que não me permitem certezas absolutas e fundamentalismos;

ao meu orientador Paulo César Thomaz que permitiu que impressões fossem consolidadas, hipóteses desenvolvidas, ideias elaboradas. Pelo trabalho em prazos difíceis, pronta disponibilidade mesmo com a diferença de fuso-horário e generosidade na indicação das leituras e na proposição de argumentos filosóficos e críticos. Foram sua confiança e conhecimento imprescindíveis para a construção desta dissertação;

aos professores Regina Dalcastagnè, Sandra Rocha e Anderson Nunes da Mata pela gentileza e generosidade na condução das aulas, leituras, discussões e experiências acadêmicas. Pelo exemplo que são e a inspiração que oferecem para olharmos a literatura com novas lentes;

às amigas Paula Queiroz Dutra, Lúcia Mollo, Rosângela Lopes da Silva, Dalva Martins e Maria Aparecida Cruz de Oliveira pelo companheirismo e a grata surpresa dessa amizade nesses dois anos de pós-graduação;

à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior, pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

SUMÁRIO

Resumo	5
Riassunto	6
Epígrafe	7
Introdução	8
Contexto político: a continuidade da ditadura	15
Democracia precária	18
Resposta ética à barbárie	20
Representação e multiplicidade	21
Capítulo I – A responsabilidade diante do Outro	23
1.1. Conhecer o Outro	28
1.2. Acolher e representar a dor do Outro	30
1.3. Diversidade de vozes	33
Capítulo II – Crítica ao virar a página da ditadura	35
2.1. A cumplicidade e o distanciamento dos intelectuais	35
2.2. A inscrição da ditadura no passado	41
2.3. A experiência dos militantes	43
2.4. Prática ética	47
2.5. Crítica às organizações de esquerda	50
2.6. Página virada?	53
Capítulo III – A ditadura que não acabou	56

3.1. A continuidade da violência	56
3.2. A ditadura e o Outro	58
3.3. O estado de exceção permanente	61
3.4. A continuação de um crime	66
3.5. Silenciamentos e as cicatrizes da tortura	77
3.6. Um grito de dor	86
Considerações finais	97
Referências bibliográficas	103

RESUMO

Após a promulgação da Lei nº 12.258/2011 que instituiu a Comissão Nacional da Verdade no Brasil, houve uma movimentação no mercado editorial com lançamentos de obras acadêmicas, de cunho jornalístico e ficção sobre a ditadura militar no país. Distantes temporalmente dos romances-testemunho e das obras de denúncia publicadas no final dos anos 1970 e durante a década de 1980, esta dissertação escolheu trabalhar com romances lançados em sua maioria, a partir dos anos 2000. A única exceção é o livro *Amores exilados* (2011) de Godofredo de Oliveira Neto que fora publicado anteriormente, com o título *Pedaço de santo*, em 1997.

Na tentativa de entender como os romances tratam a temática da ditadura militar, foram selecionadas sete obras consideradas representativas: *Não falei* (2004) de Beatriz Bracher; *Nem tudo é silêncio* (2010) de Sonia Regina Bischain; *História natural da ditadura* (2006) de Teixeira Coelho; *K.* (2012) de Bernardo Kucinski; *Soledad no Recife* (2009) de Urariano Mota; *Amores exilados* (2011) de Godofredo de Oliveira Neto e *O punho e a renda* (2014) de Edgar Telles Ribeiro.

A partir de uma primeira abordagem, tomamos a perspectiva ética proposta por Emmanuel Levinas em seu livro *Totalidade e Infinito* (1980) sobre a responsabilidade no acolhimento do rosto do Outro a partir de uma visão não reducionista deste pelo Mesmo, para pensar o acolhimento deste Outro nos romances e a presença ou não dessa responsabilidade com a multiplicidade nas narrativas que tratam da ditadura militar brasileira.

Diante de uma interpelação ética infinita desta alteridade, conforme propõe Levinas, os romances foram separados em dois grupos: aqueles conformaram ficcionalmente a ditadura militar num passado distante, reduzindo e imobilizando, ao nosso entendimento, a multiplicidade de questões ainda pertinentes sobre o regime opressor; e aqueles que, de diferentes modos, buscaram entendê-la em sua complexidade, mostrando os efeitos, os problemas e as cicatrizes abertas nas heterogêneas camadas da sociedade ainda no presente.

Palavras-chave: ditadura militar; ética; representação literária; alteridade; multiplicidade

RIASSUNTO

Dopo l'entrata in vigore della legge n. 12.258/2011, che ha istituito la Commissione Nazionale della Verità in Brasile, il mercato editoriale ha visto un aumento delle pubblicazioni di libri accademici, giornalistici e di finzione riguardanti la dittatura militare nel paese. Temporalmente distanti dai romanzi di testimonianza e dalle opere di denuncia pubblicati alla fine degli anni '70 e nel corso degli anni '80, questa tesi ha scelto di analizzare romanzi lanciati in gran parte dopo gli anni 2000. L'unica eccezione è il libro *Amores exilados* (2011) di Godofredo de Oliveira Neto che è stato pubblicato anteriormente, nel 1997, con il titolo *Pedaço de santo*.

Nel tentativo di capire come i romanzi affrontano il tema della dittatura militare, sono state selezionate sette opere considerate significative: *Não falei* (2004) di Beatriz Bracher; *Nem tudo é silêncio* (2010) di Sonia Regina Bischain; *História natural da ditadura* (2006) di Teixeira Coelho; *K.* (2012) di Bernardo Kucinski; *Soledad no Recife* (2009) di Urariano Mota; *Amores exilados* (2011) di Godofredo de Oliveira Neto e *O punho e a renda* (2014) di Edgar Telles Ribeiro.

Dopo un primo approccio, abbiamo deciso di utilizzare la prospettiva etica proposta da Emmanuel Levinas nel suo libro *Totalità ed Infinito* (1980) sulla responsabilità dell'accoglienza del volto dell'Altro, partendo da una visione non riduttiva di questo, per pensare l'accoglienza dell'Altro nei romanzi e la presenza o meno di questa responsabilità con la molteplicità nelle narrazioni che si occupano della dittatura militare brasiliana.

Difronte ad un'interpellanza etica infinita di questa alterità, come proposto da Levinas, i romanzi sono stati separati in due gruppi: del primo fanno parte i romanzi che fittiziamente conformano la dittatura militare in un passato lontano, riducendo e immobilizzando, secondo la nostra comprensione, la molteplicità delle questioni ancora rilevanti riguardanti il regime oppressore; del secondo quelli che, in modi diversi, hanno cercato di capirlo nella sua complessità, mostrandone gli effetti, i problemi e le cicatrici aperte in eterogenei strati della società, ancora presenti oggi.

Parole chiave: dittatura militare; etica; rappresentazione letteraria; alterità; molteplicità

Eles permanecem aí, sorrindo – em reuniões regadas a bom uísque, sorrindo – diante das câmeras de televisão, sorrindo – de terno e gravata, sorrindo. Parecem felizes, diriam uns, estão de bem com a vida, pensariam outros, têm belas lembranças, concluiriam então. Sem dúvida! Cada vez que um deles se olha no espelho, preparando-se para aparecer em público, uma súbita alegria o invade. É um homem impune, e sempre que lembra disso ele sorri. Sorri diante do nosso esquecimento, sorri diante da perplexidade daqueles poucos que ainda se recordam, que ainda sofrem. Sorri por todos os sorrisos que roubou. Sim, eles permanecem aí e celebram nossa indiferença, nossa curta memória. Mas ainda é cedo demais para esquecer, e o sorriso deles é a prova disso. Enquanto vamos levando nossa vidinha de todos os dias, preocupados com o preço da gasolina e a violência das grandes cidades, eles andam pelas ruas, vão ao cinema, frequentam restaurantes, assombram suas vítimas. Que imensa ilusão pensarmos que estamos em segurança enquanto eles sorriem. Se ainda não podemos fazer alguma coisa, temos ao menos a obrigação de não esquecer.

Regina Dalcastagnè, *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro*

INTRODUÇÃO

Em reportagem publicada pelo jornal *Estado de São Paulo* no dia 26 de novembro de 2011, intitulada “Lançamentos literários recentes se dedicam à ditadura militar no Brasil – Movimento editorial que ajuda a iluminar a traumática história recente do País”, Maria Fernanda Rodrigues informa um aumento da publicação de diversas obras, tanto por editoras menores ou chamadas de esquerda, como por grandes grupos, abordando o tema da ditadura militar, algumas de cunho acadêmico, outras jornalístico e por fim, aquelas ficcionais.

Tal movimento estaria relacionado, segundo a reportagem, com a promulgação da Lei nº 12.528/2011 que criou a Comissão Nacional da Verdade. A intenção era resgatar a memória dos casos de desaparecidos políticos e prisões, torturas e assassinatos por parte de agentes do Estado brasileiro no período de 1946 a 1988. A Comissão Nacional da Verdade foi proposta pelo 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, documento elaborado na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em dezembro de 2009. Após inúmeras queixas dos militares, o projeto foi modificado em diversos pontos. Entre eles estão, por exemplo, a exclusão da expressão “repressão política” e a modificação da função da Comissão de apuração para exame das violações cometidas.

Em janeiro de 2010 foi criado um grupo de trabalho sobre o tema na Casa Civil, que elaborou o projeto de lei. À diferença da maioria das Comissões da Verdade que se instalaram na América Latina, criadas por meio de atos do poder Executivo, a brasileira teve seus trabalhos orientados por uma lei. A Lei nº 12.528/2011 foi aprovada por maioria na Câmara dos Deputados e unanimidade no Senado Federal, sendo sancionada no dia 18 de novembro de 2011.

Os pesquisadores Roberto Vecchi e Regina Dalcastagnè na apresentação do dossiê “Literatura e Ditadura” da revista *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*¹ defendem a literatura como campo privilegiado para análise do tema. Para eles, uma vez que o processo de redemocratização do país, ao dar origem a Lei da Anistia “ampla, geral e irrestrita”, impossibilitou uma divisão nítida entre vítimas e

¹ A revista acadêmica *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea* é publicada pelo Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea desde 1999. (Fonte: www.gelbc.com)

criminosos e criou também uma disputa pela memória do período, que “ainda continua controversa e não compartilhada” (VECCHI; DALCASTAGNÈ, 2014: 11).

Ainda sobre a questão da Lei da Anistia de 1979, o relatório publicado em 2015 pela Rede Latino-Americana de Justiça de Transição² (RLAJT, 2015) relata que, o Supremo Tribunal Federal brasileiro julgou em abril de 2010 a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153, ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil em 2008, para questionar a validade da interpretação do dispositivo da Lei da Anistia que estendia seus efeitos aos agentes repressores. O Supremo manteve a validade de anistia bilateral prevista pela lei de 1979.

Em novembro do mesmo ano, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Estado brasileiro no caso *Gomes Lund e outros vs Brasil*, pelo desaparecimento de cerca de 70 militantes na guerrilha do Araguaia. A Corte Interamericana afirmou a incompatibilidade da Lei da Anistia brasileira com a Convenção Americana de Direitos Humanos. Segundo a Corte, a lei promulgada em 1979 não pode colocar-se como obstáculo “às obrigações do Estado de investigar, julgar e punir os responsáveis pela prática de graves violações de direitos humanos” (RLAJT, 2015: 27).

Diante desse cenário de prolongamento da impunidade dos crimes cometidos pelo regime ditatorial, acreditamos ser produtivo analisar, a partir da proposta ética construída por Emmanuel Levinas sobre a responsabilidade e o acolhimento do rosto do Outro, sete romances da literatura brasileira que apresentam a ditadura militar como eixo de leitura. O propósito consiste em refletirmos sobre como a narrativa ficcional recente discute e reelabora essas questões no âmbito da escrita literária, com especial atenção à construção de silenciamentos presentes nessas obras.

Os romances escolhidos, em sua maioria, foram publicados a partir dos anos 2000. A exceção se dá em *Amores exilados* (2011) que fora publicado anteriormente com o título *Pedaço de santo*, em 1997. Conscientes das limitações de uma dissertação e de que se trata de um corpus restrito, visto que são apenas sete romances, é preciso salientar que houve uma pesquisa por textos que levantassem diferentes questões e perspectivas sobre a ditadura militar brasileira. As obras selecionadas foram: *O punho e*

² Usaremos a sigla RLAJT para Rede Latino-Americana de Justiça de Transição.

a renda (2014) de Edgar Telles Ribeiro; *Amores exilados* (2011) de Godofredo de Oliveira Neto; *Soledad no Recife* (2009) de Urariano Mota; *K.* (2012) de Bernardo Kucinski; *História natural da ditadura* (2006) de Teixeira Coelho; *Não falei* (2004) de Beatriz Bracher e *Nem tudo é silêncio* (2010) de Sonia Regina Bischain.

Em suas reflexões filosóficas, Emmanuel Levinas propõe uma resposta ética à barbárie, a partir da responsabilidade e acolhimento do rosto do Outro, numa visão não reducionista deste pelo Mesmo³. Foi desde essa perspectiva que dividimos a análise dos romances em duas partes. A primeira reuniu três obras, *O punho e a renda*, *Amores exilados* e *Soledad no Recife*, as quais se aproximam por construções narrativas que, de diferentes modos, conformam a ditadura militar num tempo pretérito acabado e distante. Ao restringir o âmbito, o alcance e os efeitos do regime militar, os três romances permitem uma leitura que sugere, problematicamente, a delimitação e o encerramento do que ocorreu, segundo nosso entendimento.

O punho e a renda (2014), de Edgar Telles Ribeiro, traz um diplomata como narrador. Ele conta a história do envolvimento de seu colega de Ministério e amigo pessoal, Marçílio de Andrade Xavier, com a ditadura no Brasil, no Uruguai e no Chile. A trajetória do narrador para descobrir qual o nível de envolvimento do amigo com a repressão e as torturas o leva a procurar a esposa e os antigos parceiros de Max, inclusive um agente da CIA aposentado. O narrador busca construir a trajetória e o papel de Max nos regimes ditatoriais, mas também procura um entendimento e uma redenção para o que teria sido as ditaduras militares na América do Sul, consciente de que ele trabalhava para o governo brasileiro e a política externa dos militares na época, que envolvera também o apoio à implantação de regimes opressores nos países vizinhos.

Amores exilados (2011) de Godofredo de Oliveira Neto, conta a história de dois brasileiros exilados em Paris, Fábio e Lázaro, ambos militantes da Aliança Socialista Libertadora. Entre eles se estabelece Muriel, uma francesa estudante de literatura que fora namorada de Lázaro e depois começou um relacionamento com Fábio. Este último nunca acreditou que Muriel teria realmente rompido todos os laços com o baiano Lázaro e em diversas cenas de ciúme e paranoia acaba por agredir verbal e fisicamente a

³ A questão ética e os conceitos de acolhimento e responsabilidade pelo rosto do Outro serão apresentados e aprofundados no capítulo I desta dissertação.

companheira. Os dois voltam ao Brasil para uma última ação em prol da organização e, em meio a questionamentos sobre a militância e a luta contra a ditadura, realizam a expropriação pedida, mas, antes de voltarem à Paris, Lázaro é preso. A acusação do delegado versa sobre Lázaro porque, segundo ele, o branco Fábio teria feito um sinal para os policiais de que o negro que andava a seu lado seria o culpado pelo roubo na casa de câmbio. A questão racial é tratada algumas vezes no romance e ao final coloca-se como um dos pontos relevantes da obra.

Encerra a tríade de romances que apresentam a imagem da ditadura distanciada no passado a obra *Soledad no Recife* (2009), de Urariano Mota. Nesta última, temos a história do assassinato da jovem militante paraguaia, Soledad Barret, denunciada pelo próprio marido que se tornara um delator e passou a trabalhar para os ditadores. Soledad teria sido capturada pelos torturadores no dia de seu aniversário, durante uma festa organizada pelo esposo. A história traz um narrador que conta suas memórias 37 anos depois do ocorrido. Ele descreve seu amor por Soledad e faz inúmeras críticas à militância e às organizações de esquerda da época. Numa construção narrativa que muitas vezes apresenta Soledad e os demais militantes, suas convicções e posturas, como fruto de uma ingenuidade e até mesmo uma infantilização em seus atos de resistência.

Em nossa análise, tentaremos demonstrar que é possível afirmar que estas três narrativas, apesar das diferentes estratégias e recursos ficcionais, criam em torno do tema da ditadura uma delimitação temporal que pode favorecer uma política de esquecimento e reforçar ideias como, por exemplo, a de que se viveu um período de guerra e que aquela é agora uma situação política distante da atual realidade do país.

Numa segunda parte, temos as análises das demais obras: *História natural da ditadura* (2006), *K.* (2012), *Não falei* (2004) e *Nem tudo é silêncio* (2010). Nestas narrativas, acreditamos que a ética proposta por Levinas a partir do acolhimento da multiplicidade pode ser observada em inúmeras questões formuladas ficcionalmente pelos romances. Eles trazem problemas não solucionados, sem oferecer redenção ou conciliação com a ditadura militar. Eles assinalam também, ainda que desde perspectivas bastante distintas, uma continuação do regime mesmo após a restauração formal da democracia no país.

História natural da ditadura (2006) de Teixeira Coelho traz as memórias do narrador sobre a experiência dele e de seus amigos na resistência à ditadura militar brasileira. Neste texto, porém, muito distante da proposta de linearidade apresentada por *Soledad no Recife* (2009), *Amores exilados* (2011) e *O punho e a renda* (2014), o desconforto e a dificuldade de tratar do tema é revelado igualmente pela construção formal. Há um único narrador que, em primeira pessoa e por meio de um discurso praticamente ininterrupto, tece análises filosóficas, sociológicas, econômicas e jurídicas, apresenta dados estatísticos e narrativas jornalísticas, mescladas à história que deseja contar. No final, por exemplo, como último capítulo, temos uma análise crítica da própria obra, desenvolvida não por outro estudioso, mas pelo próprio narrador. A continuidade do autoritarismo mesmo após o retorno da democracia e da realização de eleições diretas para presidente é assinalada pelo narrador, trazendo ao texto os argumentos de Giorgio Agamben sobre o estado de exceção.

Igualmente no romance *K.* (2012), de Bernardo Kucinski, a ditadura militar não é apresentada como uma página virada do passado. O livro traz a história de um pai e sua saga pela busca da filha desaparecida pelo regime militar. Ele contrapõe momentos de sua experiência de opressão sofrida pelo regime nazista na Polônia, durante a Segunda Guerra Mundial, com a violência do desaparecimento de sua filha e genro causada pelos militares. Em sinal de descontinuidade e fragmentação de perspectiva diante do tema, o escritor do romance oferece múltiplas vozes aos relatos. Desde uma empregada da casa de tortura, às amigas da filha, os chefes dela na Universidade de São Paulo, ao torturador e sua amante. Além deles, são incluídas duas cartas, uma escrita pela filha, outra pelo genro, falando sobre a militância, seus problemas, dificuldades e erros.

O pai tentará fazer com que autoridades brasileiras e estrangeiras, católicas e judias, que trabalhavam por dinheiro ou não, pudessem dar notícias sobre a filha e o genro desaparecidos. Ao entender que não os encontraria, tenta criar alguma forma de redenção para a situação, primeiro num enterro simbólico no cemitério hebreu, depois em manifestos artísticos. Nenhum desses projetos será concluído. Por fim, desistindo também do iídiche, a língua em que ele construiu sua carreira como literato, K. resolve escrever, em hebraico, cartas para as netas para contar quem era e o que aconteceu com Ana Rosa Kucinski, tia delas.

Já a obra de Beatriz Bracher, *Não falei* (2004), apresenta Gustavo, um professor prestes a se aposentar que, colocado diante de perguntas para uma entrevista e da mudança de casa e cidade, começa a refletir e lembrar o que aconteceu em sua vida, antes e depois dos dias em que foi preso pelos militares. Solto num breve período, fora visto, ou assim se sentia, como delator do próprio cunhado, este sim, ativo militante na luta contra a ditadura. A narrativa traz o olhar desse professor sobre a educação do país, antes e depois de 64, o conflito vivido por ele, os amigos, familiares e tantos outros, em consequência da violência imposta pelo regime, com tentáculos e consequências até os dias atuais.

Une-se a estas três obras, na perspectiva da permanência da ditadura nos tempos presentes, *Nem tudo é silêncio* (2010) de Sonia Regina Bischain. O romance traz as memórias de quatro mulheres: Aisha, Jaci, Iara e Ritinha. A primeira é uma escrava negra que acolheu a mãe de Jaci, depois que essa fora encontrada sangrando na floresta. Jaci é filha desta índia com um homem branco, do qual herdara os olhos azuis. Sua mãe morreu no parto e ela foi criada por Aisha e Kinah, escravas numa fazenda de Brumadinho, interior de Minas Gerais. Jaci conta em primeira pessoa sua trajetória e dificuldades na mudança da fazenda para o Rio de Janeiro e depois para São Paulo. Lá, conhece e se casa com Juvenal e com ele tem três filhos: Olavo, Sebastião e Iara.

Se as memórias de Aisha e Jaci contam a violência contra os povos indígenas e a escravidão dos negros nas fazendas, falando sobre a opressão do Estado a uma parcela da população desde o passado colonial, Iara irá trazer a narrativa para o tempo presente, depois do golpe dos militares e um pouco antes de ter a memória destroçada e enlouquecer. Apesar dos cinco filhos, Iara não conseguiu ter nenhum deles próximo a ela na velhice, ficara aos cuidados da nora Ritinha. É ela então quem conta boa parte da história de Iara, entrelaçada com a própria experiência de sua infância, adolescência e vida adulta. Ritinha narra a amizade de sua mãe com Iara e de como os filhos de ambas cresceram juntos. Conta da militância que nasceu pelo incentivo da sogra e de como juntas viram suas vidas reviradas pela ditadura militar e por um Estado que é violento também quando ausente.

A velha Iara perde todos os filhos. Lucas, o caçula, se envolve com o tráfico de drogas e ao saber que seu irmão, Edson, teria sido assassinado por um traficante que o confundiu consigo, resolve fugir. Elisa, a única filha de Iara, melhor amiga de Ritinha,

psicóloga libertária, acaba aprisionada pelo marido e morre ao final da história. Henrique, marido de Ritinha, fora sequestrado e desaparecido pelos militares. A violência se espalha nos mais diversos âmbitos da vida dos personagens: a econômica, das dificuldades financeiras, tanto de Ritinha como de Iara e de seus vizinhos; a das intimidações da criminalidade e dos policiais corruptos; e a das carências de infraestrutura mínima e de assistência do Estado na periferia. Está presente também, a violência contra mulher e a violência doméstica, sofrida pela personagem Elisa, por exemplo, além do crime continuado de desaparecimento forçado de Henrique pelos militares.

Assim sendo, pretende-se a partir da análise desses romances problematizar a representação da ditadura militar, seus personagens, a memória e as ausências construídas pelas narrativas. Seguindo a visão de Rita Schmidt (2008), de que “os estudos literários podem articular o seu papel educacional com uma função social de relevância na medida em que abrirem o campo da reflexão e crítica às formas de silenciamento, de exploração e destituição do humano” (SCHMIDT, 2008: 139), entendemos que ainda que estes não sejam romances de vendagens significativas, nem com ampla difusão midiática, são, de toda forma, narrativas que buscam se estabelecer dentro do campo literário e contribuem com suas histórias para conformar uma memória coletiva sobre o período⁴.

⁴ Além da bibliografia utilizada neste trabalho, outras análises a respeito dos romances estudados podem ser consultados em ARAUJO, Amanda. *Memória e ficção em K.- Relato de uma busca*. Revista Iluminart, n.13, Ano VII. Dezembro de 2015; BARBERENA, Ricardo. *O limiar entre a filosofia e a poesia em História natural da ditadura, de Teixeira Coelho*. O Eixo e a roda, v.24, n.1. Belo Horizonte, 2015; CAETANO, Paulo Roberto. *O entorno vário e fragmentado em K.-Relato de uma busca, de Bernardo Kucinski*. Cadernos Benjaminianos, v.10. Belo Horizonte, 2015; CRUZ, Lua Gil da. *O testemunho revisitado e a literatura brasileira contemporânea*. E-escrita, vol.7, n.2. Nilópolis, maio-agosto 2016; GUEDES, Gabriela. *Reminiscências do inconcluso em K., Relato de uma busca*. Anais do VI Sappil – Estudos de Literatura, Universidade Federal Fluminense, n.1. Porto Alegre, 2015; ITAQUY, Gabriela. *Vidas silenciadas pela ditadura civil-militar brasileira: o traumático e a potência da escrita*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015; MÜGGE, Ernani. *K. – Relato de uma busca: a ficção a serviço da revisão da história nacional*. Signo, v.41. Santa Cruz do Sul, janeiro a junho de 2016; PANTOJA, Tânia. *Soledad no Recife, de Urariano Mota e K., de Bernardo Kucinski: romance histórico? Romance testemunho? Documentário ficcional? Ou testemunho romanceado?* Anais XIV Abralic. Belém, 2014; VOGUEL, Daisi. *K., de Kucinski*. Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol. 9, n.1. Florianópolis, janeiro a junho de 2012; XAVIER, Joelma Rezende. *De memória, trauma e ficção: um olhar sobre a narrativa de Bernardo Kucinski*. Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo, dossiê n.16. Santa Maria, 2015.

Contexto político: a continuidade da ditadura

Há aspectos importantes do contexto político que devemos assinalar ao analisar os romances que formam o corpus desta dissertação. Nesse sentido, na apresentação do livro *O que resta da ditadura* (2010), que reúne artigos produzidos a partir de um seminário realizado na Universidade de São Paulo em 2008, sobre a permanência da ditadura militar na estrutura jurídica, política e na violência social do país, Edson Teles e Vladimir Safatle recusam a tese de que o regime militar já seria um capítulo superado da história brasileira. Eles também combatem a ideia de que aqui a ditadura teria sido mais branda do que as demais do continente sul-americano.

Quando estudos demonstram que, ao contrário do que aconteceu em outros países da América Latina, as práticas de tortura em prisões brasileiras aumentaram em relação aos casos de tortura na ditadura militar; quando vemos o Brasil como o único país sul-americano onde torturadores nunca foram julgados, onde não houve justiça de transição, onde o Exército não fez um *mea culpa* de seus pendoros golpistas; quando ouvimos sistematicamente oficiais na ativa e na reserva fazerem elogios inacreditáveis à ditadura militar; quando lembramos que 25 anos depois da ditadura convivemos com o ocultamento de cadáveres daqueles que morreram nas mãos das Forças Armadas; então começamos a ver, de maneira um pouco mais clara, o que significa exatamente “violência” (TELES, SAFATLE, 2010: 10).

Por outro lado, do ponto de vista econômico, indissociável do político segundo nosso entendimento, Slavoj Žižek desenvolve em sua obra *Violência – seis reflexões laterais* (2014) um conceito que ele chama de violência sistêmica. Segundo o autor, esta se dá quando o próprio sistema político e econômico institucional, ainda que sob a cobertura da democracia e da escolha periódica de seus líderes pelo voto, impõe uma violência pela exploração econômica baseada no contínuo aumento da desigualdade social e na alimentação da opressão. Mesmo que o discurso humanitário liberal defenda as individualidades e a proteção de minorias, a luta de classes se acentua na mesma proporção em que o discurso sobre ela começa a se desvalorizar.

Ao mesmo tempo, ideais mais abstratos de solidariedade e caridade convivem pacificamente com o desmantelamento de proteções sociais e obrigações do Estado. Os cidadãos passam a segundo plano diante das exigências e necessidades do mercado. No Brasil, é possível dizer que, somada à violência sistêmica, temos a impunidade de torturadores do Estado (desde os que atuaram na ditadura militar) que adquirem a

permissão, sob julgo da manutenção da ordem e da segurança pública, de perpetuar suas práticas violentas, aplicadas historicamente contra as classes mais pobres, sem que por isso tenham que responder perante a justiça.

Um dos exemplos da continuação das estruturas ditatoriais no sistema político brasileiro se dá já no retorno dos civis ao comando do presidencialismo do país. A posse de José Sarney, ex-integrante e expoente do partido pró-governo militar, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), é bastante representativa nesse sentido. Também passada uma década da chamada redemocratização, quando, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o país reconheceu que a ditadura militar havia cometido abusos, a admissão dessa responsabilidade foi feita de tal forma que não se rompesse a conciliação instaurada que poupou torturadores e responsáveis.

Através da Lei nº 9.140, a chamada Lei dos Desaparecidos Políticos, foi instaurada uma compensação monetária aos familiares de pessoas desaparecidas pela ação do Estado, durante o período de 1961-1976. Se pela primeira vez se assumia a infração aos direitos humanos, por outro lado, a recompensa monetária delimitou a responsabilidade do Estado a crimes cometidos contra alguns cidadãos, transferindo a dor e a culpa para a esfera privada. Rebecca Atencio em sua obra *Memory's turn: reckoning with dictatorship in Brazil* (2014) aponta que a própria Lei dos Desaparecidos Políticos de 1995, assim como a criação da Comissão de Anistia em 2001, foram concebidas como uma extensão dos benefícios da anistia política. Ambas representaram muito mais uma continuação do que uma ruptura com a Lei da Anistia publicada em 1979 (ATENCIO, 2014: 51).

Nessa perspectiva, o relatório da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição apontou que em 2015, o Ministério Público Federal deu continuidade às estratégias de acusação contra indivíduos que cometeram graves violações de direitos humanos em prol do regime, mas o Poder Judiciário continua recusando a abertura de tais processos. Ainda assim, novas denúncias permanecem sendo feitas. Há um projeto de lei no Senado Federal que pede a exclusão da Lei da Anistia no caso de crimes cometidos por agentes públicos, militares ou civis contra pessoas que se opuseram à ditadura. Em julho de 2015, o projeto nº 237/2013 foi rejeitado em votação na Comissão parlamentar de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Atualmente se encontra em avaliação na

Comissão de Constituição e Justiça e, posteriormente, deverá ser apreciado pelo plenário do Senado.

Sendo assim, no plano simbólico, a transformação da ditadura numa estrutura binária de narrativas daqueles que lutaram contra ela e dos que a defenderam parece oferecer abrigo a esse silenciamento das consequências da ditadura militar nos mais diversos âmbitos. Dados disponibilizados indicam que o regime atingiu diretamente 50 mil pessoas, em sua maioria com prisões por motivos políticos, destes, 20 mil submetidos à tortura física (CUNHA, 2010: 29). Esse é um número aproximativo, uma vez que não contabiliza, por exemplo, o massacre sofrido pelas populações indígenas no período.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), em seu relatório final publicado em dezembro de 2014, afirma que ao debruçar-se sobre as graves violações de direitos humanos praticados entre 1946 e 1988, a CNV não se deparou com atos isolados, mas, no curso do regime militar, encontrou uma prática disseminada em larga escala.

Ainda que este Relatório confira tratamento individualizado a alguns casos tidos como emblemáticos, estes apenas ilustram a dimensão sistêmica alcançada pela ação violadora da estrutura estatal, seja por seus agentes, seja por terceiros agindo em sua aquiescência ou conivência. O contexto sistemático e generalizado das graves violações e seu impacto sobre diversos grupos sociais impulsionaram a CNV a caracterizar tais práticas como crimes contra a humanidade (CNV, 2014: 40).

Para além das casas de tortura que assassinaram e desapareceram com incontáveis seres humanos, há também sob o manto da ditadura a economia dos grandes projetos que aprofundou a desigualdade das classes sociais, dizimou populações indígenas, assassinou camponeses, esforçou-se para sufocar o quanto pôde iniciativas sindicais, calou movimentos sociais e modificou a estrutura curricular e matrizes educacionais do país.

O regime autoritário, além das intervenções nas escolas e universidades, prendendo, deportando e aterrorizando professores e intelectuais, interrompeu os percursos da Escola Nova e da pedagogia implantada pelo Sistema Paulo Freire, por exemplo, com a instauração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 5.692/71, fazendo do tecnicismo o novo pilar da educação no Brasil. Os governos militares romperam com um processo de letramento que se espalhava no país através dos movimentos de educação e cultura, como o Movimento Cultura Popular (MCP), os sistemas de

alfabetização implantados por Paulo Freire, a Campanha “de Pé no Chão também se aprende a ler”, o Movimento de Educação de Base, o Centro Popular de Cultura (CPC) e outros.

Paulo Freire foi exilado por 15 anos. Seu método de alfabetização através do diálogo e da contextualização com a realidade dos educandos, reconhecido internacionalmente, foi paralisado e substituído pelo sistema oficial conhecido como Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). O distanciamento funcional instalado pelos militares servia à sua política autoritária e aos planos de desenvolvimento econômico do país. Sob esse viés, a formação crítica e a reflexão sobre o ensino eram subestimadas em prol da memorização e decodificação dos códigos. A compartimentalização do ensino da língua portuguesa levou à leitura dos textos literários para um universo ainda mais distante da realidade dos alunos e foi reforçada a mensagem de que esta disciplina serviria ao falar e escrever bem, com vistas a um utilitarismo da língua, não à sua análise e reflexão.

Democracia precária

É importante assinalar que apesar de, na transição para a democracia, a Constituição de 1988 ter ficado conhecida como Constituição Cidadã por alguns benefícios sociais que instaurou, ela manteve intactas algumas cláusulas dos textos de 1967 e 1969, principalmente aquelas ligadas ao tema da segurança pública: Forças Armadas, Polícias militares e sistema judiciário militar. O artigo nº 142 da Constituição, por exemplo, mantém as Forças Armadas como guardião dos demais três poderes da República, sendo responsáveis também pela defesa da pátria, da lei e da ordem.

Os militares na transição constitucional conseguiram se manter como poder pairando sobre os demais. Talvez por isso a experiência brasileira da transição pós-ditadura sequer julgou seus crimes ou permitiu a busca contumaz pela verdade. Além disso, mais de um relatório da Anistia Internacional nos últimos anos apontou as práticas de tortura, assassinato e violência das autoridades policiais para com os cidadãos, especialmente os jovens negros, moradores das periferias.

No prefácio da obra *Ditadura: o que resta da transição* (2014), organizada por Milton Pinheiro focando o golpe militar a partir da análise dos objetivos políticos da classe civil que trabalhou para sua instalação, Marcos del Roio defende que tal coalizão

civil-militar apoiava-se, ao contrário de muitas teses sobre o período, na implantação de um liberalismo que protegesse e oferecesse vantagens para cada um dos setores envolvidos. Entre eles estavam desde os latifundiários, até os industriais, passando pelos capitalistas ligados ao mercado financeiro. Nesse sentido, essa avaliação nos leva a obra *Nascita della Biopolitica*, de Michel Foucault (2012), que trata do neoliberalismo como condição de inteligibilidade do biopoder.

No caso da ditadura brasileira, Roio (2014) defende ainda que, se o Estado assumisse o papel protecionista que alguns setores industriais exigiam, colocava-se diante de um impasse com os capitalistas financeiros. Por algum tempo, porém, apesar do choque entre os privilégios dentro da classe dominante, o regime militar significou um ganho à parcela da população que o desejou. Uma vez que conseguiu por determinado período jogar na conta das classes subalternas grande parte do déficit causado ao Estado para que se pudesse, ou tentasse, atender a todas as demandas dessa elite econômica (ROIO, 2014:8).

Marco Aurélio Santana (2014), no artigo “Trabalhadores, sindicatos e regime militar no Brasil”, mostra que o aspecto econômico-político do golpe trouxe, com o arrocho salarial imposto pelo governo, a possibilidade de diminuir custos de produção e com isto, esperava-se reduzir a inflação. Com uma classe trabalhadora proibida de se organizar, sindicatos rurais e urbanos desmantelados, a esquerda, a oposição institucional e uma intelectualidade crítica sendo perseguidos assassinados e desaparecidos, aprofundou-se um ambiente já favorável para que fosse possível instaurar no país uma ditadura basicamente de classes. Foram intensificadas as diferenças sociais para que certa elite passasse pela transição econômica que vivia o capitalismo do país no pós-guerra, acolhendo os mais diferentes interesses conflitantes, tentando contrabalançar seus custos na sobrecarga dos trabalhadores.

Nesse sentido é importante assinalarmos que, conforme aponta Paulo Cesar Thomaz no trabalho *El Entenado, a práxis poético-narrativa de Juan José Saer* (2001), o Estado autoritário desse período situa-se como engrenagem importante no mecanismo de implantação dos governos liberais que seriam instalados nas décadas seguintes. Em determinado momento é abandonado o projeto de desenvolvimento autossuficiente do país para que se pudesse aderir ao capital multinacional, ainda que entrássemos nesse contexto como sujeitos subalternos. Durante os anos 1980 essa perspectiva econômica

esteve, porém, vinculada a uma expectativa de redemocratização gradual do país, enquanto na década seguinte viu-se um esvaziamento da vida política. Ainda sobre as bases econômicas que o regime militar instaurou no país, Emir Sader afirma:

O Brasil que sai da transição política herda pesadas cargas do regime ditatorial que hipotecou o futuro do país ao colocar em prática uma política econômica de favorecimento do grande capital monopolista e financeiro internacionalizado, em detrimento da grande maioria da população, que não tem atendidas suas necessidades básicas de sobrevivência (SADER, 1990: 89).

Sendo assim, seguindo ainda a análise de Foucault (2012), pensar a arte de governar a partir da economia política poderia legitimar medidas de controle e disciplina populacional. Portanto, isto nos faz pensar que a ditadura teria sido justificada pela classe civil que a apoiou para que se desse a implantação de um projeto liberal no país. Se, como explica Foucault, a partir do neoliberalismo, a economia ganha a centralidade da política e da arte de governar, o desenvolvimento dos parâmetros econômicos ofereceu, e é possível que ainda hoje dê bases, para que se façam discursos favoráveis à regimes opressores, como é o caso da ditadura militar brasileira.

A prática do governo poderá fazer aquilo que deve fazer somente se respeitar tal natureza [as leis do mercado no âmbito do neoliberalismo]. Se romper com tal fator sofrerá imediatamente consequências negativas. Deste momento em diante, em outros termos, será o sucesso ou a falência a constituir o critério das ações do governo, não mais a legitimidade ou ilegitimidade deste (FOUCAULT, 2012: 27-28).

Resposta ética à barbárie

Diante disso, entendemos então que vale pensar, a partir de uma perspectiva filosófica, sobre a não repetição da barbárie, num contexto em que ela continua se repetindo, como demonstra o caso brasileiro. Recorremos assim a Emmanuel Levinas (1980), que irá propor, após as experiências da Segunda Guerra Mundial, uma resposta à teoria de Heidegger sobre a ontologia como preponderante à ética. Em sua obra *Totalidade e Infinito*, publicada originalmente em 1961, Levinas debate o próprio conceito de humanismo e propõe o rompimento com a lógica da tradição filosófica ocidental.

Segundo ele, essa tradição impõe a resolução dos conflitos a partir da dissolução do Outro, no sentido de reduzi-lo ao Mesmo. Estaríamos assim, enquadrando o Outro

nos parâmetros por nós delimitados, o que para Levinas não resolve nenhum conflito, apenas pratica uma violência. Sua defesa e proposta é de uma relação do Mesmo com o Outro, partindo não da violência da redução, mas do acolhimento do rosto. Para o filósofo, rosto é justamente a interpelação do Outro, um chamado dessa alteridade através da linguagem indo além do que já há do Outro em mim.

A linguagem não exterioriza uma representação preexistente em mim – põe em comum um mundo até então meu. A “visão” do rosto não se separa da oferta que é a linguagem. Ver o rosto é falar do mundo. A transcendência não é uma óptica, mas o primeiro gesto ético (LEVINAS, 1980: 155-156).

A resposta ética numa possível convivência dos seres enquanto entes sociais viria então, de acordo com Levinas, a partir desse acolhimento da multiplicidade, do que não está em mim, do que me é diferente. Se transferirmos para a análise e crítica literária essa necessidade ética da multiplicidade, diante de uma experiência social que recuse a violência, é possível dizer que ela estaria provavelmente numa maior pluralidade de autores e produtores de arte.

Representação e multiplicidade

Regina Dalcastagnè em sua obra *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado* (2012) expõe os problemas de uma homogeneização de vozes escritoras e narradoras da literatura brasileira contemporânea, questionando uma transcendência universal da Literatura que a tornaria objeto de produção de uns e de testemunho de outros.

Em suma, a produção artística seria regida por leis transcendentais, o que a tornaria inacessível para alguns – uma vez que é bem mais fácil argumentar contra decisões humanas do que se impor diante de regras eternas e imutáveis, tão mais castradoras quanto mais enraizadas parecem estar na realidade social que a circunscreve (DALCASTAGNÈ, 2012: 192).

A ausência de uma tradição crítica diante dessa homogeneização de vozes autoras leva Regina Dalcastagnè a propor, a partir de uma vasta pesquisa (com 258 romances publicados por três importantes editoras do país entre 1990 – 2004),⁵ um quadro amplo de como tem se dado a produção e a representação na literatura brasileira contemporânea. Entendendo a literatura como um campo privilegiado para falar de si e

⁵ A pesquisa foi ampliada e já existem dados referentes a produção e análise de 303 romances publicados entre os anos 2005 a 2014.

sobre o mundo, uma das preocupações apontadas por Dalcastagnè na obra é justamente a presença de uma homogeneização nos perfis daqueles que conquistam esse espaço. A autora enfatiza que não pretende determinar temas e autores que devem tratá-los. Por outro lado, a ausência de pluralidade na produção e a não problematização dessa questão na crítica literária pode levar a uma simplificação da representação do Outro e uma banalização de estereótipos.

Um dos pontos discutidos na obra, por exemplo, é o fato de que de 1990 a 2004 de todos os romances publicados pelas principais editoras do país, 72,7% dos autores eram homens (esse número caiu para 70,6% no período de 2005 a 2014); 93,9% brancos (de 2005 a 2014 esse índice subiu para 97,5%), mais de 60% deles vivem nos estados do Rio de Janeiro ou São Paulo (percentual mantido de 2005 a 2014). Concluindo, o escritor de literatura brasileira contemporânea é homem, branco, de classe média-alta e vive no eixo Rio-São Paulo. É essa centralização do discurso, apresentada como problema na diversidade (falta dela) de vozes também na construção de personagens, narradores, situações e na reafirmação ou reapresentação constante de preconceitos e posições, políticas inclusive.

As mulheres introspectivas e em casa. Os pobres marginais. Os marginais desejando a vida dos ricos, ou destruindo-a porque não podem tê-la. Esses são apenas alguns pontos de vista demonstrados pela pesquisadora, como discursos de reafirmação apresentados diante de uma homogeneização de vozes presentes nos romances. Há que se questionar em termos filosóficos se não teríamos nessa representação uma violenta redução do Outro ao Mesmo.

Nesse ponto, uma possível redução da experiência dos horrores da ditadura militar brasileira num discurso simplificador afastaria, quem sabe, a responsabilidade ética apontada por Levinas no acolhimento da multiplicidade através do Outro para além do Mesmo.

Mas o Outro – Outrem – não limita a liberdade do Mesmo. Chamando-a à responsabilidade, implanta-a e justifica-a. A relação com o Outro enquanto rosto cura da alergia, é desejo, ensinamento recebido e oposição pacífica do discurso (LEVINAS, 1980: 176).

Naturalizar a representação literária ignorando o questionamento do lugar de fala ou não discutindo a homogeneização de autores, narradores e personagens, comprovada pela pesquisa de Dalcastagnè, é igualmente construir o silenciamento de diversas vozes

sobre questões importantes. Uma delas é a violência vivida nos tempos da ditadura militar brasileira. Estaríamos impedindo que outras lentes e olhares se dessem sobre narrativas que, tratadas num viés dicotômico, têm se mostrado instrumento fácil de empenho para uma banalização do que ocorreu, realimentando elogios e até uma apologia ao retorno do sistema militar-repressivo.

CAPÍTULO I

A RESPONSABILIDADE DIANTE DO OUTRO

Partindo do princípio de que o ato de representar o Outro é sempre um problema – argumento amplamente discutido em diversas áreas – questionamos qual seria o direito do artista em falar do Outro. Qual a responsabilidade que abarca a decisão de narrar uma história coletiva? O que podemos representar diante da dor dos outros? Seguindo a direção apontada por Ana María Amar Sánchez (1996) tomaremos o conceito de representação como busca de uma elaboração discursiva, organizando sentidos, classificando e hierarquizando valores, entendendo-a não como semelhante ou imitação do real, mas como construtora de significações que outorga e produz sentidos na própria realidade.

Sobre as barreiras da representação, Arthur Nastrovski e Márcio Selligman Silva (2000) argumentam que haveria demarcações conceituais e de identificação no ato de representar. Aproximando essa discussão de nossa análise, é possível dizer que ao escolher narrar as dores próprias e alheias é preciso entender que esse narrador parte de um determinado lugar de fala, com seus interesses e recortes.

Não há, quem sabe, limites da representação; mas existem limites conceituais e limites de empatia, aparentemente intransponíveis. Aparentemente: transposições são sempre possíveis, mas deslocam a questão para a esfera não só das formas, mas da ética. Representar ou não: essa é uma, entre outras questões antigas, que retornam com acento próprio na era da catástrofe. Representar ou não, não altera, afinal, a consciência do que precisa ser dito (NESTROVSKI, SELIGMAN-SILVA 2000: 11).

Diante disso, para dar conta do nosso propósito de problematizar essa representação como perspectiva para a análise dos romances desde a proposta ética de Emmanuel Levinas (1980) de acolhimento não reducionista do rosto do Outro,

tentaremos nos próximos parágrafos ampliar e discutir alguns conceitos propostos pelo filósofo.

Nessa perspectiva, a pesquisadora e filósofa Judith Butler tem realizado importantes estudos em que procura atualizar o pensamento de Levinas com vistas a entender e construir respostas a uma série de eventos violentos significativos das últimas décadas. Na obra *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética* (2015), ela retoma Levinas quando afirma que, diante de uma violação, o não retorno à ética e à responsabilidade pelo Outro pode nos impedir de estancar nossa vulnerabilidade rapidamente, voltando-nos para a violência como resposta. A chamada “autodefesa”, conforme argumenta a autora, tornou-se signo de justificativa para que muitas atrocidades sejam realizadas. Por sua vez, esta reação oferece uma defesa moral permanente tem a potência de gerar infinitamente retaliações.

A responsabilidade ética, segundo Butler, significaria que frente à violência seria dada uma resposta enfaticamente não recíproca, não tendo a autopreservação como maior objetivo. Não há aqui uma tentativa mesquinha de culpar os que sofreram violência ou violação, nem mesmo a ideia de impunidade por equiparação de responsabilidades, mas, como argumenta a autora, a violência não seria nem uma punição, nem uma vingança justa pelo que foi sofrido. Para Butler, entender a responsabilidade ética diante da interpelação do Outro nos leva a uma compreensão de nossa própria vulnerabilidade.

Pode ajudar a compreender que nenhum de nós está delimitado por completo, separado de todo, mas sim que estamos todos em nossa própria pele, entregues nas mãos dos outros⁶, à mercê dos outros. Essa é uma situação que não escolhemos. Ela forma o horizonte de escolha e fundamenta nossa responsabilidade. Não a criamos, e por isso devemos estar atentos a ela (BUTLER, 2015: 130).

Desde outra ótica, mas que coincide com o pensamento de Butler, Hannah Arendt (1999), em sua obra sobre o julgamento de Adolf Eichmann, ressalta que nenhum castigo teria poder suficiente para impedir a reincidência de crimes contra a humanidade ou genocídios. Segundo ela, o contrário é ainda mais possível quando se trata de uma dimensão nova de horror, como foi o caso dos assassinatos e extermínios perpetrados pelos nazistas. Arendt defende que a potência de uma modalidade nova de

⁶ Butler utiliza em sua obra a marcação “outro” em minúscula para denotar o outro ser humano, a alteridade e “Outro” em maiúscula, quando faz referência ao ser detentor de uma ética infinita, conforme definido por Levinas (BUTLER, 2015: 10). Adotaremos as mesmas marcações neste trabalho.

barbárie pode induzir inclusive sua repetição com maiores aperfeiçoamentos. Para que tal fato fosse minimizado, a autora afirma que seria preciso não um julgamento de exceção, mas o estabelecimento de precedentes para que crimes contra a humanidade fossem julgados por tribunais e padrões internacionais.

Arendt escreveu o livro em 1963 narrando o que se deu no julgamento de Adolf Eichmann no tribunal de Jerusalém, traçando também um panorama sobre a questão dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, a própria instalação da Comissão Nacional da Verdade para apuração dos crimes cometidos durante o período da ditadura militar se deu em meio a polêmicas e imposições de subtrações para aprovação do texto legislativo. Para além deste fato, a revogação da Lei da Anistia ainda não está no horizonte de políticas e da justiça de transição pela qual deveríamos passar, após vinte e um anos de regime militar.

Sobre a importância de um julgamento dos crimes realizados por um Estado, há um problema fundamental, conforme aponta Arendt (1999): por trás das designações dos crimes imputados e das penalizações, estão presentes questões morais que trazem à tona a função do juízo humano e a necessidade de diferenciar o certo do errado, mesmo em situações de exceção ou de um Estado que permite e ordena assassinatos. Além disso, outro ponto levantado por Arendt foram as generalizações e a culpabilização coletiva:

O que a opinião pública nos permite julgar e até condenar são as tendências ou grupos inteiros de pessoas, algo tão geral que não se podem mais fazer distinções ou dar nomes. Isso se expressa atualmente nas pretensivas asserções de que é “superficial” insistir nos detalhes e mencionar os indivíduos, quando é sinal de sofisticação falar em generalidades segundo as quais todos os gatos são pardos e somos todos igualmente culpados (ARENDR, 1999: 320).

No Brasil continuamos sem uma justiça de transição. Torturados e torturadores permanecem equiparados na lei que anistiou crimes cometidos no período. Por essa razão ganha relevância na crítica presente assinalar, por exemplo, que em alguns dos romances analisados, *O punho e a renda* (2014), *Amores exilados* (2011) e *Soledad no Recife* (2009), observamos construções ficcionais que apontam para argumentos que sustentam que aquele fora um período de guerra e que, diante de um conflito como esse, há ações justificadas e ordens que deveriam ser executadas. Eichmann e outros nazistas utilizaram-se do mesmo tipo de argumentação em suas defesas.

A própria noção de estado de guerra, segundo Levinas (1980), leva a uma suspensão da moral, como se fosse possível anular provisoriamente os imperativos condicionais pelos quais estão enraizadas às ações da sociedade. Para ele, a guerra moderna, assim como as demais, instaura uma ordem na qual todos os sujeitos estariam submetidos e que, portanto, não apenas o Outro seria destruído, mas a própria identidade do Mesmo (LEVINAS, 1980: 9).

Entender, porém, a guerra como imperativa para culpa ou inocência coletiva, poderia apresentar-se de maneira perigosa, conforme argumenta Giorgio Agamben na obra *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)* (2008).

A surpreendente disposição dos alemães de qualquer idade em assumirem uma culpa coletiva com respeito ao nazismo, em se sentirem culpados por aquilo que seus pais ou seu povo haviam feito, patenteava contemporaneamente uma surpreendente má-vontade acerca do estabelecimento das responsabilidades individuais e da punição de cada um dos delitos (AGAMBEN, 2008: 100).

Na tentativa de compreender a barbárie dos campos de concentração nazistas, e com o propósito de elaborar uma nova ética a partir dos testemunhos daquele período, Agamben (2008) encontra, como única possibilidade de análise, uma fuga, tanto daqueles que pretenderam entender demasiadamente rápido o que aconteceu, como daqueles que ele chama de “sacralizadores”, que condenavam o falar sobre Auschwitz e os extermínios dos judeus. Eles propunham deixar a questão no âmbito dos sacrifícios místicos religiosos, ou das punições apocalípticas para um povo.

Para tal, o filósofo retoma, entre outros, vários escritos de Primo Levi, que também não acreditava que era possível falar de culpa ou inocência coletiva, uma vez que “se deve responder em primeira pessoa pelos crimes e erros, senão todos os vestígios de civilização desapareceriam da face da Terra” (AGAMBEN, 2008: 101). Mas Agamben oferece também uma crítica à proposta ética de Levinas. Ainda que admitindo a complexidade desses pressupostos, ele entende que transportar o conceito de responsabilidade, advindo da esfera do Direito, para o âmbito da ética, pode nos levar a situações em que há uma responsabilização, uma culpa moral que, porém, não admite uma penalidade jurídica, como alegava o próprio Eichmann em seu julgamento.

De acordo com o italiano, tal confusão entre o âmbito jurídico e aquele ético pode nos levar a submissão de uma responsabilidade moral, até como forma de expiação da culpa, a qual, todavia, será revestida da impossibilidade de responsabilidade penal e

jurídica. O que teríamos em tais circunstâncias, defende Agamben, seriam modelos em que diversas ocasiões, sujeitos e instituições invocariam as responsabilidades morais para isentar-se de responder às suas responsabilidades jurídicas (AGAMBEN, 2008: 33). No entanto, não acreditamos que seria essa a proposta feita por Levinas com relação à sua demanda de ética como responsabilidade pelo rosto do Outro.

Levinas propõe uma responsabilização perante a não redução do Outro. O acolhimento da multiplicidade e um manifesto contrário à violenta ação de submeter o Outro ao Mesmo. Ele explica ainda que a responsabilidade da qual fala, não se refere nem a autocensura nem a uma concepção heroica das próprias ações como efeito singular sobre os outros. O que o autor sustenta é que a capacidade de permitir a ação do Outro sobre o Mesmo coloca-me numa relação de responsabilidade.

O “eu” para Levinas seria desde o princípio interpelado por uma alteridade (BUTLER, 2015: 117). Quando apresenta o conceito da humanização do rosto, Levinas afirma que diante desse rosto humano a exigência ética surge, e, ainda que haja a tentação de perseguição por autodefesa ou vingança, o rosto é aquele que interpela e reivindica, criando barreiras para que o sujeito responda diante dele como perseguidor. Para Levinas a ética deve atuar contra a tentação que é matar o Outro.

Butler (2015) retoma a proposta de Levinas, defendendo que ao repensar os termos culturais da ética é preciso destacar que nem todas as relações éticas podem ser reduzidas em atos de juízo e que o próprio ato do julgamento requer elementos como o sujeito que julga e aquele que é julgado. Para tal, a possibilidade de realização e justificação dos juízos morais estão além da defesa ética e não poderiam coincidir com a obrigação ética ou com o relacionar-se a partir da ética.

É importante nos lembrarmos de que nossa forma comum de pensar a responsabilidade é alterada na formulação de Levinas. Não assumimos a responsabilidade pelos atos do Outro como se fôssemos autores desses atos. Ao contrário, afirmamos a falta de liberdade no cerne de nossas relações (BUTLER, 2015: 20).

Ao contrário, portanto, da crítica feita por Agamben sobre o deslocamento semântico que Levinas propõe para o conceito de responsabilidade, Butler argumenta que Levinas não trata de uma responsabilidade no âmbito dos julgamentos nem morais, nem jurídicos, mas que sua ética aposta na responsabilidade do acolhimento não violento do Outro como única possibilidade de convivência pacífica em sociedade.

1.1. Conhecer o Outro

Para Levinas, o século XX ensinou que a fome e o medo podem vencer a resistência humana e que ser homem é ter consciência dessa precariedade. Na obra *Totalidade e Infinito* (1980), o filósofo não defende uma subjetividade radical. Ele afirma que a totalidade está presente, mas não é único fator determinante do ser e da relação entre os seres. A totalidade está em relação com o que ele chama de infinito. Segundo Levinas colocar a totalidade em relação ao infinito apresenta a ideia de que a subjetividade não reflete inteiramente um ser excluído do que está fora de si. A ideia de infinito não pressupõe uma subjetividade que não recebe influência externa ao ser ou que não tenha limites. Mas justamente que é formada a partir do acolhimento do Outro, como hospitalidade (LEVINAS, 1980: 14-15). O sujeito é formado tanto pela totalidade, como por um acolhimento múltiplo infinito do Outro.

Levinas oferece uma perspectiva de autonomia do ser. Para ele a interação social se dá primeiro a partir de si e não a partir da totalidade. O filósofo enxerga entes que podem falar, em vez de emprestarem sua voz a uma palavra anônima da história e, por isso, acredita na aptidão da palavra como veículo para a paz. A totalidade não estaria excluída desse processo de formação do ser, mas perderia a força de seu determinismo.

Segundo o filósofo, quando não se faz a opção de acolhimento da multiplicidade do Outro e há a tentativa de captá-lo a partir daquilo que reconheço no Mesmo, há uma supressão e posse do Outro. A relação destes com o mundo deve se dar, para o autor, na positividade do mundo que o Mesmo pode ofertar a Outrem e vice-versa, através do discurso. É no estabelecimento dessa relação que Levinas irá definir seu conceito de rosto.

O modo como o Outro se apresenta, ultrapassando a ideia do Outro em mim, chamo-o de fato, rosto. Essa maneira não consiste em figurar como tema sob o meu olhar, em expor-se como um conjunto de qualidades que formam uma imagem. O rosto de Outrem destrói em cada instante e ultrapassa uma imagem plástica que ele me deixa, a ideia à minha medida e à medida do seu *ideatum*. Exprime-se (LEVINAS, 1980: 37).

Seguindo essa linha de expressão é que, para Levinas, a linguagem é a priori um espaço ético, que permitirá uma pluralidade, não impondo aos interlocutores uma participação na universalidade ou supondo generalidades, ainda que possa permitir que

essas sejam articuladas, não as coloca obrigatoriamente. É um espaço aberto a partir da interpelação do Outro (LEVINAS, 1980: 60).

Butler (2015) retoma essa ideia da linguagem como espaço ético de Levinas, e argumenta que alguns dos vínculos éticos mais importantes do sujeito se dão no relacionar-se com os outros, o que por sua vez, produz um desconhecimento de si mesmo ou uma transformação do Mesmo a partir do Outro. Seria então a partir do que ela chama de opacidade do sujeito para consigo que seria possível sustentar a responsabilidade ética das relações.

A autora afirma, diferentemente de Levinas, que a questão basilar de “como devemos tratar o outro” é respondida dentro de um cenário de normas sociais pré-determinadas, onde existem referências que permitem ao Mesmo um encontro com o Outro. Ainda que se tente manter sua exterioridade e separação com relação a mim, é dentro dessa moldura social que se torna possível vê-lo e apreendê-lo enquanto Outro (BUTLER, 2015: 38). Esse gesto da autora supera em partes os aspectos transcendentais colocados por Levinas. Quando ela trata do reconhecimento, sem pressupor a redução do Outro ao Mesmo, propõe que ambos estariam presos a normas já estabelecidas no exato momento em que um se oferece ao outro. Ela fortalece o papel da totalidade que permeia a existência dos seres, num plano concreto. O que diz Butler é que as dimensões sociais estão dadas e, segundo ela, não são incompatíveis com uma ética do acolhimento não reducionista do Outro.

A possibilidade de uma resposta ética ao rosto, portanto, requer a normatividade do campo visual: já existe não só um quadro epistemológico dentro do qual o rosto aparece, mas também uma operação de poder. Afinal, sob quais condições alguns indivíduos adquirem um rosto legível e visível, e outros não? Há uma linguagem que enquadra o encontro, e embutido nessa linguagem está um conjunto de normas referentes ao que constituirá e não constituirá a reconhecibilidade (BUTLER, 2015: 43-44).

Será a partir dessa opacidade do sujeito que, ao relacionar-se com o Outro, submete-se a um emaranhado de normas e referências que Butler transpõe a ideia de responsabilidade e julgamento, afirmando que quando se propõe o primeiro termo, há uma suspensão do juízo para que o sujeito possa tornar-se responsável e buscar no Outro um conhecimento de si mesmo.

O juízo pressupõe alguma condenação, acusação que separa o sujeito do outro, rejeitando neste, algo que reconhecemos nele e rejeitamos. Tal ação, segundo a autora,

nega ao sujeito um maior conhecimento de si, uma vez que ao moralizar as ações, refuta qualquer semelhança com o julgado e impede que o conhecimento de si a partir da relação com o Outro se dê, pois aquele tipo de Outro será distanciado do Mesmo. Para Butler, ainda que sejam precárias as possibilidades de um conhecimento de si, isso não justificaria recusá-lo a priori. Reconhecer a limitação do sujeito é ainda conhecer algo de si (BUTLER, 2015: 65-66).

1.2. Acolher e representar a dor do Outro

A renúncia pelo envolvimento com a dor do outro, conforme relembra Jaime Ginzburg no ensaio “Literatura e direitos humanos: notas sobre um campo de debates” (2012) aponta um problema fundamental da ausência de senso de reciprocidade. É a falta daquela ideia de que não posso aceitar certas coisas para os outros que não aceitaria para mim mesmo. Ginzburg argumenta, a partir das ideias de Wittgenstein, que a não admissão da relevância da dor do outro, junto a dificuldade de expressão do sofrimento, pode nos levar a um impasse constante nos relacionamentos humanos. Nesse sentido, Ricardo Barberena em artigo publicado na obra *Do trauma à trama: o espaço urbano na literatura brasileira contemporânea*, nos pergunta “diante da dor dos Outros, somos capazes de revisitar nosso Eu?” (BARBERENA, 2015:11).

Defender-nos da invasão do Outro, num instinto de preservação e de isolamento perante as interpelações, nos tornaria, segundo Butler, inumanos, visto que uma das bases do humano se dá justamente a partir de sua capacidade de relacionar-se. Segundo ela, um dos problemas em afirmar uma ética baseada na autopreservação é justamente o fato desta se tornar uma ética do si-mesmo, podendo gerar inclusive o que a autora chama de narcisismo moral.

Talvez seja importante reconhecer que a ética requer que nos arrisquemos precisamente nos momentos de desconhecimento, quando aquilo que nos forma diverge do que está diante de nós, quando nossa disposição para nos desfazer em relação aos outros constitui nossa chance de nos tornarmos humanos. Sermos desfeitos pelo outro é uma necessidade primária, uma angústia, mas também uma oportunidade de sermos interpelados, reivindicados, vinculados ao que não somos, de sermos movidos, impelidos a agir (BUTLER, 2015: 171).

Passados mais de cinquenta anos da instauração do regime autoritário militar no Brasil, as lacunas abertas pela violência institucionalizada do período nos permitem

refletir sobre o que significa transpor essa experiência para a linguagem literária, analisando criticamente quais os personagens presentes, quem nos conta essas histórias e como elas são construídas.

É importante destacar que, conforme aponta Ricardo Barberena no artigo “Quando a literatura brasileira contemporânea não se encontra na contemporaneidade” (2015), as análises devem perceber que os textos literários e suas estratégias pertencem a uma identidade agenciada por determinada classe, raça e gênero, geralmente representada pelo homem, branco de classe média-alta. A literatura e a aura sublime metafísica que a ronda deve ser vista como mais um discurso entre outros, tendo em si, particularidades num “deslocamento difuso de linguagens e representações” (BARBERENA, 2014: 79). É o exercício que o autor recupera das ideias de Giorgio Agamben, de ativar as células *off-cells* do olhar em busca de ambientes (e narrativas) privados do instituto oficial.

Em um país que no século XX passou por duas longas ditaduras e ainda hoje sofre com as heranças da tradição patriarcal e dos regimes autoritários, a aspiração de uma abordagem da literatura voltada à ética e aos direitos humanos depende de uma política da memória literária. O que tem valor, o que é literariamente importante? (GINZBURG, 2012: 220).

Relativizar a potência da literatura na construção do imaginário se enquadra na perspectiva apontada por Ginzburg de que o país viveu sob governos autoritários que determinaram o que deveria ou não ser lido, unindo-se a eles sistemas econômicos que mantêm contingentes da população longe dos livros (destacamos que isso se dá para distanciá-los como leitores, mas de maneira ainda mais incisiva para que não produzam e, quando o façam, sejam menos legitimados nessa função) e, por fim, “pais de família cultos desinteressados em que sua esposa e seus filhos tivessem acesso às letras” (GINZBURG, 2012: 207).

Grupos reificados pela escravidão, por preconceitos e por violência institucional, muitas vezes, não tiveram a devida oportunidade de apresentar seus pontos de vista sobre as transformações históricas. Tratados como objetos do conhecimento oficial, muitas vezes foram reduzidos a resíduos de si mesmos, pelas narrativas contadas em linguagem autoritária (GINZBURG, 2012: 202).

Seguindo nesse sistema de exclusão de leitores e produtores, o autor aponta que a memória coletiva que a sociedade brasileira elabora para si tem as marcas e os limites da opressão. Para ele há dois pontos de vista defendidos na manutenção de um cânone literário brasileiro: o primeiro seria a tradição patriarcal e as ideologias autoritárias; em

segundo lugar estaria expresso o “caráter agônico” experimentado pelas violências do passado colonial, do sistema escravocrata e dos regimes ditatoriais pelos quais o país passou.

Nesse sentido, Barberena nos alerta para a necessidade de questionarmos a continuidade de um discurso nacionalista que determina a pureza ou exclusividade linguística, cultural e étnica. Na recusa também de um universalismo “encapsulador”, o estudioso nos coloca o desafio de “coletivizar as diferenças culturais” atentos para a não abstração do Outro. Para que não ofereçamos, num absolutismo da alteridade, meios para a formação de um relativismo apolítico que acabe por fim naturalizando as relações de poderes presentes (BARBERENA, 2015: 22).

O autor discute em seu artigo também as recentes manifestações no Brasil, as quais mostraram um intenso registro de “*selfies*” da participação política dos sujeitos nas ruas. A crítica de Barberena traça um paralelo entre a defesa da tortura e as fotografias individuais que celebravam a manifestação pró-golpe como uma “festa”. Esses gestos esvaziavam as agendas de reivindicações políticas, levantando cartazes de todos os tipos, inclusive aqueles que pediam o retorno do regime ditatorial no país.

Entre paus de arara e paus de *selfie*, assistimos a uma trama que parece silenciar os traumas elencados nos depoimentos da Comissão Nacional da Verdade. O mutismo dos que se silenciam diante da dor do Outro tem se convertido numa espécie de deformação de uma catástrofe testemunhal (BARBERENA, 2015: 33).

O esquecimento sistemático da violência, segundo o autor, se dá numa tríade que alimenta novas narrativas negligenciando o passado, trazendo um presente que não se choca diante da dor do Outro especificamente porque esse período ou está polarizado nas classes militantes – militares, ou são fatos que por uma conciliação nacional não deveriam ser retomados, ou por fim, a difusão de um futuro esvaziado no “apocalipse da voz da alteridade” (BARBERENA, 2015: 34).

Diante da proposta ética de Levinas, que deslocamos do campo filosófico para pensar as narrativas recentes sobre a ditadura militar brasileira, temos assim igualmente a questão de Ricardo Barberena se seria possível uma abertura ao Outro, quando vemos as caminhadas-manifestações voltadas a si próprias, registradas e simbolizadas pelos *selfies*. “Qual seria o espaço para mirar o passado traumático? Será que esse silêncio nos

condena a repetir a violência iniciada pelo ciclo colonial?” (BARBERENA, 2015: 35-36).

1.3. Diversidade de vozes

A proposta ética de Levinas, pela responsabilidade e acolhimento do rosto do Outro, distante do apocalipse da alteridade dos *selfies* destacados por Barberena, poderá quem sabe ganhar corpo a partir da política e da estética da diversidade de vozes elaborada por Regina Dalcastagnè (2012). A autora expõe que sua principal preocupação é a disputa dentro da literatura, tido como um campo privilegiado de representação, da possibilidade de dizer sobre si e sobre o mundo. Poder falar com legitimidade ou legitimar o que fala. Quem escreve literatura e quem deve testemunhá-la.

Um dos sentidos de representar é, exatamente, falar em nome do outro. Falar por alguém é sempre um ato político, às vezes legítimo, frequentemente autoritário – e o primeiro adjetivo não exclui necessariamente o segundo (DALCASTAGNÈ, 2012: 19).

Dalcastagnè mostra que além da necessidade de abertura para que outros grupos acessem a produção da literatura e sejam analisados e reconhecidos como tal, não por meio de suas margens e delimitações que são impostas para reafirmação do próprio campo literário, há também a necessidade de problematização da representação. Há questões éticas implicadas na representação, há problemas em representar o Outro, e não é uma proibição ou censura, mas a defesa de uma reflexão sobre o ato de representar.

Os impasses da representação literária não insinuam absolutamente, qualquer restrição do tipo ‘quem pode falar sobre quem’, mas indicam a necessidade de democratização no processo de produção da literatura. Falam também da necessidade de contaminação pelo olhar do outro, com uma abertura maior para sentimentos, valores e modos de dizer que podem ser diferentes dos nossos. Por fim, mostram que a consciência do problema já é um passo em direção, talvez, não a uma solução, mas ao menos a uma discussão honesta (DALCASTAGNÈ, 2012: 46).

Pensando na representação da ditadura militar brasileira pós anos 2000 estaríamos narrando este período histórico, mesmo dentro da literatura, também de maneira homogênea? Não seria essa padronização do discurso uma ponte para simplificações e rejeição do Outro? Se durante a vigência da censura havia necessidade

e estratégias foram criadas para que denúncias e testemunhos fossem feitos, o que hoje nos impede, além da reafirmação pelo campo e mercado literário, de uma maior diversidade das narrativas? Por que ainda temos textos que defendem a continuidade de uma conciliação e não argumentam em favor de uma justiça de transição?

Quando narrativas sobre a ditadura militar no Brasil continuam reafirmando e contando os mesmos fatos, problemas e personagens envolvidos, é como se ali fosse criado um círculo em torno do que foi aquela violência, delimitando-a num período e problema histórico de poucos (que, por sinal, muitas vezes encontram-se solitariamente a reivindicar uma história que nos pertence e continua negada).

Novamente retomando Dalcastagnè, não há mais possibilidade de aderirmos ingênuos a teorias e discursos, sem indagar sobre o lugar de quem fala e a quem ele serve. O comprometimento das escolhas feitas, inclusive as nossas, impede que possamos ousar falar em imparcialidade. A cada um cabe o discurso que lhe convém, por inúmeras ideologias e interesses.

Uma vez que em última instância, um homem não poderia falar em nome de uma mulher, um intelectual em nome de um operário, uma branca em nome de uma negra, e assim por diante, só restaria ao escritor se calar. Ou ser honesto quanto às suas limitações. E é essa atitude que passa a ser a esperada pelo leitor contemporâneo – que procura nas narrativas a multiplicidade dos pontos de vista, ou, ao menos, o reconhecimento da existência do problema da representação (DALCASTAGNÈ, 2012: 103).

Se ousarmos questionar o que pode a literatura diante da violência e da dor dos outros, acreditamos que talvez a possibilidade de contar essas histórias, de que silenciamentos sejam rompidos e de que novas perspectivas possam vir à tona, apresente-se como a responsabilidade e o acolhimento pelo rosto do Outro proposto por Emmanuel Levinas (1980).

CAPÍTULO II

CRÍTICA AO VIRAR A PÁGINA DA DITADURA

Neste primeiro momento iremos analisar os romances *O punho e a renda* (2014), *Amores exilados* (2011) e *Soledad no Recife* (2009). Os três foram reunidos em uma análise conjunta porque, embora usem estratégias ficcionais distintas, levam o leitor a entender a ditadura militar como outro capítulo da história do país, pertencente a um passado remoto, sobre o qual há pouco ou quase nada a ser feito.

2.1. A cumplicidade e o distanciamento dos intelectuais

O punho e a renda (2014), de Edgar Telles Ribeiro, aborda o ambiente diplomático e suas contradições no período da ditadura militar. O título do romance remete a expressão com a qual uma parte da imprensa costumava designar o universo dos diplomatas e seus anseios (RIBEIRO, 2014: 335). O autor do romance é diplomata, escritor, jornalista, cineasta e professor universitário. Seu livro de estreia, *O criado mudo* (1991) foi também publicado nos Estados Unidos, Alemanha, Holanda e Espanha. Quinze anos depois, recebeu o prêmio da Academia Brasileira de Letras de Melhor Obra de Ficção pelo livro *Olho de rei* (2005). Em nota, no início de *O punho e a renda* (2014), o autor escreve a seus colegas diplomatas e, em certo modo, exprime também seu lugar de fala. Ele se coloca como defensor de certa imunidade do Itamaraty diante do Estado repressor da ditadura militar. Diversos relatos e a própria existência da Operação Condor mostram, porém, que tal Ministério não esteve incólume e também trabalhou e favoreceu o regime militar.

Quanto a meus amigos e colegas de Ministério, passado o susto inevitável que meu livro provavelmente despertará (a princípio, ao menos), espero que saibam entender que, ao denunciar o mal que vingou em determinada fase a nossa volta, louvo uma instituição que a ela se manteve essencialmente imune – apesar da triste atuação de uns poucos (RIBEIRO, 2014: 15).

O narrador do romance também é um diplomata que recupera suas memórias e vai atrás da história de um de seus colegas de Ministério: Marcílio de Andrade Xavier. O romance conta a busca do narrador por tentar entender o porquê e em quais circunstâncias seu amigo estivera envolvido com as ditaduras militares no Brasil, Uruguai e Chile.

A obra é permeada de descrições sobre o ambiente luxuoso das embaixadas, dos restaurantes caros, de bibliotecas e de citações a inúmeras obras de arte que preenchem os espaços frequentados pelos personagens. As referências literárias, aliás, ocupam espaço de destaque no texto. O episódio, por exemplo, que unira o narrador a Max nasceu da sugestão da palavra *fortuito* a ser incluída em um relatório que aquele escrevia. Em seguida, ambos emendaram uma conversa sobre termos úteis do latim e, assim, descobrem uma afinidade em comum descrita como “das mais relevantes”, segundo o narrador, que seria a paixão por Joyce, Proust, Flaubert, Tchekov, Fitzgerald, Machado, Borges, Debray, Gramsci, Chomsky, Lukács (RIBEIRO, 2014: 22).

O primeiro encontro privado de Max com o embaixador brasileiro em Montevideu se dá na biblioteca deste, onde a cumplicidade por autores canônicos também ocorrera. A própria admiração do jovem diplomata pelo chefe nasce, segundo o narrador, por sua estante de livros:

Bem antes de cair sob a órbita de influência política do embaixador, Max se deixou seduzir por sua bagagem literária, que as prateleiras da biblioteca iam revelando à medida que os dois conversavam sobre alguns dos livros e seus autores, em uma troca de ideias que aos poucos mapeara suas preferências pessoais (RIBEIRO, 2014: 87).

Tempos depois, Max revelaria ao agente secreto inglês, Raymond Thurston que seu superior nunca se separava de uma das obras de sua coleção: uma primeira edição, de 1924, de *Montanha Mágica*, autografada por Thomas Mann (que ao final, revela-se o esconderijo quase perfeito para o esboço de um acordo de construção e transferência de tecnologia nuclear da Alemanha para o Brasil). O próprio Thurston escolhe elementos literários para descrever e nomear Max em seu relatório para o MI6:

Leu Ezra Pound e Eliot (de quem traduziu para uma revista literária brasileira o primeiro dos Quartetos, ‘*Burnt Norton*’). Abriram [os agentes da CIA] um arquivo para ele. Codinome Sam Beckett. Em homenagem àquela curiosa frase gravada na semana passada, quando ele declarou para Esmeralda considerar-se ‘o Samuel Beckett da diplomacia brasileira’. Proponho adotar o mesmo codinome Sam Beckett dos primos (RIBEIRO, 2014: 220).

Mesmo tendo se distanciado de Max o narrador vê na literatura uma possibilidade de redenção para a relação dos dois. Quando Max cita alguns versos de Eliot, o narrador lembra-se imediatamente do velho amigo que conhecera no Itamaraty no começo de sua carreira (RIBEIRO, 2014: 140). A aura sublime com que o narrador define a literatura e as artes no geral, vendo nelas um ponto de ligação forte e aceitável com o amigo, mesmo quando já sabia de seu envolvimento com os torturadores, nos

leva à uma reflexão trazida por Ginzburg em seu ensaio “Literatura e direitos humanos: notas sobre um campo de debates” (2012):

O campo intelectual é, nesse sentido, um tenso campo de contradições. Nele podem ser encontradas vozes solidárias aos direitos humanos, interessadas em encontrar condições para o exercício desses direitos. Podem ser encontradas vozes apáticas, indiferentes. E há o amplo espaço da intelectualidade conservadora – e ultraconservadora, interessada em utilizar recursos de inteligência para preservar, defender e reforçar a exclusão (GINZBURG, 2012: 201).

As artes em geral e a literatura em particular apresentavam-se como marcas de distinção tanto do narrador como do amigo. As referências e os hábitos de leitura delineavam um perfil de homens letrados, com amplo leque de autores canônicos já lidos e alguns, inclusive, decorados, sendo citados de acordo com as ocasiões. Max traduzira versos de Pound. O narrador se tornou, além de diplomata, professor universitário de Cinema. Distinções que o narrador descreve e parecem conduzir o leitor a olhar para esses personagens como sujeitos distanciados da brutalidade dos porões da tortura.

Em diversas situações, o narrador coloca a arte como fuga para a realidade. O jazz, por exemplo, que oferece um escape a Max diante das contradições em que se envolvia logo após o golpe (RIBEIRO, 2014: 60), inebriara a todos do grupo de amigos, artistas e intelectuais que se reuniam em seu apartamento na Urca:

O jazz simbolizava a liberdade. Quanto mais alto e mais abstrato, melhor. A bebida se encarregava do resto. Éramos mesmo movidos a álcool, ansiedade e ideias desencontradas (RIBEIRO, 2014: 33).

Retomando Ginzburg (2012), ele afirma que não existe nenhuma garantia de que alguém, por ser culto ou letrado, seja moralmente responsável ou eticamente dedicado ao Outro (GINZBURG, 2012: 198). Analisando o conto “O monstro” (1994) de Sérgio Sant’Anna, o estudioso coloca as possibilidades de que a autoridade conferida a um intelectual seja utilizada para a violência, inclusive legitimando uma opressão institucional.

Trata-se de observar, nesses casos, que a autoridade investida na figura de um intelectual tem ligação com os princípios de legitimidade da violência institucional. Quem tem o poder da palavra pode apresentar a versão dos acontecimentos tratada como a mais plausível, por mais que seja apenas uma construção retórica que esvazia e reifica o outro como objeto de destruição (GINZBURG, 2012: 199).

O narrador de *O punho e a renda* (2014) reforça a distinção de uma certa intelectualidade da qual fazia parte, citando frases e autores que liam e ambientes

frequentados por ele e Max, ainda que estejam jantando com torturadores ou colaborando com suas atividades. Max participa e alia-se às posições do regime golpista desde o início, mas em grande parte da obra há tentativas do narrador de justificar seus atos. Max agia daquele jeito pelo desejo de poder, pela infância triste, pela necessidade de recompor uma aristocracia à qual julgava pertencer ou porque, inserido num contexto específico da época, a ascensão na carreira se daria a partir de certas alianças e apertos de mão.

O que nos lembra Ginzburg é que apreciar as artes não exclui o exercício da violência, não há ligação direta entre a formação culta e o exercício da ética. Ele cita o exemplo que algumas das maiores barbáries do século XX ocorreram em sociedades com alto grau de instrução. Campos de concentração e extermínio foram construídos e puderam conviver lado a lado com importantes universidades.

Se estar excluído do mundo letrado pode constituir dificuldades de exercitar direitos sociais, isso não exclui o fato de que participantes do universo das letras podem eventualmente defender preconceitos e princípios excludentes. Capacidade intelectual e disposição ética não são características que andam sempre juntas (GINZBURG, 2012: 200).

Em Santiago, por exemplo, Max não tendo encontrado guarita na própria embaixada, consegue, com o apoio de Newton Cordeiro, coronel torturador influente, ser nomeado conselheiro comercial e ter um escritório autônomo na cidade. A partir daí, começa a se relacionar intensamente com a burguesia chilena e brasileira. Uma distinção feita pelo próprio narrador mostra a cumplicidade deste com parte dos valores atribuídos aos burocratas e aos intelectuais: se em diversas partes da obra se fala da contribuição dos civis aos golpes (no Brasil, Uruguai e Chile), quase sempre os citados são os empresários. Os diplomatas em si, têm muitas vezes seus atos justificados.

Nos meses que se seguiram ao golpe, vários empresários locais e suas esposas descobriram uma vocação irresistível para festas. Max se daria conta de como eram lúgubres essas pessoas? Em algum momento se arrependera de haver ajudado, marginalmente que fosse, a liquidar com o que de melhor houvera no país – os intelectuais, os artistas, os professores, os estudantes, os liberais? (RIBEIRO, 2014: 297-298).

O próprio Max - ainda que a narrativa retrate seu envolvimento com a ditadura militar e inclusive com a implantação da violência de Estado no Uruguai e no Chile, comportando-se com poucos escrúpulos com colegas, chefes e com a própria mulher, de quem retirara inclusive a guarda dos filhos difamando sua reputação para eles – era,

para o narrador, uma vítima de suas contradições (RIBEIRO, 2014: 27). Ele lembra, no início da história, que o tendo conhecido e se encantado com ele, o narrador nunca deixa de vê-lo com algum fascínio. Na análise feita é possível afirmar que tinha para com ele uma condescendência que em grande parte conseguia justificar as ações de Max.

A contradição do narrador chega ao ponto de apresentar, sem nenhuma crítica ou estranhamento, um paralelo entre Max e o AI-5, colocando ambos como símbolos daquela época (RIBEIRO, 2014: 33). Os dois poderiam, então, ser justificados? Ainda que o narrador durante o romance questione as atitudes do amigo e reflita sobre quantas vezes jantares entre torturadores e diplomatas ocorreram, inclusive contando de suas “aventuras gastronômicas” na Áustria com o major/coronel Vaz, sabido torturador, uma suposta neutralidade dos diplomatas é evocada algumas vezes durante a narrativa.

Retomando Foucault na obra *Microfísica do poder* (1979) sobre a inexistência de discursos imparciais, desprovidos de interesses e poderes, é importante questionar o narrador em diversos de seus posicionamentos. Principalmente na sua defesa da possibilidade de envolvimento neutro do Ministério das Relações Exteriores e das descrições e juízos de valor que atribui a personagens envolvidos diretamente com a ditadura, como Vaz, Eric e o próprio Max.

Vivemos em uma sociedade que em grande parte marcha “ao compasso da verdade” – ou seja, que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm por este motivo poderes específicos. A produção de discursos “verdadeiros” (e que, além disso, mudam incessantemente) é um dos problemas fundamentais do Ocidente (FOUCAULT, 1979: 231).

Algumas vezes o narrador descreve Vaz como um “grande urso velho”, Eric é visto no final do livro como um elefante que se retira porque sabe estar próximo à morte e Max, um infeliz homem cheio de contradições. Ainda que tenha citado desde o início seu desprezo por um deles, o coronel Newton Cordeiro, a construção narrativa reforça a ideia de que houve uma guerra e delimita o que foi vivido como algo que faz parte de um passado remoto. Ginzburg (2012) argumenta que nas ditaduras latino-americanas o discurso oficial dos repressores por muitas vezes usou o argumento de que as ações e decisões tomadas se deram em um estado de guerra.

Essa paranoia de fundamentos totalitários subverte, para a perspectiva psicanalítica, as condições necessárias para o empreendimento da civilização. Para que essa estratégia funcione, a degradação da memória social é um elemento decisivo. O cultivo do fascínio pelo

horror e a contemplação sem estranheza da violência sobre o outro também interessam (GINZBURG, 2012: 484).

A cumplicidade do narrador que cita o medo que sentiu dos ditadores, mas que sentou à mesa com eles e se tornou terno amigo de alguns se dá pelos discursos que ele constrói sobre a própria violência do Estado, assim como posicionamentos reforçados durante todo o livro pela distinção criada para os intelectuais. Regina Dalcastagnè (2012) rechaça a possibilidade de aceitarmos ainda hoje narradores que se dizem imparciais e seus discursos como apenas uma história sem adesão a uma causa, interesse ou ideologia.

Plenamente cômicos do comprometimento ideológico de todo e qualquer discurso, não há mais como dialogar com o mundo sem desconfiança, nem, tampouco, ter a pretensão da imparcialidade. Em meio a um emaranhado de discursos, somos levados a optar pelos que nos convêm e, é claro, a arcar com a responsabilidade da escolha. Esses narradores confusos, obstinados, quando não abertamente mentirosos, estão aí nos convidando a tomar partido e, assim que o fazemos, exibem-nos quem somos (DALCASTAGNÈ, 2012: 76).

Para além dessa reflexão, numa perspectiva como a de Levinas, que propõe no Outro um detentor do vínculo ético infinito, o narrador está comprometido com uns e totalmente distante de outros. A sua perspectiva, no entanto, sequer é problematizada. Ele se coloca como observador e traz mais afirmações e certezas do que dúvidas e problemas. Na descrição da amizade mantida na juventude, por exemplo, ele e Max eram dois jovens diplomatas que compartilhavam noites de jazz e bebida sem que soubessem, nas palavras do narrador, o que precisamente ocorria em volta deles. Quatro anos após o golpe, funcionários do Ministério das Relações Exteriores seriam tão ingenuamente desconhecedores do que se dava?

O distanciamento entre a classe diplomática e a sociedade em geral foi descrito também nos pensamentos do último chanceler brasileiro no período que antecedeu ao golpe. Ao saber que os militares tinham ascendido ao poder, no mesmo dia arrumou uma mala com pijama, algumas roupas e um livro de Machado de Assis. O narrador relata que ele sabia, no fundo, que dificilmente ficaria realmente preso ou passaria por “vexames maiores, pois estes pareciam reservados aos operários, estudantes e intelectuais que caíssem nas mãos da repressão”. O que o entristecia no momento é o fato de que sua carreira estava terminada, mas poderia se consolar começando a escrever suas memórias (RIBEIRO, 2014: 50). “Vexames maiores” pelos quais passaram as personagens Ana Rosa do romance *K.*, Fábio, Lázaro, Ellen, Glorinha e

outros militantes de *Amores exilados*, Soledad e seus companheiros torturados, de *Soledad no Recife*, Gustavo e Armando de *Não falei*, Ritinha, Henrique e outros personagens de *Nem tudo é silêncio*.

Ainda sobre as reflexões do chanceler, o narrador descreve que ele via o país caindo num abismo, possivelmente “uma ou duas gerações seriam sacrificadas” e que apesar da intolerância que reinaria dali em diante, talvez até em outros países da região, a verdade retornaria com o tempo (RIBEIRO, 2014: 52). O próprio narrador descreve sua categoria como peça na engrenagem política, com boa probabilidade de ajuste e adequação à nova realidade.

Vistos sob um ângulo corporativo, os diplomatas traquejados poderiam ser considerados moderados, que tanto poderiam servir à esquerda, como haviam feito em anos mais recentes, quanto à direita como se preparavam para fazê-lo – desde que esta se apresentasse de forma palatável e não violasse as aparências e os bons costumes. Alegavam que serviam ao Estado, não ao governo – dado que este era passageiro por definição. Costuravam, assim, o amplo manto da indulgência sob o qual logo buscariam abrigo (RIBEIRO, 2014: 53).

Indulgência que foi descrita, mas pouco problematizada no romance. Max, por exemplo, torna-se o embaixador brasileiro em Moscou nos anos 2000, após ter passado anos na América do Sul trabalhando para a conquista dos objetivos da CIA na região. Ascende na carreira com bons cargos, em importantes embaixadas no exterior, mesmo quando o país muda seu governo e ex-guerrilheiros passam a ocupar importantes posições na liderança nacional. A própria política externa da ditadura militar, segundo o narrador, era uma contradição. Eles trabalhavam numa instituição que reconheceu e reatou relações diplomáticas com a China Comunista estando entre os primeiros países do mundo a fazê-lo. Mas as torturas que supostamente ocorriam pela extinção do comunismo no Brasil não poderiam ser denunciadas, sequer pelos próprios diplomatas no exterior.

2.2. A inscrição da ditadura no passado

Além de relativizar o papel dos intelectuais no regime, um dos problemas que notamos é justamente a demarcação espacial e temporal que a construção narrativa parece delinear. A ditadura coloca-se no romance como uma violência brutal, mas que se dava em lugares não frequentados pelas personagens. Também a instauração do

regime opressor, segundo a obra, teria sido fruto de uma política internacional que já não permitiria encontrar culpados que pudessem ser julgados. A maioria dos torturadores, aliás, já estão velhos e são descritos com certa complacência pelo narrador.

Ao lembrarem de seus feitos, ou do que foram as ditaduras sul-americanas, tais personagens a colocam num quadro de realidade muito distante se comparado ao mundo que hoje se depara com o terrorismo pós-onze de setembro, conforme menciona o personagem Eric. Se tais personagens, que trabalharam para repressão, definem assim o período do regime militar, também não há por parte do narrador, ainda que sempre tentando contrapor sua opinião expressamente contrária ao regime, uma construção ou um discurso que contextualize as consequências e os tentáculos da repressão institucional no presente.

É necessário destacar que no diálogo que se dá entre o narrador e Max durante uma festa no Alto da Boa Vista no Rio de Janeiro, enquanto este último tenta reduzir os impactos da ditadura a uma pequena parcela da sociedade, aquele reafirma que inclusive dentro do Ministério das Relações Exteriores muitos foram exonerados e que, além do mais, era impossível prever quantos tiveram entes queridos perdidos pelo regime.

Ao final da conversa, Max diz que se um dia a história das ditaduras no Brasil e na América do Sul desse período fossem “escritas com isenção”, já que o narrador e também o protagonista parecem realmente acreditar nessa possibilidade, os objetivos e os culpados pelo que se dera eram externos, sem que houvessem pessoas a serem punidas ou mudanças no sistema político do país a serem feitas. Completando a reflexão, ele afirma que o próprio tempo se ocuparia de desmanchar as ditaduras e instituir as democracias. Max relembra que os Estados Unidos mudariam suas posições, o que posteriormente será reforçado pelas falas de Eric, e não vendo mais ameaça em Cuba, já tendo eliminado Allende, dariam como concluído seu projeto e trocariam regimes militares e nacionalistas, por democracias neoliberais. E os que antes apanhavam e eram torturados, não sofreriam mais dessa violência, mas novamente não participariam do processo.

A própria narrativa caminha por contar e delimitar assim a ditadura. Tal qual o personagem principal acreditava que após a primeira década dos anos 2000 o tema não teria a menor importância e as livrarias abrigariam obras por ordem alfabética que

tratariam do tema junto a demais livros escritos por historiadores e pelo mundo acadêmico, e que o tema da ditadura ficaria confinado ali (RIBEIRO, 2014: 128).

[Narrador]: - E como ficam, nesses teus cenários despojados de valores, as noções de agressor e agredido, de vítima e culpado? [Max]
- Ficam onde sempre estiveram: dentro da cabeça dos homens (RIBEIRO, 2014: 131).

A violência institucional se tornaria então problemas individuais e traumas que cada sujeito deveria encontrar uma maneira de lidar. Na apresentação da obra *Catástrofe e Representação*, Arthur Netrovski e Márcio Selligman-Silva relembram que “não contar perpetua a tirania do que passou, e sua distorção gradual, à distância do tempo, acaba pondo em xeque as certezas da memória” (NETROVSKI, SELLIGMAN-SILVA, 2000: 9). Transferir as ações da implantação e manutenção de mais de duas décadas de ditadura militar a agentes externos e à geopolítica mundial é também uma maneira de generalizar e silenciar o que se deu.

2.3. A experiência dos militantes

Ricardo Lísias no artigo “O que os fortes queriam? Uma análise de *O que é isso, companheiro?* e *Os Carbonários*” (2016) defende que parte dos grandes atores políticos brasileiros que atuavam no final da ditadura militar aceitaram o discurso do governo de que era preciso “virar aquela página da história sem contestações judiciais”, o que nos daria uma “democracia mais frouxa” e, ainda que algumas narrativas tenham delineado que a luta contra a ditadura deveria ser substituída por outras pautas, como o meio ambiente, o feminismo, o direito dos grupos homossexuais, tais progressos dificilmente seriam conquistados numa sociedade que continua sem processar judicialmente torturadores identificados e confessos (LÍSIAS, 2016: 243).

Se por um lado, *O punho e a renda* (2014) mostrou o envolvimento daqueles que trabalharam e favoreceram o regime opressor, *Amores exilados* (2011) e *Soledad no Recife* (2009), os dois próximos romances a serem analisados, contam a história dos que lutaram contra a violência da ditadura militar. Em ambos, somos levados ao ambiente dos jovens de classe média, em sua maioria estudantes universitários, que aderiram à luta armada como forma de contestação ao regime. No primeiro romance temos os protagonistas Fábio e Lázaro, ambos militantes da Aliança Socialista Libertadora (ASL), que após terem participado de ações de expropriação bancária realizadas, no Rio

de Janeiro e em Salvador, respectivamente, tiveram que optar pela vida clandestina e posteriormente pelo exílio em Paris.

Assim como em *O punho e a renda* (2014), também as artes permeiam a narrativa, mas dessa vez com a música popular brasileira em sua maioria substituindo o jazz estrangeiro e a literatura canônica dos diplomatas reforçada por outros nomes como Sartre, Jung e os preferidos dos militantes, Gramsci, Hegel, Weber, Engels e Marx, além de Machado de Assis, Camões, Eça de Queiroz, Fernando Pessoa, Gil Vicente, Cruz e Sousa, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa. Ainda que na obra nenhum desses autores venha ser realmente marca de distinção tão presente quanto no universo diplomático. É importante destacar que, com relação à literatura, temos um elemento pouco desenvolvido, mas que demarca um distanciamento da tradição canônica conservadora: o fato da francesa Muriel, formada na Universidade de Paris III em Português - Brasileiro ter abandonado seu trabalho sobre literatura portuguesa do século XV e começado a estudar a literatura de cordel.

O romance de Godofredo de Oliveira Neto se distancia dos ambientes, citações e convicções dos diplomatas de *O punho e a renda* (2014). Ele aborda as inseguranças e incertezas de dois jovens exilados. Fábio e Lázaro repetem discursos prontos da militância quando estão em grupo, mas sozinhos duvidam do que dizem e da vida que levam. Oliveira Neto, escritor premiado e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, não faz nota aos leitores e nem descreve as expectativas que tem em relação ao livro, como fez Ribeiro. Ele cria estratégias e modos narrativos que nos levam, por exemplo, aos conflitos de Fábio e sua obsessão por Muriel. O personagem, que fora vítima de tortura, se torna também algoz. O autor aproxima os personagens da violência da barbárie, mas também ao final oferece um desfecho para os conflitos colocando a ditadura militar como capítulo superado e agora objeto de livro de memória, como àquele que Lázaro pretende escrever.

Embora estudantes universitários, ambos os personagens estão muito distantes da realidade social dos protagonistas de *O punho e a renda* (2014). Lázaro foi abandonado pela mãe, cresceu sem pai e foi criado por alguns parentes, mas passava a maior parte de seu tempo nas ruas de Salvador. Os pais de Fábio eram rendeira e marceneiro, numa família de tios pescadores em Florianópolis. A própria Muriel também não tivera vida fácil no interior da França. Não conhecera o pai que, segundo

Lázaro, teria sido um grego ex-presidiário com o qual a mãe de Muriel tivera um caso passageiro. Com poucos recursos realizou todos os estudos no ensino público francês e já na universidade trabalhava como vendedora, *baby-sitter* e outros serviços temporários para complementar a renda da bolsa de pesquisa.

O envolvimento dos dois jovens com a Aliança Socialista Libertadora se dera na faculdade. Fábio perde durante a militância seu primeiro amor, Elke, uma colega que estudava Educação na Universidade Federal de Santa Catarina. Ela morreu ainda no início de uma manifestação, da qual participavam juntos.

A cavalaria atacou de surpresa. E com muita violência. Um sabre arrebentou logo de cara a cabeça da professorinha de Jaraguá do Sul. Um pedaço de rosca voou longe. Elke rodopiou e tombou, de braços abertos, os cabelos estirados como um tapete dourado nos paralelepípedos da Anita Garibaldi, o ouro da cabeça transformado em lama vermelha (NETO, 2011: 90).

Outros amigos militantes morreriam durante a narrativa, muitos passam pela tortura, alguns enlouquecem. Fábio intensifica seu envolvimento político após a morte de Elke. Depois de um tempo, tranca o curso de Ciências Sociais e se muda para o Rio de Janeiro. Ele acaba delatado por uma de suas amigas da organização. Após ser brutalmente torturada, Verinha é vista por uma vizinha de dentro de um carro apontando para um dos apartamentos onde Fábio se escondia. Ele não estava mais lá, mas os militares tinham a agenda de Verinha com endereços que os levaria até outros militantes, entre eles, Fábio.

Ele mesmo se lembrava dos choques elétricos nas partes genitais, dos objetos enfiados pelo guarda libidinoso e das centenas de violentas pancadas que um brutamonte lhe desferira na cabeça com uma lista telefônica, na rua da Relação, no Rio – “Você vai conhecer de cor todos os telefones do Rio, ô comuna!” (NETO, 2011: 107).

A tortura seria lembrada pelo personagem em diversos episódios para se desculpar pela violência que havia praticado principalmente contra mulheres. Antes de conhecer Muriel, por quem se apaixonou, Fábio teria tentado agarrar Ana Letícia e, depois de ser veementemente rejeitado, acaba por empurrá-la com força, deixando-a com um supercílio cortado e mancando por um mês. Nesse dia, foi a própria Ana Letícia quem disse a Fábio que as experiências pelas quais ele tinha passado haviam lhe deixado “oco por dentro”.

[Ana Letícia]: Vai embora, Fábio! A vida te ocoou por dentro, meu chapa, essa é que é a verdade. / [Fábio]: Vou, Ana Letícia, vou! Fábio

foi, mas ainda a empurrou com violência – a observação final da juiz-forana varara-lhe a cabeça (NETO, 2011: 41).

A paranoia pelas possíveis traições de Muriel, sempre o levavam a pensar que ela estaria balbuciando o nome de Lázaro enquanto transavam, ou que ela teria saído com outros homens. Em uma cena que Muriel encontra-se com um antigo colega da universidade, ao voltar para casa ouve inúmeras ofensas e desconfianças do companheiro, que ao final, justifica seu nervosismo relembrando a violência que sofreu:

Quero ter filho com você, Muriel, se for uma menina vou dar o nome de Stênia. Não quero mais ficar sozinho, nunca mais. Aqueles cachorros nojentos dos torturadores quase acabaram comigo, mas agora estamos aqui juntos (NETO, 2011: 78).

Os ciúmes e as desconfianças de Fábio perpassam a narrativa. Apesar de continuar dizendo que amava Muriel, mesmo após ter brutalmente agredido a francesa, ele a ofende em seus pensamentos, “a filha da puta, foi a única que amei”. Questiona-se ainda porque não a tem a seu lado naquele momento em que, minutos depois, decide se suicidar. Na narrativa há uma sugestão de vínculo entre as ações machistas e violentas de Fábio com a tortura que sofreu e a vida no exílio.

Se a tortura o teria deixado “oco”, como afirma a personagem Ana Letícia, as reações violentas de Fábio já aconteciam há anos. De volta ao Brasil, no dia anterior ao assalto à Caixa Econômica na periferia Rio de Janeiro, sua segunda ação de expropriação bancária pela organização, ele chora de arrependimento por suas “reações descontroladas diante do afago da mãe ao irmão menor, da saída raivosa e abrupta no meio do almoço na casa da tia Zezé; do empurrão e do tapa no primo Joaquim após a derrota numa partida de botão” (NETO, 2011: 200). A própria mãe do protagonista pergunta, numa carta transcrita já quase ao final do romance, se ele estava mais calmo, pois o filho ficava com muita frequência nervoso, desde criança.

As violências machistas cometidas por Fábio no romance, desde o empurrão à Ana Letícia, a facada que deu em Lázaro e, por fim, a agressão à Muriel o levou a ser descrito pelo narrador como torturador.

Fábio segurou o amuleto de madeira com habilidade, cuidando para que a parte que tinha uma pequena lasca ficasse para a frente. Muriel Melusina continuava de braços, sempre meneando lentamente o rabo imaginário. Fábio ajoelhou-se ao lado da banheira e, brutalmente, sem emitir um único som, enfiou o pedaço de madeira onde ficava raízes a cauda maldita! Aquela mulher, agora um monstro de pecado, urrou de dor, levantou de um salto, e bateu furiosamente com a mão fechada no rosto do seu torturador (NETO, 2011: 132).

2.4. Prática ética

Ao falar sobre a compreensão da transferência como prática ética, Judith Butler (2015) defende que “se a violência é o ato pelo qual um sujeito busca restabelecer o próprio controle e a própria unidade, a não violência pode ter sua origem na vivência do persistente desafio do controle do eu induzido e exigido pelas nossas obrigações para com os outros” (BUTLER, 2015: 87). A estudiosa completa que se somos, então, divididos e dependentes da interpelação do Outro, por estarmos eticamente implicados, isto não exclui nossa responsabilização pelas nossas ações e nossa incompletude é inerente ao mundo social do qual derivamos e somos mantidos. A resposta ética à barbárie é o acolhimento do rosto do Outro, não uma atitude de reciprocidade a partir da violência sofrida.

O propósito aqui não é celebrar certa noção de incoerência, mas apenas destacar que nossa “incoerência” define o modo como somos constituídos na relacionalidade: implicados, obrigados, derivados, sustentados por um mundo social além de nós e anterior a nós (BUTLER, 2015: 87).

Pouco antes da reunião de estudos da ASL quando Sarinha expulsa Muriel xingando-a de vagabunda, fato que anteciparia a agressão de Fábio contra a francesa, ele lembra de Glorinha e a vê dividida em duas, metade vestia um sobretudo de lã, metade biquíni. Vê-se também dividido e, nesse momento pensa em seu torturador pois ele também deveria ser dividido, “ele tinha que ter remorsos” (NETO, 2011: 124).

Porém, tanto em *O punho e a renda* (2014), como em *Soledad no Recife* (2009), que iremos analisar adiante, não se vê nos personagens que colaboraram com a repressão, nem mesmo quando apontam e atraíam conhecidos, amigos e companheiros como o caso do personagem Daniel/Anselmo neste último, demonstrações de remorso ou arrependimento. A justificativa que quase todos os personagens apresentam é que viviam uma guerra, onde há regras e leis que suspendem os direitos humanos como os concebemos. Também essa é a ideia que Arendt (1999) retrata a partir do depoimento de Adolf Eichmann em seu julgamento. Embora tenha participado do aprisionamento e assassinato de milhões de pessoas, ele justificava que era um burocrata e dizia estar seguindo ordens de um Estado em guerra.

O narrador de *Amores exilados* (2011) não é condescendente com Fábio. Ele cita a tortura sofrida pelo jovem, o conflito e a paranoia de ciúmes que vivia, mas não apresenta explicações ou justificativas para as atitudes de Fábio. A saída apresentada ao

personagem foi o suicídio. No romance, a fronteira da ditadura, como parte de um passado, se dá justamente pouco antes da morte de Fábio, no retorno dele e Lázaro ao Brasil. Eles se deparam com um país muito diferente do que deixaram ou do que imaginavam a partir do exílio.

[Lázaro]: Andei por aí, companheiro, senti cheiro de Brasil. As pessoas parecem contentes! Como pode ser? Os militares enfiando a porrada e a negada toda rindo, já tomando cerveja de manhã e arrotando. Será que a gente sempre esteve numa furada? (NETO, 2011: 202).

Para o baiano, poderia ter sido a divulgação das barbáries cometidas pelo stalinismo a responsável por ter afastado o povo dos ideais de esquerda. E, ainda que acreditasse ser necessária a crítica ao que foi o regime de Stalin, ela poderia ser o argumento perfeito para que a direita pudesse reafirmar as causas da implantação da ditadura no Brasil. Fábio respondeu que a autocrítica é difícil também, porque poderia parecer um desrespeito aos mortos. Lázaro rebateu dizendo que acreditava na potência da crítica como aperfeiçoamento do movimento e, inclusive, como homenagem aos que lutaram e sofreram com a repressão (NETO, 2011: 219).

Fábio relembra Elke, a qual insistia em dizer que a solução para o Brasil ou era pacífica, ou não era. Em uma de suas crises pelo amor que sente por Muriel, o catarinense pensa insistentemente em abandonar a organização para constituir uma família com a francesa. Para ele, a vida de exilado e militante parecia tornar-se artificial demais.

Já nem se consegue construir direito uma frase correspondendo ao exato pensamento. Os nossos diálogos, por exemplo, Lázaro, principalmente quando tratam de assunto político, parecem falsos. Pode prestar atenção. É tudo meio decorado. Estou de saco cheio de representação. E farto de viver numa lapa (NETO, 2011: 62).

Em *Amores exilados* (2011), a discussão interna da organização começa a se dar com mais veemência após o golpe militar no Chile. Com a posse de Pinochet, muitos brasileiros exilados se mudaram de Santiago para Paris e, entre eles, os personagens Alex e Sarinha, que chegariam como nova liderança e duras críticas aos militantes da organização na França. Os mais atacados seriam justamente Fábio e Lázaro, pelo comportamento pouco rígido, posturas intelectuais frouxas e, principalmente, pela maneira festiva e social com que levavam suas vidas e militância. Ambos não aceitaram deixar a ASL por imposição de Sarinha, mas começaram a questionar do que realmente estavam participando.

Acho mesmo que entrei numa fria, com dezoito anos, na Federal de Santa Catarina. Meio sonhador, um mundo melhor, e, pau!, nos braços da ASL. Não sei se era isso que eu queria, explicou Fábio com a voz arrastada (NETO, 2011: 123).

Lázaro concorda com o amigo, afirmando que a rigidez proposta por Sarinha deixava-os mais isolados, e que a justiça social que pregavam deveria vir exatamente de uma vida em sociedade “do nosso dia a dia no bar, no motel, na praça”. Quando, tempos depois, a organização envia um informe dizendo que Fábio e Lázaro devem voltar ao Brasil para participar de uma nova expropriação bancária, ambos discordam da estratégia.

[Lázaro]: Não conheço nenhuma organização de esquerda aqui da França que nos daria força e apoio para assalto a banco. A luta armada faz bem pra nossa consciência, isso sim, a gente tem a sensação de ir pro céu. Acaba sendo um sentimento apenas cristão (NETO, 2011: 142).

Fábio completa dizendo que estavam se tornando cada vez mais um grupo de pessoas desconectadas da sociedade, pegando em armas, achando que assim transformariam o mundo. Os dois acabam por concordar em fazer essa ação isolada para arrecadar fundos para a ASL. Ainda assim fazem inúmeros questionamentos e até o último minuto pensam em desistir. As certezas dos dois eram frágeis.

Ao fim da história, Lázaro é preso acusado pelo roubo de uma casa de câmbio. O delegado afirmou para a imprensa que Fábio estava próximo ao homem negro e fizera um sinal com o nariz indicando Lázaro para os policiais. Como o baiano carregava consigo os 30 mil dólares da ação de expropriação que tinham feito em nome da ASL, não consegue provar sua inocência. Fábio não aguenta a culpa pela prisão do amigo e comete suicídio. Muriel se casa com um francês e se torna professora de Português numa universidade do sul da França. Lázaro cumpre três anos de pena e depois vai morar em Mauá, interior do Rio de Janeiro, vira administrador de uma pousada, se casa, tem filhos e começa a escrever um livro sobre a história da Aliança Socialista Libertadora.

A começar pela prisão de Lázaro por racismo, o romance mostra como foram trazidas outras pautas para a agenda política e a resistência à ditadura vai ficando aos poucos em segundo plano. Lázaro foi preso por ser negro, não pela militância. Fábio, já se consumindo de culpa, liga para a família e, ao descobrir que alguns militares ainda o procuravam, resolve encerrar a questão se matando. A vida segue para os outros, com

casamentos, filhos e novas atividades. A ditadura, assim como Fábio, passaria a fazer parte agora do livro de memórias de Lázaro.

2.5. Crítica às organizações de esquerda

O último romance a ser analisado, nessa seção que demarca a ditadura militar como um episódio do passado, é *Soledad no Recife* (2009), de Urariano Mota. O autor é escritor e jornalista e durante o regime opressor escreveu para os periódicos *Movimento*, *Opinião*, *Escrita*, *Ficção*, e outros que se colocavam como oposição aos militares. Em 1997 lançou o livro *Os corações futuristas* que, assim como *Soledad no Recife* (2009), também trabalha com o tema da ditadura.

Nessa última obra, Mota faz antes de tudo uma homenagem à guerrilheira Soledad Barrett. Ele recupera fotografias dela nos anos 1970 e alguns recortes de jornais que publicaram a morte da paraguaia e de outros seis militantes na época. O narrador que conduz a narrativa do romance é um personagem sem nome, que conta a história a partir da recuperação de suas memórias, 37 anos depois dos fatos terem acontecido. Ele simpatizava com a militância de esquerda, mas não fazia parte formalmente de nenhum movimento ou organização. Ao conhecer Soledad, se apaixonara imediatamente e, inclusive por alguns momentos, insinua estar sendo correspondido. Nada de fato acontece entre Soledad e o narrador. Ela é assassinada antes que ele conseguisse revelar o amor que sentia. No dia de seu aniversário, o marido, Daniel, que na verdade era Anselmo e já trabalhava para os militares, denuncia a esposa e outros companheiros que estariam numa festa que ele mesmo organizara.

É interessante destacar, porém, que há posturas bastante diferentes do narrador de *O punho e a renda* (2014) para com Max e do narrador de *Soledad no Recife* (2009) para com Anselmo/Daniel. O primeiro identifica que Max tinha tido “no mínimo uma parte de responsabilidade pelo que ocorrera nos países por onde andara naquela época” (RIBEIRO, 2014: 333), ainda que já soubesse que o colega tinha participado das negociações de treinamento que torturadores brasileiros repassaram aos militares no Uruguai e no Chile. Além de saber que trabalhava na articulação dos acordos comerciais que sustentariam e financiariam as ditaduras nesses países. “Uma parte de

responsabilidade” é distante da angústia do narrador de *Soledad no Recife* (2009) que se sente perseguido pelas mortes causadas por Anselmo/Daniel:

Só agora percebo a razão, mais palpável que o palpável: é que me perseguem os seus mortos de um modo que a ele não perseguem. Essa não perseguição a ele que me dói como uma revolta e um desnorteamento. (MOTA, 2009: 65).

Desde o início da narrativa, ele conta que não gostava de Daniel. Não distinguia o porquê de sua aversão. Sabia que sendo Daniel um revolucionário treinado em Cuba e que mais tarde ofereceria também armas para as demais organizações, era praticamente um herói inatacável. Além do mais, como estava apaixonado por Soledad, seus sentimentos estavam inebriados pelos ciúmes, outro sentimento pequeno-burguês, vetado aos jovens do grupo.

“Passado de luta” era frase, era uma senha que denunciava o falante em 1972. Uma expressão que somente poderia vir de gente subversiva, clandestina. Mas a voz que eu ouvia não encontrava coerência com a de um homem impulsivo, apaixonado. Era uma voz mansa e fina. Na hora eu traduzi isso pelo pensamento de que aquele homem iria à força ou mandaria enfocar com a mesma voz mansa (MOTA, 2009: 35).

Ao lembrar os atos de Anselmo/Daniel e escrevendo, numa perspectiva de olhar ao passado, assim como o narrador de *O punho e a renda*, o narrador vê no delator, um homem vulgar, não apenas contraditório. Mesmo quando ele diz que tentará abstrair os crimes que aquele personagem teria dado origem, no máximo consegue ver naquele homem um vigarista. E, nesse ponto, há uma crítica do narrador a si mesmo, ele admite nas linhas seguintes que excluir o homem de suas ações é um erro e um paradoxo, primeiro porque não seria possível avaliar o indivíduo sem pensar nos seus crimes, depois porque seria desvalorizar o que ele tinha cometido, as mortes pelas quais era responsável (MOTA, 2009: 43).

O narrador de *Soledad no Recife* (2009) se pergunta diversas vezes como e porque não teriam ele e seus amigos percebido antes o disfarce de Anselmo/Daniel. A análise do narrador, 37 anos depois, relembrando a posteriori os gestos e as falhas daquele traidor, mostra que havia indícios, sensações, uma aversão inclusive, por aquele “revolucionário”. Anselmo/Daniel (e também Jonas, Jônatas, Jadiel) cortejava a todos, dizia o que gostavam de ouvir, falava de ações práticas e quando questionado mais a fundo sobre qualquer assunto delicado, desviava-se da resposta justificando “questões de segurança”, o que na época, fazia sentido.

Como pudemos ter sido incapazes de lhe tirar a máscara antes dos seus crimes? Essa pergunta dói até hoje. Agora é fácil vê-lo como o homem que copia a esquerda pelo clichê, pela caricatura. É fácil notar que ele anuncia e enuncia características exteriores, pois se veste com roupas, hábitos socialistas. Que ele faz declarações agradáveis aos ouvidos de qualquer combatente apaixonado (MOTA, 2009: 64).

A crítica às organizações de esquerda presentes tanto em *Amores exilados* (2011) como em *Soledad no Recife* (2009) se estruturam em ordens diferentes. O narrador desta última se considerava um simpatizante da causa, mas não estava realmente envolvido com a luta armada e com os preceitos da organização. Fábio e Lázaro estavam no exílio justamente pelo que fizeram em nome da luta contra a ditadura. Outra diferença é que o narrador de *Soledad no Recife* (2009) conta sua história a posteriori. A análise que ele faz vem pontuada pelos 37 anos que se passaram, Fábio e Lázaro conversam e analisam a Aliança Socialista Libertadora ainda quando dela faziam parte e enquanto a luta contra a ditadura era um objetivo concreto e da ordem do dia.

Ainda assim, é importante destacar que as críticas sobre o distanciamento da organização com relação à sociedade, que os dois exilados faziam, essa alienação em que eles próprio se sentiam inseridos, eram sempre contrapostas aos ideais da luta e da resistência que buscava um país melhor com maior justiça social. O narrador que se apaixonou pela militante paraguaia olha para as organizações com distanciamento, retrata as crenças e a ideologia da militância como atos infantis, ridiculariza por vezes as posturas das organizações, os objetivos e a disposição para luta armada dos seus militantes.

Mesmo tendo enfatizado que sob nenhuma hipótese qualquer um daqueles que morreram nas mãos dos torturadores seriam disso culpados, as críticas e um olhar distanciado que é construído traz para a resistência à ditadura uma imagem próxima àquela que Max de *O punho e a renda* (2014) descreve:

Se alguns desses mortos e desaparecidos a que você e a imprensa se referem o tempo todo pudessem um dia regressar, eles se ajoelhariam aos pés de seus parentes e amigos e pediriam perdão pelas tristezas causadas. Por eles. Causadas por eles. Pela infantilidade dos atos cometidos, pela estupidez de suas divisões, pela imaturidade com que agiram ao abraçar causas perdidas (RIBEIRO, 2014: 129).

Quando o narrador de *Soledad no Recife* (2009) descreve uma conversa que tivera com seu amigo Júlio sobre como deveriam distribuir as armas que receberiam de Daniel, o militante chega a propor que fizessem no centro acadêmico uma festa para

todos os envolvidos nas causas revolucionárias. No episódio, o narrador ironiza e zomba do amigo pela proposta. Reunir num único local todos os militantes da região seria entregá-los facilmente para a repressão. A organização de Júlio, porém, descarta aquela hipótese da festa apenas temporariamente, segundo o narrador. Ali estava a crítica a um movimento irresponsável, e como essa foi a única organização citada no romance, a construção narrativa aponta para uma imagem imatura, leviana e inconsequente da luta armada e das organizações de esquerda em geral. Os próprios discursos dos militantes iriam posteriormente reforçar as justificativas que Anselmo/Daniel dava para os atos de traição que cometera:

Como entrar numa guerra sem mortos e sem sangue? Que importa que essa fanática terrorista seja executada? Entre ele e ela, o que escolher? Então dava de ombros, as coisas são o que são. “Todos morrem. Se ela não morrer hoje, morrerá amanhã. Eu estou salvando vidas. Salvando outros jovens do terror. Eu estou salvando vidas de pobres soldados, de simples policiais. Eu estou salvando gente comum que seria morta” (MOTA, 2009: 77).

A justificativa de que aqueles eram tempos de guerra reforça uma ideia de que é possível então oferecer anistia ampla, geral e irrestrita. Fortalece também uma concepção de que é preciso virar a página do que fora a ditadura militar, para uma superação em prol de uma conciliação nacional. Na guerra haveria uma permissão para que tudo fosse feito. Em *O punho e a renda* (2014), por exemplo, Eric Friedlman ao conversar com o narrador, afirma que tudo fora feito porque estavam em guerra, e não poderiam se dar ao luxo de perder para a difusão do comunismo na América do Sul, a guerra não era nem mesmo nossa, mas fazia parte de uma ampla conjuntura internacional, já superada, segundo tais discursos.

A guerra, para ele, não era um fenômeno abstrato. Pouco importava que ela viesse embalada em uma ideologia ou não. E que esta fosse certa ou errada. Na hora H, seria sempre apolítica. Dois adversários que de repente se confrontassem de armas em punho não poderiam estar, ambos, certos. Em uma fração de segundo como essa, que importava onde estivesse a verdade? O que interessava era disparar primeiro (RIBEIRO, 2014: 395).

2.6. Página virada?

A violência, que esteve próxima dos personagens em *Amores exilados* (2011), dá também o tom final de *Soledad no Recife* (2009), que, ao narrar a tortura e assassinato de Pauline Reichstul, José Manuel, Soledad Barrett, Evaldo Ferreira, Jarbas Pereira e

Eudaldo Gomes, não exime a culpa ou justifica os atos de Daniel/Anselmo, nem mesmo diante dos possíveis erros ou ingenuidades que os militantes poderiam ter cometido.

Todos, em combate contra a ditadura, jamais esperaram vida boa, fácil, de paz e em paz. A queda – a prisão, a tortura, a morte – era uma possibilidade clara, talvez até a mais provável, cedo ou tarde. Esse fado era previsível, era uma das cláusulas do contrato de risco, implícita. Contrato de um *rendez-vous* com a morte. Mas ninguém jamais esperou ser mordido pelo sorriso do irmão. Do talvez mais caro irmão, do esposo e companheiro (MOTA, 2009: 105).

Mesmo assim, a melancolia do narrador enaltece uma impotência diante dos fatos. Ele não justifica a ditadura, nem a coloca como acontecimentos devido a vontades externas, como é feito em *O punho e a renda* (2014), mas, por outro lado, a obra também não propõe uma problematização do que fora aquela barbárie. O narrador conta linearmente a história e faz uma homenagem à Soledad e aos demais assassinados naquela época, mas se encerra ali. O passado ainda atormenta o narrador, mas ele não coloca nenhuma questão para além dessa angústia pessoal. Ele não discute o julgamento dos traidores, delatores e torturadores. Não apresenta a impunidade como grande ponto de vista da obra, mas, sim, em boa parte do livro, temos o retrato de uma esquerda jovem que militou a partir de discursos prontos e foi iludida, enganada, torturada e assassinada.

Ricardo Lísias, em artigo que discute as obras *O que é isso, companheiro?* e *Os carbonários*, destaca que alguns dos que antes resistiam à ditadura começaram a relativizar a luta no propósito de uma possível “pacificação”, ao seu ver, muito veloz. E completa que a própria ausência de uma justiça de transição também teria essa relativização como consequência.

Ao tirar a importância histórica da própria luta, esses grupos acabaram deixando como herança para os movimentos sociais posteriores um vocabulário enviesado e interessado em aproximá-los da criminalidade. Trabalhadores sem-terra e sem-teto são frequentemente chamados de “terroristas”, talvez porque a palavra não tenha sido esclarecida: antes, “terroristas” eram os grupos de resistência à ditadura (LÍSIAS, 2016: 244).

Também o modo como as críticas que a esquerda e os ex-militantes infligiram a luta contra a ditadura seriam para o autor um problema para a memória que vem sendo construída do período e suas consequências na sociedade atual. É possível completar que, enquanto uma autocrítica da esquerda expõe ingenuidades e ilusões, do outro lado,

torturadores e os que com eles colaboraram insistem em dizer que dentro de um contexto que lhes era dado, lutaram como podiam numa guerra que estava estabelecida.

Nas três obras aqui analisadas há uma linearidade narrativa que expõe pouca fragmentação ou desconforto diante do tema e da violência sobre a qual se propõem falar. A abstração do regime militar como um passado sobre o qual nada pode ser feito, nos leva a entender que mesmo tentando expor críticas à ditadura, num tom melancólico e de impotência diante do que está no passado, as narrativas acabam por reforçar posturas simbólicas, como o argumento de que se viveu uma guerra, ou o esquecimento e a não reivindicação de uma justiça de transição. Além de outras construções no imaginário que, como aponta Ricardo Lísias (2016) em seu artigo, alimentam no presente, inúmeros preconceitos, por exemplo, diante dos movimentos sociais ou, então, delimitam que aquela fora uma repressão a determinados grupos, não uma opressão do Estado sobre sua própria população.

CAPÍTULO III – A DITADURA QUE NÃO ACABOU

3.1. A continuidade da violência

Mostrar que muitos mecanismos do regime militar implantados no Brasil em 1964 não foram encerrados com o retorno formal das eleições diretas em 1989 ou a promulgação da Constituição de 1988 é uma das chaves de leitura que ligam os quatro romances que serão analisados a seguir. Tanto *História Natural da Ditadura* (2006), como *K.* (2012), *Não falei* (2004) e *Nem tudo é silêncio* (2010) apresentam elementos que apontam para essa não conciliação com o passado. Não há uma memória distante demarcando as narrativas sobre a ditadura em outro espaço e tempo. São histórias e personagens que assinalam a vigência sistemática do regime militar ainda no tempo presente.

O romance *História natural da ditadura*, de autoria de Teixeira Coelho, foi publicado pela editora Iluminuras em 2006. Coelho é professor da Universidade de São Paulo (USP), foi diretor do Museu de Arte Contemporânea da mesma instituição e curador-colaborador do Museu de Arte de São Paulo (MASP). Doutor em teoria literária e literatura comparada e pós-doutor em cultura e política cultural, trabalhou também no Centro de Informação e Documentação Artística da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo nos anos 1990 (1993-1996). Já publicou inúmeros livros entre ensaios teóricos e ficção. É também tradutor de George Perec.

Este romance de Coelho que iremos analisar apresenta um narrador que conta a experiência de um jovem estudante de direito, opositor da ditadura militar brasileira, que fugiu para Paris no início dos anos 70. Ele conhece Praga, sob o regime totalitário comunista, e visita a cidade onde teria morrido Walter Benjamin numa tentativa de fuga do regime nazista. Transita também pela Argentina de León Ferrari, contando seus mortos e desaparecidos. Em meio aos relatos do romance, o narrador traça uma análise sobre a ditadura militar brasileira e o fato daquele estado de exceção ali estabelecido não ter sido encerrado, mesmo nos governos democráticos recentes. Por fim, ele elabora uma crítica literária supostamente sobre a própria obra, que está presente no último capítulo do livro.

A obra não pode ser enquadrada num gênero único. Há inúmeros elementos romanescos presentes, mas há também análises políticas, sociológicas, filosóficas e dados econômicos e jornalísticos misturados aos fatos contados unicamente pelo narrador. As personagens não falam diretamente, há sempre a mediação deste narrador, que é quem nos conta o que elas diziam. A colagem de relatos e narrativas de diversos gêneros discursivos presentes no romance formam um interessante quadro sobre as ditaduras e sistemas repressivos em geral e, especificamente, a experiência deste narrador com o regime militar no Brasil.

Com longos parágrafos e discurso quase ininterrupto do narrador, a construção gera uma angústia na sucessão corrida de fatos e análises. A constatação de que o Brasil e também a Argentina do final dos anos 1960 e início dos anos 1970 eram países “irrespiráveis” é passada ao leitor pelo narrar contínuo, interrompido apenas brevemente por algumas fotos ou dados jornalísticos. O ritmo de informações e a repetição circular de frases que o narrador faz para interligar os fatos que conta nos dão a sensação de que o sujeito vai sendo atropelado pela história, o que aliás é um dos temas discutidos no conteúdo da obra.

O narrador questiona por diversas vezes o poder da sociedade sobre o indivíduo, e como a primazia do coletivo é imposta ao sujeito, também nos ideais revolucionários de seus amigos que combatiam a ditadura. O narrador conclui que a liberdade está sendo suprimida em prol de modelos de sociedade propostos, à direita e à esquerda, desde os anos 1960 até os dias atuais.

Nem por isso pensamos em buscar uma arma, nem por isso deixamos de tomar parte na passeata seguinte, algo que não fazíamos por bravata ou por arrombo mas porque era o que naturalmente tínhamos de fazer, o que era natural que fizéssemos, o que podíamos fazer, não o máximo que podíamos fazer, nem o mínimo que podíamos fazer, mas o que nos cabia fazer naqueles dias (COELHO, 2006: 181).

O “naturalmente”, segundo o narrador, era a sensação que tinham do que deveriam fazer, sem necessariamente questionarem demais as decisões que tomavam. Em uma passagem seguinte, ele próprio afirma que as discussões sobre pegar ou não em armas e sobre justificar ou não a violência como resistência e defesa fora exaustivamente debatida por ele e seu grupo de amigos. Assim como em *Soledad no Recife* (2009), aqui também o narrador não participou da luta armada, mas, ao contrário

do que foi feito no romance de Urariano Mota, este narrador não infantiliza suas deliberações ou mostra os estudantes reunidos como um grupo de garotos despreparados para a luta política, lugares comuns da crítica à militância da esquerda da época.

O grupo do qual participava o narrador se dividia em dois lados, os que apoiavam basear suas decisões de acordo com os preceitos jusnaturalista e os que construía argumentos a partir do direito positivo. Os primeiros defendiam a teoria do direito natural, corrente ideológica, segundo o narrador, usada para justificar os atos de violência da Revolução Francesa, que entendia que o uso de violência para obter fins legítimos era um instrumento natural, desde que dela não se abusasse ou não fosse usada para fins ilegítimos. Já os defensores do direito positivo acreditavam que a legitimidade dos fins só poderia ser justificada em seus meios e a violência seria um mal em si mesma que, portanto, não poderia dar legitimidade a um fim, seja ele qual for.

O debate entre os amigos se dá infinitamente “como num círculo vicioso”. Isto porque, segundo o narrador, cada um buscava uma explicação maior do que a própria deliberação, sobre qual escolha fazer. Ainda que procurassem dizer que agiriam em prol de uma causa maior, no final das contas a decisão era pessoal e intransferível. O romance não determina quem foi ou não para luta armada, apenas nos diz que o narrador e sua namorada Anna M. não foram. No início dos anos 1970 eles partiram para Paris, em busca de um “ar mais respirável”. Ainda que não fossem exilados, saíram do país em busca de uma liberdade que não os fizesse abdicar da própria subjetividade. Eles não aceitavam a ideia de terem de aderir a qualquer um dos projetos que estava diante deles, o que por si só já era uma escolha política.

Coisas maiores do que você, me diziam, ao que eu respondia que em absoluto não havia nada maior do que eu, quer dizer, não porque se tratasse de mim especificamente como esta pessoa que sou mas porque não havia nada maior que o indivíduo, o Sujeito (COELHO, 2006: 242).

3.2. A ditadura e o Outro

O romance é bastante centrado nesse olhar para o sujeito e na submissão do indivíduo pelo coletivo. Quando pensamos a responsabilidade sobre o Outro e o

acolhimento do rosto para Levinas, há uma abertura para a pluralidade, algo que também está presente nas defesas feitas pelo narrador de *História Natural da Ditadura* (2006). O narrador não admite que ideias possam ser impostas a todos de maneira igual, já que há uma singularidade em cada indivíduo e que posturas, ações e identidades não podem ser em primeiro lugar coletivas, pré-determinadas.

Este narrador traz para o sujeito a questão da responsabilidade sobre suas ações, o que é compatível com o projeto de Levinas, mas falta a essa discussão o elemento de interação com o Outro que completa o Mesmo, conforme já defendido e citado por Butler no capítulo I. O indivíduo é um ser, enquanto ser social e é levado a conhecer-se a partir da interação que mantém com o Outro. Este é um aspecto silenciado na obra, apesar de seu narrador ter levantado inúmeras questões sobre a importância da subjetividade, da liberdade e responsabilidade do indivíduo perante suas ações (não sobre os demais).

Ele defende a ideia de que não aderiu nem aos projetos da ditadura, nem da resistência coletiva, mas pouco enfatiza sua não-escolha, sendo esta também uma ação política com consequências. A abertura para pluralidade se dá, nesse caso, com um narrador que defende o que Barberena (2015) chamou de “apocalipse da alteridade”. A singularização do indivíduo a tal ponto que já não é mais possível reuni-lo em pautas políticas comuns ou aderir a uma coletividade e agenda de causas e reivindicações. A não redução radical do sujeito a qualquer possibilidade coletiva leva também ao enfraquecimento de reivindicações políticas. Esta é a escolha feita pelo narrador, mas pouco se fala sobre seu peso e consequência para a história da própria ditadura contada no romance.

Silviano Santiago em entrevista ao jornal literário *Suplemento Pernambuco*, na edição de agosto de 2016, afirma que a situação política atual é complicada porque se, por um lado há inúmeros movimentos com agendas diferentes não se pode dizer que não há envolvimento e desejo de participação da população; por outro lado, os partidos não conseguem absorver essas demandas e não há uma ideologia que ofereça uma retórica consistente para união dessas forças progressistas. A única característica comum a todas essas associações é justamente o individualismo, segundo Santiago:

A partir de um determinado momento nesse século cada um de nós e todos viramos participantes. Se você é mulher, você é participante, são grandes as questões feministas; se você é gay, você é participante; se você é índio, você é participante. Então a própria estrutura da participação passou a ser individualizada e, nesse processo, a constituição de um grupo é difícil (SANTIAGO, 2016: 12).

Os tempos de início do regime militar no Brasil são contados a partir da voz desse ex-estudante de direito da Universidade de São Paulo, membro de um grupo de amigos que fora, assim como tantos, atacado pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e sofrera a repressão violenta do Estado às manifestações. Ademais, vivia as contradições de pegar ou não em armas para combater a ditadura. Os personagens sentiam-se naturalmente envolvidos nas lutas de seu tempo, mesmo que desejassem deliberar individualmente sobre todas as decisões que fariam. O narrador quando começa a contar a história, com um olhar de análise e memória, passados mais de três décadas dos acontecimentos, coloca esse sentimento em conflito, não mais como natural, conforme parecia ser na época. Como diversas questões apresentadas, também para esta não há soluções simples e lados de certo ou errado a serem aderidos.

O narrador de *História Natural da Ditadura*, também como *O punho e a renda* (2014) e *Soledad no Recife* (2009), é um personagem que recolhe memórias e conta sua experiência sobre o regime militar no Brasil. Mas, ao contrário dos demais, escolhe não se deter apenas nos fatos. Temos um narrador mais debruçado sobre a reflexão, com um olhar analítico, do que sobre a necessidade de descrever o que passou. O narrador é alguém que conta a partir de uma experiência acumulada e uma perspectiva temporal dos anos 2000. Cabe lembrar, no que diz respeito às marcas desse pensamento, que sequer foi um simpatizante da luta armada, como diz ter sido o narrador de *Soledad no Recife*.

Em diversas passagens esse narrador faz duras críticas sobre as imposições dos grupos de esquerda e evidencia que saiu do Brasil não porque fora obrigado ao exílio, mas sim porque não conseguia aderir a nenhum dos projetos que estavam sendo impostos a ele. Muitas coisas lhe eram ditas sobre como “cabia fazer” e ele não concordava com isso. O personagem não queria ser levado para um lado ou para outro de maneira irrestrita. Não gostaria de ter que aderir às posições políticas impreterivelmente. Ainda que isso não apareça no livro, é preciso deixar claro que a própria decisão do personagem já era um posicionamento político. É possível dizer que

de certa forma a narrativa parece desejar que o leitor também não faça adesões aos projetos propostos pela resistência à ditadura na época.

Motoneros, FAR, FARP, ERP e tantas outras siglas como as tivemos também no Brasil e tantos outros lugares, ALN, MR8, FARC, toda essa sopa indigesta de letras, esses exércitos e forças que nos querem a força libertar de um modo ou de outro de alguma coisa apenas para nos sujeitar a outra, a todo o custo, custe o que custar (COELHO, 2006: 114).

Ainda que a crítica à ditadura esteja presente durante todo romance, há uma clara apresentação de que esta não se deu de maneira veemente imposta ao povo. Há um questionamento sobre as ideias da própria esquerda de salvar “o povo” ou de que era necessário mudar o país em prol de uma justiça social. Esse tema que foi aventado em *Amores exilados* (2011) aqui é explícito. A personagem Anna M., mulher pela qual o narrador era apaixonado e com a qual foi para Paris, diz que ainda que a esquerda não aceitasse, era fato que parte do povo tinha ido às ruas dizendo que queria a ditadura e havia também uma outra parte que estava interessada em outros assuntos e não tinha aderido às manifestações contra o regime (COELHO, 2006: 201).

3.3. O estado de exceção permanente

Há no romance a defesa de que vivemos em um estado de exceção permanente, conceito derivado das ideias de Giorgio Agamben, citado várias vezes na narrativa, em sua leitura de Walter Benjamin. Na análise do narrador, a partir dos regimes totalitários no século XX e, no caso específico do Brasil, depois da ditadura militar, ainda vivemos sob um estado de exceção, ou em modalidades desse estado de exceção. Os governos subsequentes, ditos democráticos, continuariam a emitir medidas provisórias de maneira ilimitada, suprimindo os poderes do legislativo em prol de uma atuação decisiva do executivo.

João Camilo Penna no artigo “Estado de exceção: um novo paradigma da política?” (2007) aponta que a Constituição brasileira de 1988 concede a exceção nos Artigos 136 e 137, para instalação do chamado estado de defesa, como medida necessária para preservar ou restabelecer a ordem pública diante de ameaça institucional ou calamidade; e o estado de sítio, que deveria ser instalado quando o estado de defesa não se mostrasse suficiente o bastante para controlar uma ameaça, ou então diante de

uma declaração de estado de guerra (PENNA, 2007: 180). A discussão proposta por Penna é o espanto causado pelo clamor que surge, diante dos problemas de segurança pública nas grandes cidades, para que esses dois artigos passem a vigorar no país. Ainda mais quando, segundo ele, foi justamente um estado de exceção, a ditadura militar, que gerou grande parte dos problemas de segurança do país.

De fato, absolutamente todas as práticas atuais que resulta(ra)m em abusos monstruosos de direitos humanos tiveram sua origem durante os 21 anos do regime militar: a privatização do aparelho de segurança (que se inicia com a contratação de seguranças para a proteção dos bancos contra ataques terroristas), a militarização da polícia, a prática regular da tortura que passou dos porões da polícia “política” da ditadura ao cotidiano das chefaturas de polícia, os esquadrões da morte (apoiados pelas autoridades militares durante a ditadura, que sequestravam ou matavam dissidentes políticos), a prática dos justiceiros, e as execuções sumárias de suspeitos (PENNA, 2007: 189).

Para Agamben (2004), a definição de estado de exceção estaria ligada ao conceito de guerra civil, já que ela seria o oposto do chamado estado normal e que o estado de exceção é tido como uma resposta do poder estatal a conflitos internos extremos. No século XX, porém, Agamben afirma que houve o surgimento de um fenômeno novo: a chamada “guerra civil legal”, e dá como exemplo o Estado nazista, no qual Hitler, assim que assumiu o poder, suspendeu os artigos da Constituição de Weimar relativos às liberdades individuais (AGAMBEN, 2004:12). Esse estado de exceção durou doze anos.

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos (AGAMBEN, 2004: 13).

O estado de exceção para Agamben não é a instituição de um direito especial, como o direito de guerra, por exemplo, mas define-se justamente pela suspensão da própria ordem jurídica. Uma das faces do estado de exceção seria, segundo ele, a ampliação dos poderes governamentais e, especialmente, a atribuição ao executivo de promulgar decretos com a mesma força da lei (AGAMBEN, 2004: 17). Com bases nesses preceitos, a personagem Anna M. faz diversas análises, indispondo-se com alguns expoentes da esquerda, segundo o narrador. Na opinião dela, o Brasil ainda vive

sobre um regime ditatorial, justamente pelos excessivos poderes concedidos ao poder executivo.

É nesse ponto que as pessoas se irritam enormemente com Anna M. porque o que ela escreveu com todas as palavras em seu texto era que, encerrada formalmente a ditadura de 64 no Brasil, todos os governos seguintes, as medidas provisórias, como dizia, continuaram a ser baixadas profusamente pelo executivo, comprovando assim a tese de H. Tingstein, aceita por Anna M., de que a progressiva erosão dos poderes legislativos do congresso, que hoje se limita cada vez mais apenas a ratificar as medidas com força de lei emanadas pelo executivo, não apenas se converteu em prática comum como aponta para o estado de exceção continuada cujo outro nome é pura e simplesmente ditadura (COELHO, 2006: 212-13).

Agamben recupera a pesquisa de Tingstein sobre uma série de países que ampliaram os poderes do executivo durante a Primeira Guerra Mundial. Segundo ele, em muitos dos Estados beligerantes foi declarado estado de sítio e promulgadas leis de plenos poderes, o que dentro de um uso controlado e provisório pode ser teoricamente considerado compatível com um Estado democrático. O que Tingstein alerta em seu livro e Agamben retoma é que a promulgação dessas medidas de maneira sistemática levará necessariamente a uma erosão das instituições democráticas (AGAMBEN, 2004: 19). É esse o ponto de vista que a personagem Anna M. defende em seus escritos. Para ela, desde 1984, quando formalmente a ditadura militar teria sido encerrada, o decreto de medidas provisórias por todos os demais governantes demonstra a continuidade de uma característica importante do estado de exceção.

Agamben, porém, esclarece que a decisão de “plenos poderes” define uma das possíveis modalidades de ação do poder executivo durante o estado de exceção, mas não coincide com ele (AGAMBEN, 2004: 17). Isto torna a comparação que Anna M. faz do executivo brasileiro uma aproximação não necessariamente correta dos demais exemplos e definições que Agamben mantém em seu livro. Um caso citado por Agamben seriam as leis decretadas por George W. Bush nos Estados Unidos em 2001, pós 11 de setembro. Penna (2007), também propõe a discussão sobre a instauração de medidas excepcionais, mas isso para grandes segmentos da população brasileira que vivem sob o que ele chama de “estado de sítio branco” debaixo da cobertura de um suposto estado de direito. Em sua análise sobre uma aproximação do conceito de estado de exceção na realidade brasileira, ele não trata de uma prevalência do executivo sobre

o legislativo, mas da ausência de direitos para parcela da população, no caso, reflete sobre as periferias e a população carcerária.

Se nos ativermos ao aspecto da redução das liberdades individuais e o quanto elas teriam sido comprometidas pelas inúmeras medidas provisórias decretadas pelo presidencialismo brasileiro, é difícil equiparar com os demais casos citados pelo estudioso italiano sobre promulgação de plenos poderes e instituição de um estado de exceção. Isso, porém, não está presente no romance. A defesa da personagem de que vivemos num estado de exceção é calcada, principalmente, por um enfraquecimento desmedido do legislativo, esse sim, representante do povo, segundo ela.

O narrador vai mais longe e elabora uma ideia de que não haveria mais uma luta de classes no Brasil. Para ele, vivemos um conflito entre a classe política e a classe civil, entre o Estado e a sociedade.

A classe média vem sendo de modo progressivo mas firme, limada e corroída e esmagada há 40 anos sob todos os governos deste país, dos facínoras militares aos liberais de centro e direita e aos populares de esquerda ou de qualquer outro tom político, e isso sem que as classes mais abaixo consigam qualquer ganho, na demonstração mais contundente de que a grande luta no país Brasil nunca foi, nos últimos 40 anos, a luta de classes mas sim a luta entre o Estado e a sociedade, ou, se for o caso de continuar falando de luta de classes, uma luta entre a classe política e a classe civil, entre a classe política e a sociedade civil (COELHO, 2006: 103).

Em primeiro lugar, é preciso refletir sobre qual seria a proposta desse narrador quando ele separa a classe política da sociedade. É possível? Se pensarmos que os políticos são sujeitos advindos da própria sociedade, acredito que não. Num segundo ponto, ele advoga que não há luta de classes, a não ser entre a classe política e a classe civil, e que é assim desde os tempos da ditadura até os atuais governos democráticos. Há outro equívoco aqui, visto que a própria ditadura foi um projeto civil-militar. Parte da classe civil, portanto, se envolveu no projeto militar com objetivos tanto de abafar uma ascensão de pautas trabalhistas no governo de João Goulart, como para implantar uma agenda de medidas econômicas no país que atendessem a seus interesses.

É nesse ponto também que podemos interligar os interesses de uma parcela dominante da sociedade com a existência de uma a luta de classes no país. Marcos del Roio (2014) aponta que havia um projeto liberal no apoio à implantação da ditadura,

que visava afastar o Estado das atividades econômicas. Isto acabou não acontecendo. Durante a ditadura a burocracia estatal aumentou e foram criadas uma série de empresas estatais consideradas estratégicas. Entretanto, para conciliar os desejos de diversas frações da classe dominante, como os industriais que pediam proteção comercial e os rentistas que requisitavam uma maior abertura aos mercados financeiros, os ditadores tiveram que sobrecarregar as classes de menor renda (ROIO, 2014: 8), como já assinalados anteriormente. Arrocho salarial e repressão às greves, sindicatos e oposição foram sinais claros de que havia uma disputa em jogo.

Há pontuada durante todo livro uma desconstrução da política em geral. Começando pela crítica à submissão do sujeito perante o coletivo, depois na ideia de que tanto a esquerda como a direita impunham opressões de mesmo peso e medida aos indivíduos durante o período que precedeu o golpe de 64 e nos primeiros anos de regime ditatorial. Também ao tratar dos governos democráticos, o narrador e a personagem Anna M. igualam as medidas provisórias do regime presidencialista aos atos institucionais da ditadura. Deixam então ao leitor a impressão de que não houve avanço e de que viveríamos ainda sob um regime totalitarista. Em uma passagem o narrador afirma textualmente que a ditadura continua presente como paradigma político até hoje (COELHO, 2006: 219).

Talvez não estivéssemos tão interessados ou tão decididos, Anna M. e eu, naquele momento em que chegávamos então a Paris, em sentir o horror absoluto que depois viemos a sentir pelos totalitarismos todos, pelas ditaduras todas, pelos estados de exceção todos, de direita e de esquerda, e, complementarmente, pela ideia mesmo de Estado e, em particular pela ideia de partido político, especialmente dos partidos políticos mais duros, esses que têm linhas e palavras de ordem que não podem ser infringidas (e que, claro, são infringidas o tempo todo por seus dirigentes máximos encarregados de julgar os outros e não a si) e que exigem que todos pensem da mesma maneira (COELHO: 2006: 227).

Tais posições podem refletir uma postura liberal do narrador, que defende uma intervenção mínima tanto do Estado como das próprias associações e demandas coletivas na vida dos indivíduos. Além disso, ele passa o livro contestando a coletividade em si como um malefício ao sujeito e sua individualidade e não usa em nenhum momento o termo cidadãos. Assim, as reflexões que ele e Anna M. propõem podem levar a uma ideia equivocada do que fora a ditadura militar, sua violência e

brutalidade, principalmente quando coloca em parâmetros iguais um legislativo enfraquecido e uma repressão política.

Não há no romance, como nas narrativas anteriormente analisadas, alusões à necessidade de uma justiça de transição ou um questionamento sobre a Lei da Anistia promulgada em 1979. As demandas desse narrador são outras. Mas também não há certezas e questões que encerram o debate sobre a ditadura militar. Na expansão que a obra traz sobre uma ditadura que continua presente, na opressão que se deu e se mantém sobre a sociedade pelo Estado e também na forma e estética com a qual o autor decide contar essa história, não há respostas ou redenção, mas perguntas. Há aqui um narrador que não está em busca de conciliação com o passado, mas justamente pretende confrontá-lo, desmontá-lo e desconstruí-lo de posições fáceis e prontas.

3.4. A continuação de um crime

Se *História natural da ditadura* (2006) não reivindica explicitamente justiça pelos crimes cometidos pela ditadura militar, *K.* (2012) é a história de um crime continuado. O sequestro e desaparecimento forçado da filha e genro do senhor K. pelos agentes da ditadura militar marca todo o romance. O livro conta a história da busca desse pai pela filha e as descobertas de que ela fazia parte de um movimento político, tinha se casado, quem era esse genro e para onde teriam sido levados.

O autor do romance, Bernardo Kucinski é jornalista e, assim como Teixeira Coelho, foi professor da Escola de Comunicações da Universidade de São Paulo. Autor de vários livros publicados no Brasil e no exterior, sua obra de estreia na ficção, entretanto, foi *K.*, escrita aos 74 anos. Bernardo é o irmão de Ana Rosa Kucinski Silva. Ela e o esposo, Wilson Silva (colega de Bernardo no curso de Física da USP), foram desaparecidos no dia 22 de abril de 1974. Segundo o *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*,⁷ ambos deixaram seus trabalhos e avisaram aos colegas que iriam almoçar juntos. Nunca mais foram vistos. Amigos e familiares tomaram diversas providências na busca por notícias. O advogado Aldo Lins e Silva entrou com pedido de *habeas corpus*, mas a medida foi rejeitada porque o Ato

⁷ Usaremos daqui em diante a sigla DDMDP para Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil e CFMDP para Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Institucional nº 5, promulgado no final de 1968, aboliu o direito ao *habeas corpus* da Constituição brasileira.

O cardeal e arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, conseguiu uma audiência com o chefe da Casa Civil do governo Geisel, o general Golbery do Couto e Silva, o qual prometeu investigar o caso do desaparecimento do casal. A Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos também foi acionada. O governo brasileiro respondeu apenas que não tinha nenhuma responsabilidade sobre o paradeiro de Ana Rosa e Wilson. As famílias pediram a colaboração do Departamento de Estado do governo dos Estados Unidos, através da America Jewish Communittee e do American Jewish Congress. Na época, dezembro de 1974, a informação que conseguiram era que Ana Rosa estava presa, mas viva.

No ano seguinte, o ministro da Justiça, Armando Falcão publicou uma nota oficial incluindo os nomes de Ana Rosa e Wilson Silva como “terroristas foragidos”. Em 1992 o ex-sargento Marival Dias do Canto, afirmou em entrevista para revista *Veja* que o casal teria sido sequestrado em São Paulo e levados para um centro de tortura clandestino em Petrópolis (RJ), a chamada Casa da Morte. Segundo ele, ambos devem ter sido torturados, assassinados e seus corpos despedaçados, pois era a prática do lugar ocultar os corpos através do esquartejamento. Segundo Bernardo Kucinski, a família gastou cerca de 25 mil cruzeiros com informações falsas (CFMDP 2009: 569-571).

O romance conta o desaparecimento de Ana e Wilson, mas como é explicitado desde o início, trata-se de uma obra de ficção:

Caro leitor: tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu. Deixei que lembranças fluíssem diretamente da memória, na forma como lá estavam, há décadas soterradas, sem confrontá-las com pesquisas, sem tentar completa-las ou lapidá-las com registros da época. Preenchi as lacunas do esquecimento e os bloqueios do subconsciente com soluções inventadas (KUCINSKI, 2012: 14).

O crime de desaparecimento forçado percorre todas as páginas do romance, mostrando as diversas faces dessa história. Há o pai que incessantemente busca pela filha, uma carta de Ana para uma amiga, os informantes falsos que extorquem dinheiro do velho, os torturadores, uma senhora que trabalhou na Casa da Morte, os professores da Universidade de São Paulo no dia em que exoneraram Ana Rosa, o infiltrado que

começara a delatar ex-companheiros, a amante do torturador, o militar banido após o golpe, outros familiares dos desaparecidos, os religiosos que se envolveram e os que se distanciaram, vizinhos, clientes, amigos e por fim uma carta escrita pelo militante Rodriguez a um de seus companheiros e líderes da organização.

K. não consegue aceitar a ideia de ter perdido a filha, sem nem mesmo conseguir desvendar o que teriam feito com ela. Por um longo período da história ele procura pistas, paga por informações, é enganado por falsos colaboradores.

No começo o pai à procura da filha desaparecida age com cautela. Depois, quando passaram muitos dias sem resposta, esse pai ergue a voz; angustiado, já não sussurra, aborda sem pudor os amigos, os amigos dos amigos e até desconhecidos; assim vai mapeando, ainda como um cego com sua bengala, a extensa e insuspeita muralha de silêncio que o impedirá de saber a verdade. Descobre a muralha sem descobrir a filha (KUCINSKI, 2012: 89).

K. entrou em contato com a comunidade judaica no Brasil e nos Estados Unidos. Falou com todos os contatos que tinha e poderiam ser relevantes. Foi à imprensa. Participou do grupo formado pelo arcebispo de São Paulo, que reunia os familiares de pessoas desaparecidas pela ditadura. Ali, ouvira pela primeira vez a expressão “foram desaparecidos”. Tornara-se conhecido e, apesar de não conseguir nenhuma informação concreta sobre o paradeiro da filha e do genro, era um homem blindado perante os ditadores. Fazer algo a ele seria dar provas de que o que dizia era verdade. Ao menos era assim que K. começava a ver sua contraditória posição naquela história.

Quando começa a acreditar que a filha teria sido assassinada, ele tenta de várias maneiras prestar uma última homenagem ao casal. Mesmo não sendo religioso vai até à sinagoga. O rabino não o ajuda. Nem na procura, nem com um enterro sem corpo presente. No cemitério hebraico do Butantã, K. se revolta diante da proibição de construir uma lápide para a filha ao lado do túmulo de sua mulher. Explicam a ele que há um significado na lápide, na presença do nome da filha no cemitério:

O que é o sepultamento, senão devolver à terra o que veio da terra? Adam, adamá, homem e terra, a mesma palavra; o corpo devagar se decompõe e a alma devagar se liberta; por isso, entre nós, é proibido cremar ou embalsamar; é proibido usar caixões de metal; proibido lacrar com pregos, e tantas outras proibições. Não tem sentido sepultamento sem corpo (KUCINSKI, 2012: 80).

A situação piora quando K. tenta argumentar que havia na entrada do cemitério uma grande lápide em memória dos mortos no holocausto. Para as autoridades hebraicas nada podia ser comparado ao holocausto. A atitude de K. fora tomada como um grande insulto. Sobre essa sacralização do que fora o extermínio dos judeus, Agamben (2008) questiona por que seria louvável atribuir o prestígio da mística ao extermínio (AGAMBEN, 2008: 41), ou então dar-lhe um nome utilizado para expressar atos de sacrifício (presumindo talvez uma redenção).

“Holocausto” é a transcrição doura do latino *holocaustum*, que por sua vez traduz o termo grego *holókaustus* (um adjetivo que significa literalmente “todo queimado”). A história semântica do termo é essencialmente cristã, pois os padres da Igreja serviram-se dele a fim de traduzirem – na verdade sem muito rigor e coerência – a complexa doutrina sacrificial da Bíblia (AGAMBEN, 2008: 37-38).

Também há uma crítica de Agamben ao termo “shoá”, que significa “devastação, catástrofe” e no sentido bíblico muitas vezes está ligado a ideia de punição divina (AGAMBEN, 2008: 40). K. não queria diminuir o extermínio dos judeus e até concordou com o rabino sobre a impossibilidade de comparar aquele genocídio com outras barbáries, mas para ele o desaparecimento da filha era uma continuação do holocausto.

Diante do fato de não poder realizar nenhum dos rituais religiosos, ele decide construir um folheto literário que seria usado para homenagear a filha e o genro. Pensou em reunir fotos, relatos e depois entregar para amigos e familiares. O pequeno livro de memórias, porém, nunca foi impresso. A gráfica do bairro, que um tempo atrás imprimia um jornal anarquista e agora faz convites de casamento, não iria produzir material subversivo. O dono deixou claro que não iria imprimir um livro que contava a história de comunistas (KUCINSKI, 2012: 84). A narrativa não oferece conciliação e conformação a esse pai. Com a filha desaparecida, sem poder sequer prestar algum tipo de homenagem póstuma, K. não consegue promover nenhum tipo de encerramento, exatamente como se dá com o crime continuado de desaparecimento forçado.

O termo desaparecido é usado para definir a condição de pessoas sobre quem as autoridades governamentais nunca assumiram ou divulgaram a prisão e a morte. Ainda que tenham sido sequestradas, torturadas e assassinadas. Foram consideradas pessoas foragidas até a publicação da lei 9.140 de 4 de dezembro de 1995 (CFMDP, 2009: 22).

O personagem K., também fora preso político em seu país de origem, a Polônia. Mas ainda que trace paralelos entre os regimes repressivos de lá, a perseguição de Hitler e o *sorvedouro de pessoas* que foi a ditadura brasileira, a situação em que se encontrava o faz pensar que parecem melhores a identificação e a clareza com que as prisões e execuções se deram na Europa, do que o total desconhecimento sobre o que fora feito de sua filha.

Numa segunda obra lançada pelo autor Bernardo Kucinski, *Os visitantes* (2016) justamente para discutir a repercussão de *K.*(2012), personagens começam a visitar o autor e entre eles uma sobrevivente dos campos de extermínio na Polônia que o acusa de ser injusto e leviano ao tratar do tema.

Ela disse: É sobre o holocausto, o senhor escritor escreveu que os alemães registravam todas as pessoas que matavam, mas isso não é verdade! Só registravam os que eram separados para o trabalho forçado, e só em Auschwitz. A maioria ia direto para a câmara de gás, os velhos, as crianças, os que pareciam fracos; imagine se iam registrar cada um, nem daria tempo, era um transporte depois do outro. Seu livro está errado! (KUCINSKI, 2016 Posição Kindle 32-37).

Esse revisitar a história do livro *K.* (2012) em outra obra ficcional, joga com os pontos críticos que a construção e as escolhas feitas pelo escritor na primeira obra podem suscitar. Há em *Os visitantes* (2016) quem o acuse de contar uma história suja, escrevendo bonito. Amigos que tomaram as cartas como verdadeiras. Sujeitos que se viram representados nos personagens e voltaram para contestar o modo como foram descritos e até a indiscrição do autor em falar sobre eles, dando-lhes voz. Colocando palavras em suas bocas que provavelmente não pronunciariam.

O personagem escritor de *Os visitantes* (2016) enfatiza para todos os que vão conversar com ele o que teria escrito nas primeiras páginas de *K.* (2012), de que aquela era uma obra de ficção. Mas o exercício literário proposto por Bernardo Kucinski no livro publicado em 2016 ilumina diversas questões levantadas pela construção narrativa que são feitas pelo autor para contar em uma narrativa ficcional a história do desaparecimento de Ana Rosa e Wilson Silva.

Um dos aspectos importantes de *K.* (2012) é a existência por todo o romance de vozes de diversos narradores, o desafio de comprovar e não esquecer um fato que o

sistema político, e por vezes a própria memória coletiva, insistem em afirmar que não aconteceu.

Sei que as cartas à destinatária ausente continuarão a chegar. O carteiro nunca saberá que a destinatária não existe. Assim como o ignorarão, antes dele, o separador das cartas e todos do seu entorno. O nome no envelope selado e carimbado será o registro tipográfico não de um lapso ou falha do computador, e sim de um mal de Alzheimer nacional. Sim, a permanência do seu nome no rol dos vivos será, paradoxalmente, produto do esquecimento coletivo do rol dos mortos (KUCINSKI, 2012: 17).

O romance igualmente faz referências a episódios da história real que ganharam notoriedade. A ação do arcebispo de São Paulo em reunir as famílias que procuravam pelos seus desaparecidos, o trabalho e a resistência das Mães de Maio, a busca de Zuzu Angel pelo filho. Há referências ao delegado torturador Sérgio Paranhos Fleury, ao militante líder da ALN, Marighella e ao centro de tortura onde Ana Kucinski teria sido desaparecida, a Casa da Morte de Petrópolis. Os fatos são amarrados na ficção pelas dores desse pai a cada não-resposta, não-confirmação, não-corpo, não-justiça.

O que intensifica a experiência trazida por K. (2012) à luz de tantos anos passados da fase dos romances-testemunho e dos romances de denúncia da ditadura militar é justamente o complementar de vozes que se agregam aos relatos desse pai. O acolhimento do rosto e a proposta ética de Levinas, que defende uma multiplicidade e um não-reducionismo, estão presentes na obra nessas inúmeras vozes que contam suas experiências. Diferente de *História natural da ditadura* (2006), que oferece a perspectiva de um narrador único, aqui são muitos os que falam e expõe a barbárie. A expressão “foram desaparecidos”, por exemplo, entra na obra pela voz de um pai que também perdera seus filhos:

Um senhor levantou-se, disse que viera de Goiânia especialmente para a reunião. Seus dois filhos, um de vinte anos e o outro de apenas dezesseis, foram desaparecidos. Esse senhor gaguejava, parecia em estado catatônico. Foi o primeiro a usar a expressão “foram desaparecidos”. Também trazia fotos dos filhos. Depois dele, K. tomou coragem e contou sua história (KUCINSKI, 2012: 26).

Um dos primeiros narradores que aparece é a voz de um membro de uma organização que lutava contra a ditadura. Ali há o reconhecimento de que, ao terem o chefe capturado pelos militares, eles deveriam ter aceitado a derrota. Teria sido a maneira de se pouparem para futuros embates, mais possíveis.

Reconhecer a derrota. Pronto, acabou. Perdemos. Não tem mais luta. Queimar os papéis, abandonar os planos, destruir as pistas, ignorar todos os pontos, não atender telefone, cortar os contatos. Mas vão se passar décadas até os raros sobreviventes admitirem em retrospecto que a única saída era aceitar a derrota (KUCINSKI, 2012: 30).

Poucos capítulos depois há a voz de Ana, em uma carta escrita a uma amiga. Ela lembra um filme de Buñuel que se parecia muito com a situação em que estava. Ana não via mais com tanta clareza o que estavam fazendo, qual o sentido da luta diante dos companheiros sequestrados e mortos pela repressão. Estava incerta sobre o abandono da política pela luta armada.

Vejo as pessoas criando suas objetividades fora da realidade, se enclausurando, e aí vale tanto para os bundões da Química quanto para os esclarecidos e engajados. Tem alguma coisa muito errada e feia acontecendo, mas não consigo definir o que é. Sabe, uma coisa é a gente sonhar e correr riscos mas ter esperanças, outra coisa muito diferente é o que está acontecendo. Uma situação sem saída e sem explicação, direitinho como no filme do Buñuel. Já nem sei mais onde está a verdade e onde está a mentira. (KUCINSKI, 2012: 53).

Há também a voz de um dos comandantes das torturas que confessa os assassinatos e a estratégia de desaparecimento dos presos. Ele conta a um de seus subordinados o rompimento dos Estados Unidos com o regime militar brasileiro e as exigências dos chefes para que eles se desfizessem das provas mais comprometedoras. O que eles já vinham fazendo há tempos, segundo o torturador. Ele conta sobre o relato de um dos agentes da CIA que propõe um acordo para que ele liberasse a filha de K., que àquela altura tinha conseguido fazer-se ouvir no exterior. Mas já não havia mais ninguém a ser liberado. A filha de K. fazia parte de uma das provas das quais há muito tinha começado a se desfazer.

Já na segunda metade da obra, há a narrativa de um dos infiltrados que agora delatava antigos companheiros e, pouco depois, a amante do torturador. Chamava-o de chefe, temia-o, sabia quem era e o que fazia. Mas tinha se apaixonado. As outras duas personagens mulheres no romance serão a psicóloga do INSS e Jesuína, funcionária da Ultragaz que fizera faxina na Casa da Morte de Petrópolis. Com alucinações e a lembrança constante dos gritos que ouvira no centro de tortura, Jesuína rende pouco no trabalho e sua ida ao INSS era uma solução arranjada pelos patrões para manter a proteção a uma recomendada de Fleury e para que ela não fale aos outros o que viu e ouviu ou onde trabalhou. Os chefes iriam conseguir uma aposentadoria por invalidez para ela.

No âmbito corporativo-institucional, K. especula o que teria passado na cabeça de cada um dos membros que votaram pela demissão da filha por abandono de função na Universidade de São Paulo. A ficção dentro da ficção mostra, por exemplo, as contradições que poderiam ter surgido naqueles judeus que vieram ao Brasil fugindo dos campos de concentração do regime de Hitler. Ademais, acompanhamos o desprezo de alguns cientistas vendo a possibilidade de uma professora quase insignificante colocar em risco a ciência e o nome da instituição. Houve aqueles que, na imaginação de K. poderiam ter pensado em defender a filha, simpatizavam com ela, mas não poderiam se arriscar a dizer nada.

Por fim, a carta de Rodriguez, marido de Ana, a um de seus companheiros exilado em Paris, questionando a postura tomada pela Organização. A não admissão da derrota. A exposição à morte inútil. O risco desesperado e desnecessário. A paranoia da traição, o justiciamento daqueles que se opuseram à direção do movimento. O alienamento da realidade. O julgamento daqueles que falaram sob tortura. Expostas na carta algumas das principais feridas dos que participaram das organizações que lutavam contra a ditadura, que ainda hoje permeiam o debate. É uma centelha para possíveis questionamentos sobre essa época, jogada ao final do romance.

O emaranhado de histórias que surge a partir das narrativas dessas inúmeras vozes monta uma chave de leitura complexa e plural sobre a ditadura militar. Os narradores se veem confrontados. Nem o torturador está em posição de segurança. Nem mesmo as críticas feitas aos militantes são simples. A própria idade dos militantes no romance já é diferente dos demais até aqui analisados. Eles não são garotos, estudantes que interromperam seu percurso formativo para entrar em uma das organizações de esquerda, como se deu em *Amores exilados* (2011) e *Soledad no Recife* (2009). Também quando Max de *O punho e a renda* (2014) fala sobre os que lutaram contra a ditadura ele faz referência a meninos.

Os desaparecidos políticos em K. são profissionais formados e adultos. Ele físico, trabalha em uma empresa. Ela professora do departamento de Química da Universidade de São Paulo. Rodriguez tinha um papel de liderança dentro da organização. As dúvidas que eles expressam em suas cartas são elaboradas, complexas e de difícil resposta. Se Fábio e Lázaro de *Amores exilados* (2011) criticam a própria organização e por vezes expressam a partir do exílio suas dúvidas sobre os caminhos

que estão escolhendo e se valeria à pena as renúncias que estão tendo que fazer, Ana e Rodriguez estão no Brasil, vivendo de perto a situação de angústia e opressão.

O momento na vida desses militantes é outro. Eles percebem as derrotas e acompanham seus amigos sendo capturados e assassinados. Se nos dois romances, *Amores exilados* e *K.*, há uma crítica sobre o afastamento da prática política em prol de uma luta armada, em nenhum momento os personagens de *K.* (2012) sentem-se parte de uma guerra. Os militantes não fazem grandes justificativas sobre suas ações, eles refletem. Fábio e Lázaro buscavam uma redenção para as expropriações bancárias e as escolhas que tinham feito. Ana e Rodriguez analisam a situação, levantam os pontos críticos que começam a recair sobre a militância. Suas faltas, seus problemas, mas não há uma necessidade de conciliação. Eles buscam descobrir o que deveriam fazer para mudar o rumo da resistência, não apaziguá-la.

Esse é, quem sabe, o sentido que o romance quer negociar com o leitor. Nada está dado, simples, encerrado. Não há encerramento, porque o crime do desaparecimento forçado continua. A representação da barbárie é proposta a partir de um olhar plural. Apesar disso, é preciso notar que se temos a polifonia de narradores, há uma delimitação do cenário. Todos os personagens narradores estariam novamente reproduzindo âmbitos dos que se envolveram ou resistiram à ditadura.

A história de Jesuína é uma exceção, pois trabalhou para os ditadores, embora estivesse à margem do sistema. Ela fazia faxina no centro de tortura e descobriu o que acontecia ao espiar, quando os patrões não estavam, a garagem onde as torturas eram realizadas. Os demais personagens que permeiam o cenário de *K.* estão entre aqueles que lutavam contra a ditadura, os amigos que ele procurou para ajudá-lo na busca da filha, os que se opuseram, autoridades de um lado e do outro. Porém, o espaço delineado era o mesmo: a cidade, a classe média e média alta de São Paulo, a Universidade, as lojas e fregueses do Bom Retiro, a comunidade hebraica, o arcebispado e equipe; e, do outro lado, o quartel da Barão de Mesquita – o DOPS e seu universo de torturadores, repressores e pessoas que os rodeavam.

Há passagens da narrativa no Rio de Janeiro, já que Ana teria sido levada à Casa da Morte de Petrópolis (centro clandestino de tortura), mas o padrão se mantém, com descrição sobre a cidade, os personagens da classe social próximas a *K.*, os espaços

frequentados pelos que buscavam seus desaparecidos, e a repressão militar que se fazia presente em nomes de pontes e ruas, em ambas as cidades.

K. (2012) traz uma história importante sobre o desaparecimento e assassinato de uma jovem e seu marido, como o foram de tantos outros jovens da classe média brasileira naquele período. Mas é importante ressaltar que, ainda que fundamental, pois não há relatos de mortes melhores ou piores, ou mortes que se devem ou não narrar, há vozes silenciadas pelo romance: o genocídio dos índios, a sistemática opressão aos operários, a repressão nas favelas, a devastação ambiental por um projeto desenvolvimentista de eliminação do meio ambiente e outras faces da ditadura militar brasileira que não aparecem no romance. Há que se reiterar que não há obrigação sobre qual história deva ou não ser contada, mas talvez seja importante destacar tais silenciamentos.

É interessante, porém, ressaltar que a literatura também é questionada dentro da obra como um possível espaço para tratar das dores, das violências sofridas no *sorvedouro de pessoas*. No fim, K. desiste dela para expurgar suas dores. A literatura não oferece esse abrigo ao pai desesperado. A ideia da homenagem impressa em livro não se deu naquela gráfica do bairro, mas o personagem também não insistiu para fazê-la em outros lugares. Quando pensa em contar a história da filha em iídiche, o seu idioma de literato, também desiste porque estaria tratando com beleza o horror. Por fim, K. resolve apenas contar sua história, em outra língua, como um avô que conversaria com os netos.

Queria relatar às netas em Eretz Israel tudo o que havia acontecido. E as netas não conheciam o iídiche, só o hebraico. Naquela mesma noite, K. escreveu sua primeira carta à neta em Eretz Israel, em hebraico impecável, como ele aprendera de criança no *heder*. Assim, não era mais o escritor renomado a fazer literatura com a desgraça da filha; era o avô legando para os netos o registro de uma tragédia familiar (KUCINSKI, 2012: 134).

O romance termina com o abandono da literatura como redenção para a dor do pai que incansavelmente buscou a filha desaparecida. O círculo se fecha quando ele volta à prisão e finalmente recebe a confirmação de algo que já sabia. A morte da filha revela-se como a possibilidade de libertação para K., ainda que a confirmação do assassinato de Ana tenha se dado dentro da cela de uma prisão.

Ainda assim, o encerramento do romance propriamente dito se dá sob dois aspectos interessantes: o primeiro, a carta de Rodriguez ao companheiro de organização exilado em Paris. Ali estaria um grande ponto de discussão sobre o que teria sido o papel das organizações e da própria luta armada, no combate à ditadura. O segundo, um relato de que uma turista brasileira dizia ter visto a filha de K. no exterior. O narrador naquele momento, passado tanto tempo do desaparecimento, entende aquele como um recado do sistema repressivo, ainda ativo, apesar de silencioso.

Não retornei o telefonema. Lembrei-me dos primeiros meses após a desapareção; sempre que chegávamos a um ponto sensível do sistema, surgiam as pistas falsas do seu paradeiro para nos cansar e desmoralizar. Esse telefonema – concluí – é uma reação à mensagem inserida nas televisões há alguns meses pela Secretaria de Direitos Humanos do governo federal, na qual uma artista de teatro personificou o seu desaparecimento. O telefonema da suposta turista brasileira veio do sistema repressivo, ainda articulado. São Paulo 31 de dezembro de 2010 (KUCINSKI, 2012: 177).

Naturalizar a representação literária e silenciar diversas vozes sobre questões importantes, como a violência vivida nos tempos de ditadura militar brasileira, é também impedir que outras lentes e olhares se deem sobre essas narrativas. O esforço para que as questões dessa barbárie sejam tratadas em sua complexidade é um sinal de que o romance *K.* (2012) não vê a essa história como uma página virada, ou um evento superado por outras agendas políticas importantes.

Rebecca Atencio registra em seu livro *Memory's turn: reckogning with dictatorship in Brazil* (2014), que desde o período da aprovação da Lei da Anistia em 1979, os líderes da oposição política à ditadura tentavam superar esse passado da violência, com medo de que diante de um impasse os ditadores voltassem atrás em suas medidas. Além disso, não houve grandes movimentos populares rejeitando a Lei da Anistia e pedindo por um julgamento e punição dos torturadores. Ao mesmo tempo, a esquerda do país via o surgimento e o renascimento de inúmeros movimentos da sociedade civil com uma agenda política expressiva, mas que não englobava a questão da anistia nem mesmo do pedido por uma justiça de transição (ATENCIO, 2014: 30-31).

No romance, o pai vê essa situação acontecendo. Apesar da filha ter ganhado uma homenagem quando políticos decidiram dar nomes de algumas ruas de Ana Rosa Kucinski, essas faziam parte da periferia espacial da cidade, assim como a luta pela verdade e justiça pelos crimes que aconteceram.

Outro ano mais, e a ditadura finalmente agonizará, assim parece a todos; mas não será a agonia que precede a morte, será a metamorfose, lenta e autocontrolada. O pai que procura a filha desaparecida ainda empunhará obstinado fotografia ampliada no topo do mastro, mas os olhares de simpatia escassearão. Surgirão outras bandeiras, mais convenientes, outros olhares. O ícone não será mais necessário; até incomodará. O pai da filha desaparecida insistirá, afrontando o senso comum. Alguns anos mais e a vida retomará uma normalidade da qual, para a maioria, nunca se desviou (KUCINSKI, 2012: 90-91).

3.5. Silenciamentos e as cicatrizes da tortura

Os dois últimos romances que serão analisados apresentam novos aspectos sobre a presença da ditadura militar nos dias atuais. Tanto *Não falei* (2004), como *Nem tudo é silêncio* (2010) trazem uma perspectiva diferente sobre o que a violência da ditadura causou e o quanto interfere até hoje na vida cotidiana e na formação social do país. Os dois livros são escritos por mulheres, Beatriz Bracher e Sonia Regina Bischain, respectivamente. Ainda assim, mais do que uma autoria feminina em comum, visto que possuem estilos e escolhas formais bastante diferentes, são as marcas da ditadura no presente que talvez aproximem mais os dois romances.

As cicatrizes abertas das personagens nas narrativas ainda permanecem após a interrupção brusca que sofreram nos anos 1970, quando os militares mudaram o curso da vida que levavam. Levinas na sua obra *Totalidade e Infinito* (1980) afirma que a violência não consiste tanto em ferir e em aniquilar como em interromper a continuidade das pessoas, em fazê-las desempenhar papéis em que não se encontram, em levá-las a trair, não apenas compromissos, mas a sua própria substância (LEVINAS, 1981: 9).

Os dois romances ampliam o alcance da violência da ditadura. Gustavo, por exemplo, protagonista de *Não falei* (2004), acreditava estar à margem do conflito. Ele não aderiu a nenhuma organização. Ajudava o cunhado em algumas tarefas, mas acreditava que poderia mudar o mundo, mudando os homens, não pela revolução socialista. Mas o Estado repressor não estava em busca apenas dos “subversivos” das organizações de esquerda. Sofreram trabalhadores, pobres, populações indígenas, camponeses. Eles foram atingidos porque a repressão era para todos os que pudessem atrapalhar os projetos ditatoriais. E no meio desse caminho estavam muitos dos personagens de *Nem tudo é silêncio* (2010).

Não falei (2004) é a história de Gustavo, professor aposentado, que fora preso, torturado e acusado de delatar o cunhado, Armando. Como não fazia parte da militância das organizações e não sabia das atividades de Armando, Gustavo não o denunciou porque nem se quisesse poderia ter feito. Mesmo assim sentiu-se acusado por amigos e familiares. A esposa foi enviada para Paris para que ficasse protegida. Acabou morrendo logo após a saída de Gustavo da prisão. Viúvo e pai de uma filha pequena, ele se entregou ao trabalho como professor e diretor de escola pública, para fugir do caos que sua vida se tornara.

Trabalhei e estudei muito nestes dez anos em que não assisti futebol. Fui sendo transferido do colégio em colégio, completei mestrado, doutorado, passei a lecionar na universidade. Retornei à necessidade da descrição exata, de recolher o já pensado e o já feito e avançar a passos pequenos e seguros. E o medo, um medo enorme pairando no ar, fumaça densa e incolor nos separando, controlando a fala, contendo alegrias simples. Uma catarata coletiva. Malditos, mil vezes malditos (BRACHER, 2004: 88).

Trinta e quatro anos depois, ele é apresentado à Cecília, uma escritora que gostaria de entrevistá-lo sobre os anos 1960 e 1970. Ela está escrevendo um romance sobre a época e gostaria de entender o que eram as ideias que moviam as pessoas naqueles anos. Cecília não sabe exatamente o que busca, mas acha que esse resgate do passado pode ajudá-la a compreender um “vazio agressivo” que ela enxerga no presente.

Gustavo está se aposentando e deixando a casa em que vivera desde a infância. Ele então começa a recuperar anotações suas e de seus familiares, antes de organizar as coisas que irá levar consigo para São Carlos. Ele também recebe por alguns dias a visita do irmão mais novo, José, que está escrevendo um livro de ficção baseado na família deles. São essas memórias e suas reflexões que ele oferece à Cecília para que ela escreva um romance, e que irão compor a história de *Não falei* (2004).

Ao final do livro, a autora Beatriz Bracher agradece aos que concederam as entrevistas que ela usou para montar seu romance. A personagem Cecília e seu livro poderiam ser então, numa alusão metalinguística, a representação do que fora o processo de construção e das ideias que basearam a escrita da obra que estamos lendo.

Beatriz Bracher nasceu em São Paulo em 1961 é formada em Letras e foi uma das editoras da revista de literatura e filosofia *34 Letras*, entre 1988 e 1991. Participou da fundação da Editora 34. Publicou seu primeiro romance em 2002, *Azul e dura*.

Escreveu também dois outros romances além de *Não falei* (2004): *Antônio* (2007) e *Anatomia do Paraíso* (2015), além de dois livros de contos *Meu amor* (2009) e *Garimpo* (2013). Escreveu junto com Sérgio Bianchi o argumento dos filmes *Cronicamente inviável* (2000) e *Os inquilinos* (2009) e com Karim Aïnouz realizou o roteiro para *O abismo prateado* (2011).

Cecília já tinha entrevistado outras pessoas e uma professora da universidade sugeriu o nome de Gustavo. A escritora tinha sido inclusive aluna dele. No romance que escreveria, o personagem principal seria um senhor com aproximadamente sessenta e quatro anos, um educador que foi preso pelos militares. Ela buscava então informações sobre a época, o sistema escolar, o cotidiano das escolas públicas e o que fora a experiência da prisão (BRACHER, 2004: 18).

Elas começou agora a trabalhar em escola pública e está impressionada com um “vazio agressivo” que sente entre os professores. No romance quer falar sobre um período em que a educação parecia ter um significado detonador, explosivo e que fim levou isso tudo. Já leu livros sobre a história da educação, sobre a repressão e os movimentos de resistência, viu filmes, ouviu músicas, mas diz precisar das entrevistas pessoais porque o seu livro não é sobre política, nem sobre educação, mas alguma coisa que nem ela entendeu direito (BRACHER, 2004: 19).

Refletindo sobre a proposta de Cecília, Gustavo imagina que a literatura e especificamente a ficção possa lidar com o que acontecera. Sobre as mudanças na educação, ele mesmo vinha escrevendo cartas, relatórios e fazendo diagnósticos. Sobre sua história, continuava a repensar. Para entender aquele “vazio agressivo” que ele via nos professores e no sistema escolar no geral, talvez um romance e a própria ficção pudesse oferecer uma possibilidade para que a humanidade encontre seu rosto e possa então falar do que realmente importa (BRACHER, 2004: 56).

O rosto, para Levinas seria justamente essa interpelação do Outro pelo Mesmo através da linguagem. A apresentação e o acolhimento não reducionista desse Outro é o eixo de sua proposta ética, que vê nessa interação entre o Mesmo e o Outro a base do homem enquanto ser social. A possibilidade de interagirmos e acolhermos esse rosto é que nos permitiria conviver enquanto sociedade.

Porque a presença em face de um rosto, a minha orientação para Outrem só pode perder a avidez do olhar transmutando-se em generosidade, incapaz de abordar o outro de mãos vazias. Esta relação por cima das coisas doravante possivelmente comuns, isto é, susceptíveis de serem ditas – é a relação do discurso. O modo como o

Outro se apresenta, ultrapassando a ideia do Outro em mim, chamamo-lo, de fato, rosto (LEVINAS, 1981: 37).

Não falei (2004) traz outro conflito trabalhado por Levinas, que é a questão da totalidade. O protagonista do romance propõe uma discussão entre a necessidade e os problemas das grandes certezas. Ele passa boa parte da obra dizendo o quanto combateu por muito tempo as questões e ideias totalizantes. Mas admite, por outro lado, que a ausência desses discursos criou um vazio, principalmente na educação. A ausência de uma visão totalizante que escancarava as portas do mundo com histórias e explicações inteiras, também deixou a todos órfãos de poder e vontade para construir uma grande mudança. Ele, que continua defendendo modificações simples e a acreditar que as sementes devem ser plantadas nos indivíduos, começa a refletir que, por outro lado, a ausência de discursos mais abrangentes, como foram as ideologias dos anos 1960 e 1970, deixaram um vácuo que pode estar sendo ocupado por esse tédio e agressividade que ele vê nas escolas.

O messianismo humanitário, a catequese revolucionária e o pragmatismo utilitário evaporaram, os professores derrapam e afundam, a culpa é dos alunos. Os pais cobram a disciplina que não impõem, os alunos o respeito que não oferecem, os professores um significado que não encontram em suas vidas. Para que educar? Criar homens livres, revolucionários, críticos, úteis, cidadãos, cada década com seu objetivo, e agora? (BRACHER, 2004: 46)

Levinas oferece uma perspectiva de autonomia do ser. Para ele a interação social se dá primeiro a partir de si e não a partir da totalidade. O filósofo enxerga entes que podem falar, em vez de emprestarem sua voz a uma palavra anônima da história e, por isso, acredita na aptidão da palavra como veículo para a paz. A totalidade não estaria excluída desse processo de formação do ser, mas perderia a força de seu determinismo. Essa interação entre o sujeito e a realidade social em que está inserido é uma das discussões trazidas por Gustavo em suas reflexões.

Na obra *Totalidade e Infinito* (1980) o filósofo não defende uma subjetividade radical. Ele afirma que a totalidade está presente, mas não é único fator determinante do ser e da relação entre os seres. A totalidade está em relação com o que ele chama de infinito. Segundo Levinas colocar a totalidade em relação ao infinito apresenta a ideia de que a subjetividade não reflete inteiramente um ser excluído do que está fora de si. A ideia de infinito não pressupõe uma subjetividade que não recebe influência externa ao ser ou que não tenha limites. Mas justamente que é formada a partir do acolhimento do

Outro, como hospitalidade (LEVINAS, 1980: 14-15). O sujeito é formado tanto pela totalidade, como por um acolhimento múltiplo infinito do Outro.

Há no romance, assim como vimos em *História natural da ditadura* (2006), uma ênfase no papel sujeito. No entanto, nessa concepção não temos uma análise da contraposição entre indivíduo versus coletivo, ou de um Estado oprimindo a sociedade. Aqui há um foco nas possibilidades de mudanças a partir de transformações em cada indivíduo. Os relatórios e cartas que Gustavo envia à Secretaria de Educação esboçam sua preocupação em mudanças simples, na melhora e no papel de cada sujeito dentro do sistema. Também a violência que sofreu não estava em outro universo de discussão. Os torturadores não foram animais e os fatos não estavam no plano da abstração. Tudo fora feito por homens.

Gustavo não aceitou o convite para trabalhar na Secretaria de Educação, e a filha o acusa de covardia diante da oportunidade. Ele, que passou anos apontando o que estava errado, abria mão de poder mudar alguma coisa. A questão é que, para o educador, entrar na burocracia da gestão do governo poderia afastá-lo da realidade. Mesmo que houvesse uma perspectiva de que este era um governo diferente, porque agora eles estavam no comando, como a própria Lígia, a filha, tinha lhe dito, ele não concordava com esse coletivo, não fazia parte dele e não via nessa possibilidade de governar uma abertura para que pudesse de fato implantar melhorias.

Ele indica, então, um de seus orientandos para o cargo e oferece ajuda sempre que necessário. Gustavo acreditava em resolver as coisas pequenas que poderiam levar a grandes mudanças. Ao assumir o cargo, o ex-aluno, Otávio, começa a se irritar com as cartas e diagnósticos do professor, que não propunha ações, mas questionava demais. Enquanto o secretário sentia uma urgência em agir, o antigo mestre continuava a indagar sobre a ideologia e a paixão que guia professores, diretores e todo o sistema de ensino público.

Seu trabalho como educador é revisitado para a entrevista que iria conceder. Ele começa a pensar também sobre seu papel na resistência à ditadura. Não fora um revolucionário. Ele acreditava que poderia mudar muito mais que o mundo, pois iria mudar os homens. Dava aulas inflamadas, participava da política estudantil, mantinha grupos de estudos, escrevia artigos, era o responsável pelo grêmio das Ciências Naturais, sentia que estava construindo um país, a partir da formação do novo homem.

Gustavo critica o proselitismo de Joyce, um companheiro de militância de Armando, que ele abrigou em sua casa por um breve período. É importante destacar que, ao pensar em mudar os homens e na ambição que tinha da criação de um novo sujeito, também Gustavo apresenta um proselitismo, didático nesse caso, que prevê através da educação a construção de novos sujeitos. Também ele aqui é, de certa forma, o intelectual que deseja transformar a massa.

Já existiam os inimigos, antes de 64, os burgueses, a miséria, o capitalismo, a ignorância, a opressão, mas eu podia com sinceridade entender que esses antagonistas nos habitavam e a luta era travada dentro de cada um de nós para construir uma vida nova para o novo mundo. O meu novo homem era imberbe e nu. Havia muito a aprender, em cada viagem, nos grupos e nos bares, nas aulas mesmo, a biologia e a maneira de cada professor aproximar-se dela, as moças e a vida adulta (BRACHER, 2004: 72).

Na época, sua esposa trabalhava como psiquiatra e, para ele, a ocupação dos dois dava uma nova perspectiva para a luta contra a ditadura. Eles apoiavam os movimentos à margem. Abrigavam foragidos, escondiam armas, discutiam política, mas o trabalho e o contato cotidiano com as crianças e os loucos oferecia-lhes uma visão de mundo onde a ditadura e a revolução interferiam menos na vida das pessoas. Era assim que Gustavo via a situação, mas sua prisão provou que ele estava errado e também interrompeu esse ciclo.

Na prisão a raiva vinha de minha estupidez, não tinha raiva porque era estúpido, mas porque fora estúpido; não antevira, não me preparara. Não enxergava os militares como adversários, mas inimigos, isso fez toda diferença. Éramos habitantes de universos distintos, sem comunicação ou origem comum (BRACHER, 2004: 112).

Regina Dalcastagnè, em seu livro *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro* (1996), alerta os leitores que enquanto levarmos nossas vidas preocupados com a inflação e a violência nas grandes cidades, mas caminhando ao lado de torturadores impunes e sorridentes, não estaremos seguros (DALCASTAGNÈ, 1996: 15). Gustavo conta que a prisão é como uma bigorna dentro de um saco que ele carrega nas costas e não consegue deixar de perceber sua presença. Está ali e sabe que não existe perdão, mas busca uma forma de conviver com o terror. Ele retoma o que Butler defende sobre a ética da não reciprocidade com relação a violência, a partir dos conceitos de Levinas, já tratados no capítulo I.

O perdão não existe, eu sei, mas há de haver forma de conviver com o terror do que foi sem tornar o seu reverso história original, sêmen invertido, desgraças egípcias criadas por um deus ciumento apenas por

precisão de manter noss'alma algemada a ele. O que não falei não pode valer mais do que falei depois, ter sido destruído torna-me menor, apenas o que construí deveria contar (BRACHER, 2004: 126).

Quando começa a remexer o passado, Gustavo se dá conta de que a década de 1970 se tornara para ele um grande branco. A percepção da realidade mudou. Perdeu interesse. Literatura, poesia, cinema, artes plásticas, teatro, nada para ele teria acontecido durante os dez primeiros anos depois de ter sido torturado e das mortes de Armando e da esposa, Eliana. Estudou e trabalhou muito na tentativa de sair da letargia em que se instalara.

Ele avisa Cecília de que não lembrava muita coisa da época. Ela diz que também achava interessante para seu trabalho poder capturar os fragmentos dessa “memória quebrada”. As cicatrizes sobre a morte de Eliana e de Armando continuam abertas em Gustavo. Há um rompimento brusco entre antes e depois da violência que sofreu, entre o que era sua vida e o mundo que o rodeava, nas escolas inclusive. Ele foi silenciado pela prisão, pela tortura e pelas mortes que vieram depois. Não se lembra das músicas, dos livros e dos filmes da época. Mas, desde o seu ponto de vista, não foi apenas ele que ficou assim. Foi uma geração que foi atingida. A destruição que acontecera há mais de três décadas talvez tenha criado esse “vazio agressivo” do qual Cecília falava.

Outro aspecto interessante do romance é a recuperação que o protagonista faz sobre as memórias da família dentro da casa. O bairro, mas principalmente a casa número 7 da rua Vaz Leme, torna-se cenário importante, porque é a partir da destruição da casa que será feita em poucos meses que o protagonista começa a remexer em seus papéis e em tudo que está ali guardado. Há algum tempo que ele mora ali sozinho, mas os pertences dos irmãos, dos pais, da avó, da filha e de Renato, o filho de Armando que crescera ali, estão todos na casa.

As análises que Gustavo faz partem, portanto, também desses objetos, escritos e memórias que vai recuperando ao longo do romance. A mãe era costureira, o pai funcionário público dos Correios, a avó professora. Tinha dois irmãos mais novos, José e Jussara. O cotidiano da casa, em que não parecia faltar nem sobrar nada, influenciou o menino que via a mãe trabalhando continuamente em seus moldes e sua máquina de costura e seu Joaquim Ferreira que abria mão do sonho de ser músico, porque precisava “ganhar a vida”.

Na rua Vaz Leme 7, nessa casa ainda com três filhos, pai e mãe e mais a Vóana, viúva e doente que veio morar conosco, e os chorões de sábado e os sindicalistas das reuniões noturnas, meu pai de noite com papéis e escrevendo atas e manifestos, minha mãe na costura, a vó ajudando José na lição ou pondo Jussara na cama e contando histórias, Ritinha, que ajudava a mãe na costura e na casa, dobrando panos e varrendo os fiapos do dia, apressada para o seu curso de datilografia noturno (BRACHER, 2004: 73).

A mãe era uma excelente costureira. Tinha clientela importante, inclusive mulheres ricas que vinham de fora da vizinhança. Gostava de falar muito, cantarolar, fazer discursos. Gustavo achava até que a mãe era um pouco displicente com o uso das palavras, porque às vezes deixava frases pela metade, mas sempre era entendida. Dona Joana ficava o dia inteiro entre moldes e a máquina de costura. Enxergava a burrice e a ambição como defeitos de nascença, ou então como coisas que se adquiriam nos percalços da vida, mas com os quais era preciso ter compaixão.

Era a mãe quem administrava a vida doméstica da família. Ela quem acolheu Armando nos almoços e depois ajudou na criação de seu filho, Renato, e de Lígia, filha de Gustavo. Foi ela quem levou goiabada e milho na prisão, tanto para prisioneiros como para os carcereiros. Era tagarela, o contrário da avó, Dona Ana, que era uma senhora comedida, gostava de escutar e dizia que para pôr as palavras no mundo era preciso refletir para que saísse bonito.

O ideal de Gustavo de transformar os homens e não necessariamente fazer a revolução socialista, pode ter vindo também das convicções do pai sindicalista. Joaquim Ferreira era detalhista, ordeiro e defendia que se cada um fizesse o seu bem feito o mundo já seria melhor. Mas isso não significava trabalhar cada um por si e que a situação se resolveria sozinha. Distante do individualismo liberal, o pai de Gustavo acreditava que fazer sua parte incluía olhar pelo outro. Para ele a política não era lugar de devaneios, nem de expurgar a raiva, ou fazer amigos. Era apenas uma maneira de conseguir coisas simples e coletivas, melhor salário, condições de trabalho e amparo para a família (BRACHER, 2004: 92).

Joaquim Ferreira não ovacionou os discursos de Jango nem temeu os militares. Desconfiava dos poderosos e das instituições. Saiu da linha de frente do sindicato quando as organizações e partidos de esquerda começaram a entrar e assumir a liderança do movimento. Não gostava do uso retórico das palavras como patriotismo,

nacionalismo, internacionalismo, também não conseguia aderir à união de classe, proletariado, camponeses e operariado.

Quando o filho foi preso, Joaquim Ferreira ficou furioso com Armando. Acusou o antigo amigo de ter exposto o filho. Fora longe demais achando que poderia controlar tudo e não pôde. Na época, sofrera dois derrames. Antes de morrer, chamou Gustavo para uma conversa, na qual acusa Armando. Para ele, o militante tinha escolhido um caminho que não era o mesmo de Gustavo, ou de Eliana. Ele plantou a morte que colheu. Gustavo reagiu mal, não gostou de ouvir o que dizia seu pai.

São tempos difíceis, pai, eu digo. Ele balança contrafeito a cabeça. Sempre são. Os tempos sempre são difíceis. Mas por que isso agora? Meu pai está sem forças, branco e longe com pouca luz na sala, mas está firme, vê que eu entendo e não gosto. Pai, ninguém devia morrer, você sabe disso. Tudo está errado e ainda não acabou (BRACHER, 2004: 147).

Para Joaquim Ferreira acabara naquela conversa. Ele morreu logo depois. Gustavo ainda carregaria por muito tempo o fardo da prisão e o estigma de delator. Já passados muitos anos ele começa a se questionar se alguém teria mesmo acusado ele pela morte de Armando, ou se aqueles olhares que ele vira não seriam resultados da culpa que carregava. Um ponto crítico na obra que, apesar de não admitir que todos eram iguais na luta contra a ditadura, e de mostrar que ainda assim todos estariam vulneráveis à violência dos torturadores, há um paralelo um pouco perigoso ao igualar a todos como homens, para que não se atribua a todos a culpa pelo horror. Houve erros tanto da parte de Armando, como de Gustavo, mas não é possível esquecer quem foram os que entraram em sua casa e o prenderam.

O prazer de bater, o rosto dos homens, sangue, apanhar, a risada, um teatro, vômito, aquela luz balançando, o cansaço dos homens que batem, o suor deles, a barriga branca que aparece sob a blusa azul amarfanhada, o nariz com cravos, os meus gemidos, seus dentes tortos, o meu teatro, não aguentar mais, o medo de morrer, chorar e tentar não enxergar o que vi, não entender o que via, esquecer. Éramos todos homens, impossível apagar de meus neurônios essa informação. Éramos homens. E deixamos isso acontecer, acontecemos esse horror. (BRACHER, 2004: 121-122).

Comparar os torturadores aos torturados não seria apenas enxergá-los como homens, buscar entendê-los, não animalizá-los nem criar sobre eles a figuras de monstros externos à sociedade. Arendt (1999) ao analisar o depoimento de Eichmann enxergou nele um homem comum. Covarde perante seus superiores, mas não esmagado pela realidade, como a imagem que queria passar. Ele vivia em um contexto nazista e

trabalhava para o governo que assassinava pessoas, mas deliberou em suas ações. Fez escolhas. Reduzir a todos como iguais, é o contrário do que propõe Levinas quando busca a multiplicidade relativizando a subjetividade a partir da interação com o Outro e com a totalidade.

Se Gustavo carrega dentro de si uma culpa por ter sobrevivido e tenta expiá-la lembrando do discurso de seu pai que acusou Armando, não pode eximir a responsabilidade dos homens que o prenderam e que mataram seu cunhado. O paralelo de que éramos todos homens e que o horror teria sido justamente cometido por homens pode levar ao equívoco de uma culpa coletiva e uma anistia irrestrita a vítimas e algozes. Agamben em sua obra *O que resta de Auschwitz* (2004) discute essa questão ao lembrar que os sobreviventes dos campos de extermínio da Segunda Guerra Mundial apresentavam duas faces, muitas vezes inseparáveis, da vergonha que sentiam por não terem morrido. Havia os que não conseguiam deixar de se sentirem culpados pela sobrevivência e quem na sobrevivência exibia uma pretensão de inocência, deixando a ideia de culpados aos que morreram (AGAMBEN, 2004: 100).

A análise de Agamben, que toma por base a obra de Arendt (1999) sobre o julgamento de Eichmann, é de que assumir uma culpa desse tipo, que não implica necessariamente em uma resposta a algo que se fez ou deixou de fazer, pode levar a uma surpreendente má vontade para estabelecer responsabilidades individuais de punição de cada um dos delitos que foram cometidos pelos sujeitos no sistema repressivo. O livro discute os papéis que Gustavo e Armando desenvolveram na resistência à ditadura e as cicatrizes que Gustavo ainda carrega. Entretanto, como ele mesmo respondeu ao pai: “ninguém deveria ter morrido”. Nem ele nem Armando seriam culpados. Os responsáveis, não seriam sequer apenas os tempos difíceis, mas sim os homens que comandaram sua prisão, que o torturaram e os que assassinaram seu cunhado.

3.6. Um grito de dor

O próximo e último romance a ser analisado, *Nem tudo é silêncio* (2010), de Sonia Regina Bischain, expõe as feridas da violência no país desde sua colonização. Diferentemente das narrativas anteriores, está presente no texto desde a violência

imposta aos indígenas pelos colonizadores, a escravidão deles e dos negros, até a urbanização e industrialização desumana e desigual do século XX, que derrubava casas e empurrava uma parte da população de trabalhadores cada vez mais para as periferias dos novos centros urbanos.

Nesses novos centros urbanos descritos no romance, há hospitais e médicos que mal se esforçam para atender pacientes e tentar diagnosticar as doenças. Maridos que ameaçam as mulheres, que as mantêm em cárcere privado, que molestam as filhas. Empresas que exigem mulheres que nunca engravidem, que não casem. Fábricas em que os trabalhadores devem fazer cada vez mais por menos e que praticam o racismo sem meias palavras. Condições de transporte precárias. Diante desse quadro crescente de desigualdade e marginalização, nascem as tentativas de mobilização e as inúmeras lutas e movimentos sociais nos anos 1960 e 1970, que são brutalmente interrompidas pelos militares. Entra em cena a ditadura que desaparece com entes queridos. Policiais corruptos e líderes do crime organizado que favorecem a violência e a opressão aos moradores da favela. Todos esses temas são tratados a partir das memórias de quatro mulheres: Aisha, Jaci, Iara e Ritinha.

Sonia Regina Bischain nasceu em São Paulo, é fotógrafa e designer. Participou com poesias e fotos no livro *Antologia na Brasa*, em 2009 e *Antologia Poesia na Brasa*, vol. II, em 2010. Escreveu o livro de poemas, *Rua de Trás* (2009) e aos 53 anos lançou seu primeiro romance, *Nem tudo é silêncio* (2010). A obra foi publicada pelo Coletivo Cultural Poesia na Brasa, e, como já falamos, de todos os romances analisados, este é o único realmente periférico ao mercado editorial tradicional. Sua publicação e circulação independente, passam à margem das grandes livrarias, dos lançamentos editoriais, festas literárias renomadas. O propósito de trazer este romance para a dissertação é entender como se conforma a narrativa sobre a ditadura militar em uma obra que, justamente, não faz parte do tradicional campo literário brasileiro.

Se tomarmos a ética de Levinas a partir da ideia da construção múltipla que é oferecida ao ser, enquanto este se responsabiliza por um acolhimento não reducionista do Outro, agregar múltiplas vozes ao campo literário poderia ser uma ramificação dessa hospitalidade da diferença defendida por Levinas. A obra de Sonia Regina Bischain, por sua vez, traz aspectos bastante diferentes dos demais romances para tratar da violência e da ditadura militar.

Como primeiro elemento, é preciso salientar que dos sete romances analisados esse é o único com narradoras e protagonistas mulheres. Nos demais, são narradores homens que designam seus sentimentos, pensamentos e, na maioria das vezes, sequer lhes oferecem uma voz. Também são as mulheres que sobrevivem, nesse caso.

Aisha era uma escrava negra, que trabalhava numa fazenda. Ela faz questão de dizer que não pertencia a um senhorio muito bravo, pois ele não castrava nem cortava a língua dos escravos. Outros sinhôs faziam, o dela não. Um dia uma bugre foi achada na floresta sangrando e algumas pessoas a levaram até Aisha. Ela e Kinah foram cuidando da menina com ervas da mata. Como de noite, a bugre gritava os nomes Jaci e Iara, Aisha resolveu chamá-la Jacira. Mas Jacira estava grávida, e num parto complicado que deu à luz a uma menina branca de olhos azuis, acaba morrendo.

A nova menina que seria criada por Aisha e Kinah recebe o nome de Jaci. Era uma criança esperta e durante as brincadeiras com as filhas do senhorio, aprende a ler um pouco. Tinha o talento de inventar e contar histórias. Quando suas duas mães de criação morreram, ela deixa Brumadinho, em Minas Gerais e vai para o Rio de Janeiro, a capital do país, em busca de uma vida melhor.

De sorte arrumei um emprego de copeira, na casa dos Andrade. Família rica essa, respeitada. O diacho é que num tem folga. Trabalho todo dia, de domingo a domingo. Mas daí a saí sozinha nesta cidade grande, pra quê? Num conheço ninguém, num tenho parente por aqui. O mar vejo de longe. Me dá medo, parece que num tem fim. Me chamaram de bicho do mato quando eu disse que nunquinha tinha colocado meus pé naquela água (BISCHAIN, 2010: 32-33).

Jaci conta sua história com outra dicção. Há a supressão da letra S em muitos plurais, a substituição do O por U e outras marcas que a autora traz para alguns personagens, não apenas em poucas falas, mas dando a elas o espaço de narrar suas histórias, com seu estilo e ritmo em primeira pessoa. A filha de índia, que fora criada por duas escravas e aprendera a ler com as sinhazinhas, carrega para dentro da narrativa a linguagem que deriva de sua trajetória pessoal.

Eram os primeiros anos do século XX no Brasil e a reurbanização do Rio de Janeiro começa a derrubar casas, abrir avenidas, construir prédios e jardins, empurrando à força moradores para às margens da nova capital. Muitos começavam a montar seus barracos nos morros da favela. Jaci fala da confusão que fora a vacina obrigatória e a revolta da população. Ela tinha medo, porque contaram que a injeção era dada nas

partes íntimas e ela teria que ficar pelada na frente dos policiais. Quem se recusasse a tomar a vacina, poderia ser mandado para o Acre. Contaram para Jaci que lá só tem índio boliviano que entrou em guerra contra os brasileiros. Foi nessa época que ela decidiu ir embora do Rio de Janeiro e arrumou um emprego de arrumadeira em São Paulo.

Foi trabalhando como arrumadeira para os Fonseca que Jaci conheceu Juvenal. Ele trabalhava numa charutaria, que ficava perto da sapataria que ela ia sempre. O papel passado do casamento foi um luxo. Presente dos patrões. Depois do casamento larga o emprego, porque mulher casada não poderia trabalhar. Mudam-se para um bairro novo, distante do centro. Seu primeiro filho Olavo, casa-se com uma moça chamada Eulália e trabalha por anos em uma fábrica de vidros.

Meu filho Olavo não tá muito bem de saúde. Acho que é o trabalho na vidraria. Ele trabalha naquele calorão todo, dentro da caldeira, assoprando canudinho o dia inteirinho pra fazê os vidro. Olavo tava me explicando como faz, tem que passá o canudinho dando voltas no vidro derretido e assoprá pra dentro de uma forma, pra pegá o formato que eles querem, seja garrafa, prato, copo, ou tigela. Os que trabalha na caldeira tão sempre doentes. (BISCHAIN, 2010: 37).

Jaci vai contando fatos da história do país, misturados com o que acontecia na sua vida na época. As críticas ao trabalho que não tinha folga, tão escravo quanto o de sua mãe de criação ou das casas demolidas e a exclusão dos pobres no projeto urbano das cidades que nasciam no país são contados a partir de sua impressão, do que lhe disseram, do que ela via. Conceição Evaristo (2007) criou um conceito para sua escrita que ela definiu como *escrevivência*. Para ela, sua escrita é a “escrita de um corpo, de uma condição, de uma experiência”, nesse caso a experiência da mulher negra no Brasil (EVARISTO, 2007: 20).

As narradoras de *Nem tudo é silêncio* (2010) seguem esses parâmetros. São seus corpos que sentem fome, pisam nas poças enlameadas para conseguirem alcançar os ônibus que as levarão para o trabalho. É a condição e experiência enquanto mulheres, por exemplo, que contam da violência dos maridos. A experiência delas que nos mostrará o enlouquecimento de Iara que perdera os quatro filhos ou a solidão de Ritinha depois que seu marido fora desaparecido pelos militares.

Olavo acaba morrendo por uma doença no pulmão, deixa mulher, Eulália, e duas filhas, as gêmeas Maria Regina e Maria Luiza. A viúva resolve voltar para perto de sua

família no interior de Minas Gerais. Jaci perde o primogênito. A dor que grita ao receber a notícia é o desespero que não consegue colocar em palavras.

Não dá pra falá que sentimento é esse de perdê um filho. É como perdê a razão, é um aperto no coração. Não vou falá, não consigo falá, não quero falá! (BISCHAIN, 2010: 41).

O outro filho, Sebastião, morava longe, numa chácara no interior. Ela fica feliz ao saber que a caçula, Iara, iria se casar e morar por perto. Desde nova a menina trabalhava numa fábrica de brinquedos. Depois do casamento foi demitida, porque eles não aceitavam mulheres casadas. Demora, mas Iara consegue arrumar outro emprego, dessa vez, numa fábrica de linhas.

Teve que mentí, levá os documentos de solteira pra conseguí a vaga. Tem que tomá cuidado pra não ficá grávida e perdê o emprego, que empresa nenhuma qué pagá licença maternidade e só contrata mulher solteira (BISCHAIN, 2010: 44).

Iara irá morar no mesmo bairro dos pais de Ritinha. Os quatro filhos de Iara: Henrique, Edson, Lucas e Elisa, crescerão próximos à Ritinha e seus dois irmãos, Guilherme e Paulo. Depois dos relatos de Jaci, será Ritinha a contar suas memórias de criança, adolescente e adulta. Quando criança, uma das cenas que ela lembra eram todos os vizinhos chocados com a renúncia do presidente. Mas ele tinha um vice, diziam. Ele estava na China, mas voltaria logo, para assumir seu cargo como mandava a Constituição. Ela ouvira a conversa dos adultos e não entendia várias das palavras que falavam. Perguntaria mais tarde ao pai, mas já sabia que iria esquecer algumas pelo meio do caminho e ficaria sem entender direito o assunto (BISCHAIN, 2010: 55-56).

Ainda criança Ritinha ouvira o pai de seu amigo Lumbriga se vangloriando do filho esperto que teria roubado cinco chicletes na padaria. A menina lembrou que seu pai repetia sempre o discurso sobre a importância de sermos honestos e de que em sua casa não poderia ter sujeito mentiroso. Todos precisavam confiar uns nos outros, já que moravam embaixo do mesmo teto. E quem errasse devia ter a coragem de assumir o que fez.

Se você achar que está sendo roubado, injustiçado ou explorado, lute pelos seus direitos. Nós somos o lado mais fraco, se agirmos de maneira desonesta, perdemos a razão e a luta. Toda luta só faz sentido se puder beneficiar um grupo. Não olhe só pra você (BISCHAIN, 2010: 69).

Na adolescência a menina começa a ver os amigos irem presos. Lumbriga fora mandado para o Juizado de Menores e Pezão ficou um mês na delegacia depois de

roubar alimentos de um supermercado. Logo ela começaria a trabalhar numa loja de departamentos. Na saída todos eram revistados. Comprar qualquer produto do lugar onde trabalhava exigia uma burocracia de apresentação de comprovantes e preenchimento de fichas que parecia absurdo para a narradora.

Se há sutilezas e ironias nas histórias de Ritinha, outras questões são marcadas diretamente, com frases curtas e sem rodeios. Uma delas foi a questão do racismo sofrido por uma de suas colegas de trabalho. Também Lázaro em *Amores exilados* (2011) vai preso porque, segundo o delegado, Fábio teria apontado para ele durante a confusão do assalto na casa de câmbio. Fábio não tem coragem de contar ao amigo o que o delegado dissera, e, Lázaro, apesar de sempre ter denunciado o racismo que sofria, passa três anos na prisão. Testemunha do que acontecera, Fábio comete suicídio. Na história de *Nem tudo é silêncio* (2010) o episódio é menos trágico, mas mais direto, não há insinuações ou suposições. Ritinha abre o discurso dizendo que sua amiga fora discriminada por ser negra.

Meu chefe é racista, aliás, acho que a empresa é racista. Vejo pouquíssimos negros trabalhando aqui. Minha amiga Lúcia é negra, fica o dia todo batendo carimbo de cancelado em cheques. O chefe a chamou em sua sala e gritou com ela. – Que serviço porco é este? Está tudo torto, bate este carimbo direito, sua imunda! Lúcia saiu da sala chorando, foi direto ao departamento pessoal e pediu demissão. Eu fiquei com tanta raiva que faltei no dia seguinte para procurar outro emprego (BISCHAIN, 2010: 80-81).

Iara se envolve com a associação de moradores da favela. Começou uma campanha de assistência às famílias mais necessitadas e pediu que a filha Elisa e a amiga Ritinha possam dar aulas para os adultos que não tiveram oportunidade de completar os estudos ou de frequentar uma escola. As turmas abrigavam, segundo Ritinha, em sua maioria, nordestinos que vieram em busca de uma vida melhor em São Paulo, mas não deram sorte. Estavam ali trabalhadores da construção civil, domésticas, catadores de papel e outros materiais que pudessem ser reaproveitados e vendidos. Muitos deles viam seus filhos entrando no mundo das drogas e do crime. A média de idade era entre trinta e sessenta anos (BISCHAIN, 2010: 86).

A violência começa então a aumentar na favela, comerciantes são assassinados em assaltos e entre esses mortos está um tio de Ritinha. Na época, ela lembra que o IML tentou tirar ao máximo vantagens da família, pedindo dinheiro para que viesse buscar o corpo, que caso contrário, logo poderia ser levado pela enxurrada. O Estado, além de

ausente, mostrava-se hostil e saqueador, quando seus funcionários corruptos faziam exigências como essas. Ritinha e Guilherme então começaram a socorrer, além dos feridos, também os mortos, e levá-los para o hospital mais próximo. Assim, os corpos não ficavam à deriva.

Na mesma época, ela começa a ver espalhados os cartazes da propaganda do governo dizendo: “Brasil, ame-o ou deixe-o”; “Este é um país que vai pra frente”; “Brasil eu te amo”. A nação ali propagada era muito diferente da pátria que se apresentava todos os dias para Ritinha, seus colegas e vizinhos. Toda semana policiais paravam em frente da casa de Lumbriga, o amigo de infância que tinha optado pelo crime. De lá levavam sua parcela dos lucros que Lumbriga conseguia com os assaltos. Essa era outra face do Estado que chegava à favela.

Ritinha e Henrique se casam. Ambos estavam envolvidos na resistência à ditadura. No romance, não aparece o nome de uma organização nem mesmo explicita se eles faziam parte de algum movimento de militância da esquerda. Não há menções sobre terem aderido à luta armada. Eles participavam das manifestações. Distribuíam panfletos e colavam cartazes pelas avenidas da cidade. Elisa também participava com Ritinha dos piquetes dos sindicalistas, envolveram-se na associação dos moradores do bairro.

Um lugar tão carente, onde falta tudo, são tantos os problemas! A luta por creche, pronto-socorro, posto de saúde, escolas, rede de esgoto e água, asfalto, coleta de lixo, canalização de córregos que são verdadeiros esgotos a céu aberto, além dos problemas com loteamento clandestino e as áreas de risco em épocas de chuva, está movimentando muitos moradores (BISCHAIN, 2010: 102).

Em plena ditadura, o movimento de resistência do qual Ritinha participava envolvia um emaranhado de associações civis que buscavam principalmente melhorias sociais. Há o ideal de mudar o mundo. Ela, o namorado e os amigos também leem sobre a pobreza do Camboja, a situação no Chile. Porém, o foco da luta no país consiste numa sucessão de pequenas ações e mobilizações para que o Estado ofereça os serviços básicos necessários, enquanto ele continua a aparecer na favela através de funcionários corruptos, violentos e opressores. Sobre o projeto desenvolvimentista da ditadura, o romance traz a construção da ponte Rio-Niterói e o que significavam obras como aquela.

Os trabalhadores mortos por falta de equipamentos de segurança, sem registros oficiais, estão sendo devidamente cimentados em seus pilares (os pilares da ponte). Do bambuzal em frente à minha casa, restou uma área equivalente a um terço, construíram uma igreja e uma escola, ocupando a maior parte do tamanho original. Mesmo com a área reduzida, o esquadrão da morte continua matando homens no bambuzal, não sei se são “bandidos” ou “terroristas” (como eles chamam os executados) (BISCHAIN, 2010: 100).

O desaparecimento de Henrique marca a interrupção desse ciclo de demandas e mobilização de Ritinha. Na mesma época, Elisa se casa com Roberto e vai morar no Rio de Janeiro. Num primeiro momento, agentes do regime começam a seguir Ritinha. Mas não fazem nada contra ela. Ela estava casada com Henrique há quatro meses. Dois anos depois, procurando em todos os lugares que poderia imaginar ainda não tinha notícias do marido. Outras pessoas morriam e a dor do desaparecimento forçado de Henrique era revivida a cada notícia de uma nova perda (BISCHAIN, 2010: 113).

A lei da Anistia beneficiou Henrique e a narradora mostra sua revolta com o absurdo da situação de concederem retorno ao Brasil daqueles que o governo já sabia estarem mortos. O questionamento mais uma vez é explícito. Está claro no romance que as concessões feitas em prol da conciliação que os ditadores propunham resultava em mais uma afronta para os familiares das vítimas.

Anistiarão todos os desaparecidos, dizendo que agora podiam voltar ao Brasil. E quando questionamos, nos disseram que eles devem ter arrumado outra família no exterior e preferiram não voltar. Durante anos, procurei por Henrique, participei de comissões de familiares dos desaparecidos. Nenhum Órgão Oficial nos esclareceu o que aconteceu ou quais foram as circunstâncias das mortes. Não pudemos velar nossos mortos, não tivemos acesso aos arquivos do Exército (BISCHAIN, 2010: 115).

Rebecca Atencio (2014) reporta as explicações de Alessandra Carvalho e Ludmila da Silva Catela de que no Brasil a memória acionada sobre a Lei da Anistia são as imagens dos exilados voltando ao país e dos presos políticos sendo libertados, ao mesmo tempo em que gerou um enorme silêncio sobre o perdão concedido aos militares e agentes das forças de segurança responsáveis por inúmeros crimes no período. Além disso, Atencio destaca que a própria ideia da anistia como uma imagem de reconciliação da família brasileira não teria partido da propaganda governamental, mas fazia parte da campanha da própria sociedade civil (ATENCIO, 2014: 52). O problema é que famílias, como a da personagem Ritinha, que tiveram seus familiares desaparecidos e assassinados, não seriam recompostas.

Depois de vinte anos, quando promulgaram a Lei dos Mortos e Desaparecidos, emitiram um atestado de óbito. Ritinha era oficialmente viúva. Nunca mais se envolvera com outra pessoa. Algo dentro dela tinha sido rompido. Dona Iara, a mãe de Henrique, perambulava pela casa chamando pelos filhos. Dos quatro, Henrique fora desaparecido pelos militares. Lucas tinha se envolvido com drogas e devia aos traficantes. O irmão Edson foi assassinado em seu lugar, quando os traficantes viram alguém muito parecido com Lucas. O irmão mais novo foi embora para não ter que encarar a mãe, diante da culpa que sentia pelo assassinato de Edson.

Elisa depois do casamento passou a ser vigiada e controlada pelo marido. Não pôde mais trabalhar, nem sair de casa para fazer compras, ou passear. Não escolhia mais as próprias roupas e quando falava ao telefone tinha sempre o marido escutando a conversa na outra linha. Até que um dia ela liga e pede que a mãe vá buscá-la, não aguentava mais, se sentia presa dentro da própria casa, refém do marido. Dona Iara e Ritinha trazem ela de volta para São Paulo, mas pouco tempo depois sentindo umas dores fortes, Elisa vai ao médico. De lá volta com umas pílulas para dor. Ela na verdade estava grávida, mas o feto já tinha morrido dentro de seu ventre.

Elisa estava grávida e não sabia, perdeu o bebê e não sabia. Quando foi pela primeira vez ao médico com dores, o médico não sabia. Era obrigação dele saber, mas ele não sabia, não sabia porque não a examinou, receitou um analgésico sem tirar a bunda da cadeira, sem tocar em Elisa. O feto morto causou uma infecção generalizada e Elisa morreu. Eu acho que Elisa não sabia porque não queria saber, se recusou a acreditar que pudesse estar grávida. Ela queria distância de Roberto (BISCHAIN, 2010: 122).

Vinte anos depois do desaparecimento de Henrique, quando chega uma carta avisando que o dinheiro da indenização estava disponível, Iara já tinha enlouquecido. Ela por um tempo, assim como K., o protagonista do romance de Bernardo Kucinski, procurou por todos os lugares que podia. Pediu ajuda a quem imaginava. Carrega uma grande culpa por não ter cuidado do filho caçula, Lucas, que pode ter se sentido abandonado, já que a mãe saía todos os dias a procura de Henrique. Ela fala sozinha, os vizinhos a chamam de louca. Busca seus filhos entre crianças que moram na rua. Mistura o presente e o passado. Algo foi profundamente quebrado em Iara e a sua loucura que abre o romance é transformada nesse grito de dor que está por trás dos gestos de “louca mansa” como a define Ritinha.

Passados mais de vinte anos, o governo, por decreto, emite o atestado de óbito. Chegou também uma carta avisando para ir receber a indenização. Como se uma quantia de dinheiro pagasse e apagasse toda a dor. Dinheiro nenhum vai curar a alma doente da velha que passa o dia andando pela casa, revelando um a um os seus pensamentos. Quem vai curar a dor que dentro dela quebrou o elo entre presente e passado e de nós duas roubou o futuro? (BISCHAIN, 2010: 116).

O futuro roubado, a vida interrompida, uma dor que enlouquece. *Nem tudo é silêncio* (2010) é esse grito de recusa as inúmeras explicações para que uma conciliação fosse acordada e que a página da ditadura militar pudesse ser virada. A barbárie e o horror praticados pelo Estado não estão no passado longínquo. Nem mesmo a violência contra os índios, a escravidão dos negros e a contínua opressão contra os pobres e os trabalhadores podem ser negligenciados em prol de qualquer projeto político. O romance retoma todas essas questões desde a voz de mulheres, elas também, violentadas dentro das próprias casas. E se aqui temos uma autoria que de tudo se difere dos demais seis autores que analisamos, também sua história traz questões e uma perspectiva social bastante diversa.

Perspectiva social entendida conforme aponta Iris Marion Young como um conjunto de questões, experiências e pressupostos mediante os quais mais propriamente se iniciam raciocínios do que se extraem conclusões (YOUNG, 2006: 163). Trazendo para análise o conceito de escrevivência de Conceição Evaristo, entendendo que esses são frutos também de uma perspectiva social, como definido por Iris Marion Young, podemos perceber que uma autoria múltipla talvez seja um dos caminhos apontados a aplicação na literatura da questão ética de Levinas.

As perspectivas disponíveis a uma pessoa podem ser incomensuráveis, de modo que essa multiplicidade pode produzir ambiguidades ou confusões na sua experiência e compreensão da vida social, ou então ajudá-la a formar uma imagem compósita dos processos sociais (YOUNG, 2006: 167).

São essas diferentes perspectivas sociais que permitem, segundo Young, um diálogo entre pessoas que não necessariamente compartilham o mesmo lugar de fala. Para a autora, a exclusão ou marginalização de determinados grupos da influência política, pode levar seus membros a uma apatia ou a uma recusa em se engajar com outros na tentativa de solucionar problemas compartilhados. Ao lograr o universo político, grupos que estruturalmente sempre estiveram na linha de frente das decisões,

elegem prioridades e decisões de seu interesse, ainda que venham travestidas de questões neutras ou universais (YOUNG, 2006: 174).

Evidenciar quais são essas opiniões e interesses e deliberar sobre quais projetos e decisões deveriam ser escolhidos, de acordo com opiniões, interesses e perspectivas sociais múltiplas, poderia nos oferecer um aprofundamento de nossa democracia e nesse caso também um enriquecimento estético e de conteúdo em nossa literatura. Discutir questões trazidas por obras como essa de Sonia Regina Bischain sobre a ditadura militar, seus projetos e consequências, visto sob outras perspectivas sociais que não a do homem branco de classe média alta, talvez problematize questões do senso comum que tem apoiado manifestações em homenagem aos militares e ao retorno do lema de “ordem e progresso” instituído por eles já no início do tempo republicano no Brasil e que voltou à cena em 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste estudo, a principal pergunta que guiaria as análises dos setes romances era se a questão ética proposta por Emmanuel Levinas de acolhimento não reducionista do Outro pelo Mesmo estava presente nos narradores, personagens, construções e escolhas das narrativas. De maneira geral, as obras criticam o regime opressor e os militares. Porém, umas o fazem de maneira linear, com inúmeras certezas e afirmações enquanto outras apresentam estranhamento, desconforto, questões, problemas, incertezas. A ética da hospitalidade da multiplicidade, aplicada a análise dos romances, estaria naqueles que justamente estivessem dispostos e atentos a não reduzir discursos, simplificar posições e reforçar preconceitos ou estereótipos.

Foi assim que, num primeiro momento, os romances foram então divididos entre aqueles que inscreviam a ditadura militar num passado distante, com posições definidas e estabelecidas, e as narrativas que não estariam encerradas em suas possibilidades de compreensão. Corresponde ao primeiro grupo *O punho e a renda* (2014), *Amores exilados* (2011) e *Soledad no Recife* (2009). As três obras não negam que horrores foram cometidos, mas dão a entender que o período é um episódio já superado de nossa história. De modos diferentes, impõe uma impossibilidade de problematizar e entender em sua complexidade as violências de todos os tipos cometidas durante a ditadura militar. O presente, segundo esses romances, apresenta novas agendas de reivindicações, um contexto político muito distante e sem mais nenhuma ligação com aquele vivido nas décadas de 1960 e 1970. Uma vez que a democracia fora reinstaurada, dão o tema como encerrado. Nenhuma das obras questiona o não julgamento das graves violações de direitos humanos cometidas no período. Eles trazem memórias do que aconteceu com o propósito de não esquecer-las, mas não estabelecem formas de ampliação das questões, dos efeitos e das cicatrizes ainda abertas no presente e, por isso, em nosso entendimento, não constroem um discurso sobre a não repetição da barbárie.

A possibilidade de coexistência entre a resistência à ditadura e a reconciliação com esse passado é apresentada, por exemplo, pelas conversas do narrador *O punho e a renda* (2014) com os personagens Max e Eric, que colocaram o regime militar como planos de um contexto internacional de interesses da Guerra Fria. O próprio narrador não contesta a ideia de que se ele resistiu ou não à ditadura, agora isso não faz diferença, porque diante do fim da divisão mundial entre capitalistas e comunistas, os

regimes militares na América do Sul não teriam mais sentido, nem mesmo aos estadunidenses que quiseram implantá-los. Há uma reafirmação durante o romance de que a ditadura foi um combate aos comunistas, que na atualidade já não faz mais sentido e que teria então, perseguido aqueles que eram reconhecidos como inimigos.

A representação da luta contra a ditadura em *Amores exilados* (2011) mostra as incertezas dos militantes, mas também a superação das demandas políticas por novas pautas, como a questão do racismo que se impõe com a prisão de Lázaro. Ademais, o simbolismo do suicídio de Fábio, que junto com a repressão, passaria a ser apenas parte do livro de memórias que seria escrito por Lázaro. As inúmeras questões sobre a resistência, as dificuldades das organizações de esquerda e os problemas do exílio, são encerrados, diante das novas reivindicações dos personagens. Lázaro tem de lidar com a prisão. Muriel irá se formar, casar, dar aulas. Fábio, a Aliança Socialista Libertadora, o exílio, são situações deixadas para trás. O único que não consegue superar a tortura, escolhe morrer. Lázaro e Muriel seguem suas vidas. O romance apresenta um desfecho e um discurso linear. Não há desconforto, estranhamento e não se aventa uma problematização sobre o que poderia ser feito diante do que aconteceu tanto com relação às torturas, como a própria prisão de Lázaro.

Soledad no Recife (2009), por sua vez, num tom melancólico de homenagem à Soledad Barrett e aos outros militantes, assassinados em razão da denúncia do delator Daniel/Anselmo, apresenta-se ainda mais fatalista do que o romance de Oliveira Neto. Há claramente um sentimento de repugnância contra o assassino que continua impune três décadas após a traição que levava à morte de Soledad. No entanto, não há maiores questionamentos sobre essa impunidade, nem a questão central do narrador é problematizar a ausência de um julgamento dos crimes cometidos. A proposta dele é descrever Soledad e narrar a história desde o dia em que se conheceram até a festa em que ela morreu. A paraguaia é descrita em detalhes, mas seus discursos são em parte ironizados pelo narrador. Ela, assim como os outros militantes de esquerda, são infantilizados e retratados como ingênuos e algumas vezes levianos. Essa crítica à esquerda, no modo como é construída, não propõe maiores reflexões, relata frases prontas e discursos que depois seriam utilizados contra os próprios jovens que lutavam contra a ditadura.

Sendo assim, a melancolia paralisante, que empurra os crimes cometidos durante o regime militar para um passado sob o qual nada pode ser feito para remediá-lo; e as ironias e banalizações sobre a resistência dos jovens da oposição permitem uma leitura que favorece uma simplificação a propósito do que fora a ditadura militar. Justamente, quem sabe, o contrário do que vislumbramos com a proposta ética de Levinas que busca tornar os discursos mais complexos a partir da multiplicidade que advém do Outro.

Apontamos ainda que nas três primeiras obras analisadas é sugerida a construção argumentativa de que naquele período vivia-se uma guerra. Percebemos dois problemas nessa alusão: primeiro o fato de que o conflito requer uma delimitação entre dois inimigos, o que na ditadura seria uma luta entre os militares contra os comunistas. O que se viu, na verdade, foi uma população atingida por uma opressão do Estado. Em segundo lugar, essa foi a justificativa de militares para que a Lei de Anistia em 1979 pudesse conceder indulgência à vítimas e algozes. Esses romances, publicados após mais de quatro décadas do golpe de 1964, oferecem nesse caso, abrigo a argumentos que encerraram na negociação da transição democrática uma conciliação sem que se fizessem pelo país grandes protestos por uma justiça de transição ou pela abertura dos arquivos do Exército após a promulgação da Lei da Anistia.

A resposta ética de Levinas, portanto, longe de propor apenas uma resistência para que nos esqueçamos das barbáries do século XX, requer uma hospitalidade da multiplicidade, e, por isso é contrária a reducionismos e simplificações. Nas três obras analisadas no capítulo II é possível que tal redução do Outro ao Mesmo, deslocada da filosofia para o espaço da literatura, esteja presente na construção de uma ditadura conformada num passado distante, reduzida a uma guerra contra os militantes e comunistas, sobre a qual não há mais nada a ser feito.

A ausência do acolhimento da multiplicidade resultaria então, nesse virar a página da ditadura, em textos que contam uma história para que possamos não esquecer o que se passou, mas que não buscam problematizá-lo. Uma vez que acreditamos que, diante da proposta ética de Levinas, a todo tempo enquanto sujeitos somos interpelados pelo infinito do Outro em relação à totalidade que nos circunda, é possível dizer que enquanto infinita essa relação não poderia ser delimitada, simplificada, completa. A interação social ética de Levinas, em nossa percepção, se coloca diante de

problematizações sobre o passado, não apenas para que possamos não esquecê-lo, mas para ampliar inúmeras questões ainda abertas.

Diante disso, foram nos romances que configuraram ficcionalmente um universo complexo de questões e problemas não resolvidos, incertezas e cicatrizes que permanecem abertas, que pudemos encontrar algumas das ideias propostas por Levinas. Todos os quatro romances, *História natural da ditadura* (2006), *K.* (2012), *Não falei* (2004) e *Nem tudo é silêncio* (2010), de diferentes maneiras demonstraram o quanto a ditadura militar continua presente, tanto em crimes continuados que não foram julgados e sequer tiveram seus fatos revelados, como na não delimitação da opressão apenas contra os comunistas. Os espaços da violência se espriam para outros âmbitos que não mais apenas dos militantes. O ar era “irrespirável” como apontou o narrador de *História natural da ditadura* (2006), que numa construção formal bastante diferenciada, estabelece um estranhamento, um desconforto e diversas críticas sobre um estado violento que se faz presente ainda hoje.

A própria literatura não oferece abrigo e nem redenção para senhor K., protagonista da obra de Bernardo Kucinski (2012), que na busca pela filha passa o romance problematizando o que acontecera. Ele não tem um desfecho, porque nunca soube pelas autoridades o que fora feito com sua filha e genro, não teve um corpo para enterrar, não conseguiu nem mesmo prestar a homenagem por meio da literatura a seus mortos. Através de um texto polifônico a obra traz uma multiplicidade de versões e histórias que ampliam as lentes e tornam complexa a ditadura militar. Há muitos silêncios, vozes que também sofreram com a repressão e estão ausentes, mas o romance não se quer completo. Não há corpo, nem justiça, nem redenção. É uma cicatriz aberta e uma violência que continua.

Também a partir de *Não falei* (2004), a expansão da repressão captura o personagem Gustavo quando ele achava que não seria atingido, porque não era um militante. O protagonista do romance de Beatriz Bracher seria, talvez, um bom contraponto ao personagem principal de *O punho e a renda* (2014), que defende com veemência que os militares estavam atrás de comunistas e foram eles também os responsáveis pelas mortes e dores que causaram a seus familiares. Gustavo não acreditava na revolução socialista para transformar o mundo. Ele queria melhorar as

peessoas. Era um educador e trabalhava nesse viés, acreditando pertencer a outro círculo e estar imune aos ditadores. Foi preso e torturado.

O último romance analisado traz inúmeras questões e problemas de uma ditadura que não acabou com as eleições diretas para presidente da República, além de apresentar a importância sobre a multiplicidade na autoria literária. Enquanto nos demais romances temos em sua maioria homens, apenas *Não falei* (2004) é também escrito por uma mulher, todos os outros pertencentes a uma classe média e já inseridos no mercado editorial brasileiro. Eles publicam por editoras com estrutura de distribuição e divulgação para as obras, que incluem presença na chamada grande mídia e participação em eventos literários nacionais e internacionais. Sonia Regina Bischain publicou seu livro de maneira independente e está fora desse círculo.

Recuperando a definição citada no capítulo III de perspectiva social de Iris Young e o conceito de escrivência de Conceição Evaristo, o romance *Nem tudo é silêncio* (2010) traz muitos outros temas, conta em ritmos diferentes e propõe uma representação da ditadura militar voltada para o que ela foi para os moradores da favela, os trabalhadores que pisavam e tropeçam ainda hoje em chão enlameado para chegar à fila do ônibus. Há o acolhimento de uma multiplicidade que não está presente nos outros romances. São outros personagens, outros cenários para as histórias, outro tempo e como já dito, outra dicção dos narradores.

A repressão contra cidadãos que se dá tanto na ausência como na presença de um Estado que é tão cruel quando não oferece atendimento de saúde ou escolas, como quando se faz presente por policiais corruptos, esquadrões da morte ou médicos negligentes. A violência contra os índios no projeto colonial, a escravidão dos negros, a urbanização que empurrou parte da população para as periferias, o racismo, a violência contra mulher, as dificuldades da educação para adultos e muitas outras pautas são apresentadas na obra, mas não são colocadas numa hierarquia e sequer a confrontação à ditadura e a busca por justiça e verdade são passados para um segundo plano.

Nos quatro últimos romances não há uma reivindicação de homenagem à resistência, existe um desconforto demonstrando que não é possível pacificar uma história que continua presente, impune e que diante de mortos e desaparecidos e de crimes contra os direitos humanos, não é possível propor certezas, encerramentos e uma conciliação nacional. A página não está virada e as cicatrizes permanecem abertas. A

resposta ética de Levinas estaria justamente presente nessa recusa a uma simplificação do tema e a não redução dos discursos à questões estabelecidas, sobre as quais respostas já teriam sido dadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Estado de exceção*. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2004

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

ATENCIO, Rebecca. *Memory's turn: reckoning with dictatorship in Brazil*. Winsconsin: The University of Winsconsin Press, 2014

BARBERENA, Ricardo. *Traumas e tramas: entre paus de selfie e paus de arara*. In: _____; DALCASTAGNÈ, Regina. *Do trauma à trama: o espaço urbano na literatura brasileira contemporânea*. Porto Alegre: Luminara Editorial, 2015

_____. *Quando a literatura brasileira contemporânea não se encontra na contemporaneidade*. In: DALCASTAGNÈ, Regina, AZEVEDO, Luciene (Org.). *Espaços possíveis na literatura brasileira contemporânea*. Porto Alegre: Zouk, 2015

BRACHER, Beatriz. *Não falei*. São Paulo: Ed.34, 2004

BEZERRA, Kátia da Costa. *Que bom te ver viva: vozes femininas reivindicando uma outra história*. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, n°43. Brasília janeiro/junho 2014

BISCHAIN, Sonia Regina. *Nem tudo é silêncio*. São Paulo: Coletivo Cultural Poesia na Brasa, 2010

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015

CARPEGIANI, Schneider, SANTIAGO, Silviano. *Luminosidades do observador*. Suplemento Pernambuco, n.126, agosto 2016.

COELHO, Teixeira. *História natural da ditadura*. São Paulo: Iluminuras, 2006

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório – Volume I*. Dezembro de 2014

CUNHA, Paulo Roberto da. *Militares e anistia no Brasil: um dueto desarmônico* (in) TELES, Edson. SAFATLE, Vladimir (Orgs). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010

DALCASTAGNÈ, Regina. *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

_____. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Horizonte, 2012.

EVARISTO, Conceição. *Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita*. ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza, 2007

FOUCAULT, Michel. *Nascita della biopolitica – Corso al Collège de France (1978-1979)*. Milano: Giangiacomo Feltrinelli Editore, 2012

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GINZBURG, Jaime. *Imagens da tortura: ficção e autoritarismo em Renato Tapajós*. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, nº 21. Brasília, janeiro/junho 2003

_____. *Crítica em Tempos de Violência*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2012

KUCINSKI, Bernardo. *K*. São Paulo: Expressão Popular, 2012

LEVINAS, Emmanuel. *Totalidade e infinito*. Edições 70, Lisboa Portugal, 1980

LÍSIAS, Ricardo. *O que os fortes queriam? Uma análise de O que é isso, companheiro? e Os Carbonários*. Estudos de literatura brasileira contemporânea, n. 48, p. 229-246, maio/ago. 2016.

MOTA, Urariano. *Soledad no Recife*. São Paulo: Boitempo, 2009

NETO, Godofredo Oliveira. *Amores Exilados*. São Paulo: Record, 2011

NESTROVKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000

PENNA, João Camillo. *Estado de exceção: um novo paradigma da política*. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, n.29. Brasília, janeiro-junho de 2007

PINHEIRO, Milton (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

RIBEIRO, EDGARD TELLES. *O punho e a renda*. Rio de Janeiro: Record, 2014

RLAJT. *Relatório*. Rede Latino Americana de Justiça de Transição, 2015

RODRIGUES, Maria Fernanda. *Lançamentos literários recentes se dedicam à ditadura militar no Brasil – Movimento editorial que ajuda a iluminar à traumática história recente do País*. Estado de São Paulo, 26 de novembro de 2011

SADER, Emir. *A transição no Brasil: da ditadura à democracia?* São Paulo: Editora Global, 1990

SÁNCHEZ, Ana María Amar. *Espacio y representacion la construcción de America Latina*. In ALONSO, Carlo. *Essays on the Works of Julio Cortazar*. Cambridge University Press, 1996

SANTANA, Marco Aurélio. *Trabalhadores, sindicatos e regime militar no Brasil*. (In) PINHEIRO, Milton (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

SCHMIDT, Rita Terezinha. *Centro e margens: notas sobre a historiografia literária*. Revista de Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, n.32 julho/dezembro 2008

SILVA-SELLGIMAN, Márcio. *Imagens precárias: inscrições tênues da violência ditatorial no Brasil*. Revista de Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, n.43, p.13-34, jan/jun 2014

TELES, Edson. SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010

THOMAZ, Paulo C. *El Entenado, a práxis poético-narrativa de Juan José Saer*, Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001

VECCHI Roberto DALCASTAGNÈ Regina. *Apresentação*. Revista de Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, n.43 janeiro/junho 2014

ZIZEK, Slavoj. *Violência – Seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014